

ISSN-0101-4919

NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

Centro de
Ciências Humanas

Faculdade de História

PUC
CAMPINAS
PONTIFÍCA UNIVERSIDADE CATÓLICA

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

Grão-Chanceler

Dom Bruno Gamberini

Reitor

Prof. Pe. Wilson Denadai

Vice-Reitora

Profª Ângela de Mendonça Engelbrecht

Pró-Reitor de Graduação

Prof. Germano Rigacci Júnior

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação

Profª Vera Engler Cury

Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários

Prof. Paulo de Tarso Barbosa Duarte

Pró-Reitor de Administração

Prof. Marco Antonio Carnio

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Diretor do Centro

Prof. Paulo Sergio Lopes Gonçalves

Diretor-Adjunto

Prof. Peter Panuto

Diretor de História

Prof. João Miguel Teixeira de Godoy

Editor

Prof. Artur José Renda Vitorino

CONSELHO EDITORIAL/EDITORIAL BOARD SCIENTIFIC

Prof. Artur José Renda Vitorino - FH - CCH - PUC-Campinas
Profª Ivone Cecília D'Avila Gallo e Batalha - FH - CCH - PUC-Campinas
Prof. João Miguel Teixeira de Godoy - FH - CCH - PUC-Campinas
Profª Lilia Inês Zanotti de Medrano - FH - CCH - PUC-Campinas
Profª Elciene Azevedo - FH - CCH - PUC-Campinas
Prof. Alex Degan - FH - CCH - PUC-Campinas
Profª Rosangela Ferreira Leite - FH - CCH - PUC-Campinas
Prof. Paulo Roberto Teixeira de Godoy - UNESP - RIO CLARO
Prof. Jéferson Cano - IEL - UNICAMP
Prof. José Luiz Bendicho Beired - UNESP - ASSIS
Profª Drª Heloísa Jochims Reichel - UNISINOS

NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

Editor
ARTUR JOSÉ RENDA VITORINO

ANO XXXIX - Nº 202

ISSN-0101-4919

JANEIRO-JUNHO DE 2007

SUMÁRIO / SUMMARY

ARTIGOS / ARTICLES

| | |
|---|----|
| Editorial | 3 |
| Verificando a Evidência: o Juiz e o Historiador Checking the Evidence: The Judge and the Historian Carlo Ginzburg | 5 |
| Fundação de freguesias, elevação de vilas e fortificação de praças na capitania de São Paulo (1765-1775): A gestão restauradora do Morgado de Mateus. <i>Foundation of freguesias, rise of villages and blockhouse of square In the capitanias of São Paulo (1765-1775): the restoring management of the Morgado of Mateus</i> Ivone Salgado | 15 |
| Em nome do Rei e do Império. O debate que precedeu a transferência da corte para o Brasil <i>For the King and the Empire. The debate that preceded the Court Transference to Brazil.</i> Ana Rosa Clochet da Silva | 39 |

| | |
|---|----|
| Dramas e comédias do progresso: O teatro na imperial cidade de Bragança Paulista <i>Dramas and comedies of the progress: the theater in the imperial city of Bragança Paulista.</i> | |
| Rodrigo Camargo de Godoi | 55 |

| | |
|---|----|
| Lei geral de acumulação capitalista em Marx <i>General law of capitalist accumulation in Marx</i> | |
| Fernando Augusto M. de Mattos | 67 |

DOCUMENTO / DOCUMENT

| | |
|--|----|
| Manifesto da Associação Industrial de 1881 <i>Manifest of the Industrial Association of 1881</i> | |
| Seleção e comentários por João Miguel Teixeira de Godoy | 81 |

RESENHAS / BOOK REVIEWS

| | |
|--|----|
| FRANKLIN, John Hope. <i>Raça e História. Ensaios selecionados (1938-1998)</i>. Tradução: Mario Gama. Rio de Janeiro: Rocco, 1999. | |
| Rosangela Ferreira Leite | 91 |

EDITORIAL

Neste número, o historiador Carlo Ginzburg retoma a partir de Arnaldo Momigliano que a História, mesmo que tenha emergido da intersecção entre medicina e retórica, a sua forma de pesquisar e expor os seus resultados aproxima o historiador da técnica ou arte dos juizes. Desta forma, Ginzburg avalia como a História, ao longo de sua gestação como atividade intelectual independente, não deixa de ter a sua relação com a retórica, já que o historiador necessita narrar de forma convincente o que ocorreu no passado - passado este que geralmente não é o seu - e, ao mesmo tempo, a partir de evidências, testar a veracidade das informações sobre o quê ocorreu através de provas coletadas e examinadas pelo historiador. Nota-se: trata-se de refutar o relativismo que paira sobre grande parte da produção historiográfica em nossos tempos, em mais uma de suas escaramuças contra os pós-estruturalistas.

Em seguida, Ivone Salgado expõe e examina as ações do Morgado de Mateus na capitania de São Paulo no sentido de consolidar a presença da coroa portuguesa no Centro-Sul da América portuguesa. Para tanto, a política pombalina posta em prática pelo Morgado de Mateus no planalto de Piratininga seguia tanto um plano estratégico-militar da coroa portuguesa frente às ameaças espanholas à fronteira sul da colônia, quanto um modelo urbanístico empreendido neste processo.

Já Cloctet da Silva, a partir de uma reflexão em torno do acontecimento 1808, examina os debates entre os estadistas reunidos em Conselho de Estado de agosto a novembro de 1807 sobre a melhor alternativa política a ser adotada no contexto revolucionário, nos quais se evidencia que a sobrevivência da Monarquia lusitana estava associada à preservação do sistema luso-brasileiro.

Do Império português agora para o período do Império brasileiro, o artigo de Rodrigo Godoi busca mostrar que mesmo longe da Corte imperial a vida cultural em comarcas como Bragança Paulista na província de São Paulo também crescia a demanda por espetáculos teatrais, fruto de uma elite local ligada ao comércio e à grande lavoura dessa região.

Em sua exposição teórica, Fernando Mattos descreve o processo de acumulação capitalista em Karl Marx, ao verificar como em *O Capital* Marx retoma a questão da *simplificação* exposta no *Manifesto Comunista*, no qual foi enunciado que a época da burguesia é caracterizada por ocorrer nela um processo de *simplificação* que favoreceria efetivamente uma polarização da sociedade em duas classes, e só duas: proletários e burgueses. Para Marx, esse processo de *simplificação* seria uma decorrência do processo de evolução dos meios de produção do *setor secundário*, que, por sua vez, seria *concentracionista*. Deste modo, ao mesmo tempo

em que ocorre o desenvolvimento da burguesia, enquanto personificadora do capital, ao gerar mais e mais riqueza, cada vez mais essa riqueza se concentraria em um pequeno número de mãos; haveria cada vez menos capitalistas e cada um deles possuiria uma parte crescente das riquezas; enquanto no outro extremo, o número de proletários iria crescer acumulando miséria. Marx considerava que a concentração do capital seria acompanhada por uma *pauperização*, ou seja, que à medida que fosse efetuando o desenvolvimento capitalista haveria uma diminuição do nível de vida dos operários, quer em valor absoluto, quer em relatividade. A partir dessa tese da pauperização absoluta, que Marx a sustentou muitas vezes, o artigo de Mattos mostra como ela aparece dialeticamente na obra *O Capital* a partir do processo de acumulação capitalista.

Na seção de Documentos, João Miguel de Godoy relata as diversas leituras que o Manifesto da Associação Industrial lançado em 1881 pode oferecer para o historiador. E, por fim, inauguramos a seção Resenhas, para a qual convidamos colaboradores para os próximos números.

Convido a todos a uma prazerosa leitura de nossa revista!

Editor

VERIFICANDO A EVIDÊNCIA: O JUIZ E O HISTORIADOR¹

Checking the Evidence: The Judge and the Historian

Carlo GINZBURG

RESUMO

Carlo Ginzburg reflete sobre a atitude do historiador em relação à questão da evidência, da prova e da verdade, palavras que sugerem tom fora de moda no atual quadro das ciências humanas e que provocam desconforto entre os estudiosos do passado. A fim de separar ficção do conhecimento da realidade, o autor observa práticas do ofício de historiadores, de juízes, de romancistas, rejeitando completamente o relativismo.

Palavras-chave: historiador, juiz, prova, verdade, positivista, relativismo.

SUMMARY

Carlo Ginzburg reflects about the attitudes of historians in regards to the question of evidence, proof and truth, words that suggest a tone out of the standard in the present chart of human sciences and that provokes discomfort amongst the scholars of the past. With the intent of separating fiction from the knowledge of reality, the author observes the practices of historians, judges, and romanticists, completely rejecting relativism.

Keywords: *historian, judge, proof, truth, positivist, relativism.*

1

Evidência, como *pista* ou *prova*, é uma palavra crucial para o historiador e para o juiz. Essa afinidade implica tanto em convergências quanto em divergências

que têm sido reconhecidas ao longo tempo. Alguns desenvolvimentos recentes no trabalho do historiador aprimoraram o entendimento deste velho tópico.²

¹ Checking the Evidence: The Judge and the Historian *Critical Inquiry*, Vol. 18, No. 1. (Autumn, 1991), pp. 79-92, The University of Chicago Press. Tradução: Prof. Dr. Marcos Alberto Horta Lima, professor do Curso de História da Fundação de Ensino Superior de Bragança Paulista (FESB).

² Tratei de alguns dos resultados mencionados neste artigo nos meus seguintes trabalhos: “Clues: Roots of an Evidential Paradigm” e “The Inquisitor as Anthropologist?”, *Clues, Myths, and the Historical Method*, trad. John e Anne C. Tedeschi (Baltimore, 1989), pp. 96-125,

Nos últimos 2.500 anos, desde o princípio do gênero literário que denominamos por “história”, na antiga Grécia, o relacionamento entre história e lei é bem próximo. De fato, a palavra grega *historia* deriva da linguagem médica, mas o seu sentido subentendido está relacionado com a linguagem jurídica. História, como Arnaldo Momigliano enfatizou anos atrás, como atividade intelectual independente, emergiu da intersecção entre medicina e retórica. Seguindo o exemplo da medicina, o historiador analisou casos e situações procurando pelas causas naturais desses; seguindo as prescrições do juiz – uma técnica ou uma arte, nascida em tribunal – ele comunicou os resultados de sua investigação.³

Dentro da tradição clássica, escritos históricos (e poéticos também) tinham de exibir uma característica que os gregos denominam *enargheia* e os Romanos *evidentia in narratione*: a capacidade de transmitir uma vívida representação de personagens e situações. O historiador, como o advogado, tinha expectativa de fazer um convincente argumento transmitindo a ilusão da realidade não por meio da exibição de provas coletadas por ele ou por outros.⁴ Coletar provas, até a metade do século XVIII, foi atividade praticada por antiquários e eruditos, não por historiadores.⁵ Quando, em seu *Traité des différentes sortes de preuves qui servent à établir la vérité de l'histoire* (1769), o erudito Jesuit Henri

Griffet comparou o historiador ao juiz que cuidadosamente avalia provas e testemunhos, expressou uma necessidade intelectual ainda não estabelecida. Somente em alguns anos mais tarde, Edward Gibbon publicou o seu *Decline and Fall of Roman Empire*, o primeiro trabalho que efetivamente combinou narrativa histórica com método antiquário.⁶

A comparação entre o historiador e o juiz tem se estendido ao longo do tempo. Em seu famoso *mote* (primeiro pronunciado por Schiller) *Die Weltgeschichte ist das Weltgericht*, Hegel, através do duplo significado de *Weltgericht* [“corte de justiça do mundo” assim como “julgamento final”], expressou o coração de sua própria filosofia da história: a secularização da visão cristã do mundo histórico [*Weltgeschichte*].⁷ O *mote*, com toda a sua ambigüidade, enfatiza a sentença do julgamento. Griffet, pelo contrário, tinha focado a etapa anterior, quando o juiz (e igualmente o historiador) procede à justa avaliação de provas e testemunhos. Em direção ao final do século, Lord Acton, em sua conferência inicial como *Regius Professor* de História Moderna de Cambridge (1895), acentua a relevância de ambas as etapas: historiografia, na medida em que esteja baseada na evidência, pode sobrepor feudos e tensões por se tornar “um tribunal reconhecido e o mesmo para todos”⁸. Essas palavras refletem ampla tendência do pensamento, reforçada pela atmosfera

156-64; introdução a Peter Burke, *Cultura popolare nell'Europa moderna*, trad. Federico Canobbio-Codelli (Milan, 1980), pp. xiv-xv; “Proofs and Possibilities: In the Margins of Natalie Zemon Davis’ *The Return of Martin Guerre*,” trad. Anthony Guleratne. *Yearbook of Comparative and General Literature*, n.37 (1988): 114-27, esp. p. 116 n.7; “Montrer et citer: La Vérité de l'histoire.” *Le Débat* 56 (Sept.-Oct. 1989): 43-54; e “Just One Witness”, in *Probing the Limits of Representation: nazism and the Final Solution*, ed. Saul Friedlander (Cambridge, Mass., forthcoming). Parte deste artigo se baseia em passagens tiradas do meu livro *Il giudice e lo storico: Considerazioni in margine al Processo Sofri* (Torino, 1991).

³ Ver Arnaldo Momigliano, “History between Medicine and Rhetoric”, *Ottavo contributo alla storia degli studi classici e dei mondo antico*, trans. Riccardo Di Donato, (Rome, 1987), pp. 14-25.

⁴ Ver Ginzburg, “Montrer et citer”.

⁵ Ver Momigliano, “Ancient History and the Antiquarian”, *Contributo alla storia degli studi classici* (Rome, 1955), pp. 67-106.

⁶ Ver Henri Griffet, *Traité des différentes sortes de preuves qui servent à établir la vérité de l'histoire*, 2d ed. (Liege, 1770). Allen Johnson, em seu *Historian and Historical Evidence* (New York, 1926), fala do *Traité* como “o mais importante livro sobre método após *De re Diplomatic* de Mabillon” (p. 114). Ver também Momigliano, “Ancient History and the Antiquarian”, p. 81. e Ginzburg, “Just One Witness”. Sobre Gibbon, ver Momigliano, *Sesto contributo alla storia degli studi classici e dei mondo antico* (Rome, 1980), pp. 231-84.

⁷ Compare Karl Löwith. *Meaning in History* (Chicago, 1949), p. 12: “a história do mundo é a corte da justiça do mundo”. Nessa tradução inglesa as implicações do *mote* religioso, acentuadas por Löwith (p. 58) desaparecem. Como foi mostrado para mim por Alberto Gajano, Hegel menciona o *mote* no mínimo três vezes: comparar “Heidelberger Enzyklopädie”, §448, *Vorlesungen über die Philosophie der Geschichte*, vol. 12 of *Werke in zwanzig Bänden*, ed. Eva Moldenhauer e Karl Markus Michel (Frankfurt am Main, 1970), p. 559; *Enzyklopädie der philosophischen Wissenschaften im Grundrisse*, §548, vol. 10 of *Werke in zwanzig Bänden*, p. 347; e *Grundlinien der Philosophie des Rechts*. §340, vol. 7 of *Werke in zwanzig Bänden*, p. 503. De um ponto de vista geral, comparar Reinhart Koselleck, *Futures Past: On the Semantics of Historical Time*, trans. Keith Tribe (Cambridge, Mass., 1985), pp. 34, 106, 253.

⁸ Lord Acton, “Inaugural Lecture on the Study of History”, *Lectures on Modern History*, ed. John Neville Figgis and Reginald Vere Laurence (London, 1906), p. 17.

positivista dominante. Do fim do século dezenove, e no decorrer das primeiras décadas do século vinte, boa parte da historiografia – acima de tudo, historiografia política e, de maneira especial, a historiografia sobre a Revolução Francesa – se desenvolve numa atmosfera judicial.⁹ Mas aqui emerge uma ruptura. Um historiador como Hippolyte Taine, que se considerou um “zoologista moral”, trouxe à tona reações reservadas daqueles historiadores que tentaram combinar engajamento político e neutralidade científica. Alphonse Aulard, por exemplo, comparou a atitude de Taine em relação à Revolução àquela do “juiz desapassionado, superior”. Aulard e seu oponente, Albert Mathiez, baseados em arquivos detalhados, preferiram tomar o papel tanto do acusador quanto da defesa para provar a culpa de Robespierre ou a corrupção de Danton. Essa tradição, apoiada na linguagem moral e política do tribunal de justiça, seguido por condenação ou absolvição, continuou a acontecer no decorrer do tempo: *Un Jury pour la Révolution*, de Jacques Godechot, historiador bem conhecido da Revolução Francesa, foi publicado em 1974.¹⁰

Esse modelo judicial, por enfatizar tendências já existentes, compreende duplo impacto na historiografia. Por um lado, impulsiona os historiadores a focar eventos (políticos, militares, diplomáticos) que seriam facilmente atribuídos a ações específicas desempenhadas por um ou mais indivíduos; por outro, ele desconsidera aqueles fenômenos (como vida social, *mentalités*, e assim por diante) que resistem a uma aproximação baseada nessa estrutura interpretativa. Como no negativo da fotografia, reconhecemos o

reverso do lema dos *Annales d'histoire économique et sociale*, o período iniciado por Marc Bloch e Lucien Febvre em 1929: a rejeição da então denominada *histoire événementielle* assim como a ênfase do fenômeno histórico menos evidente porém mais significativo. Não surpreende que, no inacabado livro de Bloch sobre método, encontramos seguinte a irônica sentença: “Robespieristas! AntiRobespieristas! Tenham dó, simplesmente diga-nos o que foi Robespierre”. Sendo confrontado com o dilema “Julgar ou Compreender”, Bloch escolheu sem hesitar o último.¹¹

Retrospectivamente, parece óbvio que essa tinha de ser necessariamente a alternativa vitoriosa. Para provar esse ponto, dois exemplos tirados da historiografia da revolução francesa serão suficientes. O esforço de Mathiez para explicar a política de Danton através de seus amigos e de sua própria corrupção parece hoje claramente inadequado; ao contrário, a reconstrução do Grande Medo de 1789 de Georges Lefebvre é agora considerada um clássico da historiografia contemporânea.¹² Estritamente falando, Lefebvre não era membro do grupo dos *Annales*, mas o seu *Grande Peur de 1789* não poderia nunca ter sido escrito sem *Lés Rois Thaumaturges*, publicado por Bloch em 1924, que ainda era colega de Lefebvre na Universidade de Strasbourg.¹³ Ambos os livros tratam de entidades inexistentes: o poder de cura da escrófula atribuído aos Reis da França e da Inglaterra e os ataques lançados por imaginários bandidos para apoiar uma suposta “conspiração aristocrática”. A relevância histórica de tais eventos que nunca tomaram lugar é fundamentada na eficiência simbólica deles: isto é, a

⁹ Sobre “judicial historiography”, ver as primorosas observações de Luigi Ferrajoli, *Il manifesto*, 23-24 Feb. 1983.

¹⁰ Ver Jacques Godechot, *Un Jury pour la Révolution* (Paris, 1974). Ver também *L'albero della Rivoluzione: Le interpretazioni della Rivoluzione Francese*, ed. Bruno Bongiovanni and Luciano Guerci (Torino, 1989), que achei muito apropriado, em particular, os itens “Alphonse Aulard” and “Albert Mathiez”, por Michel Vovelle, e “Hippolyte Taine”, por Regina Pozzi. Alphonse Aulard, *Taine: Historien de la Révolution française* (Paris, 1907), contém esta observação característica: “Eu tenho convicção, portanto, que o correto é, não parecer imparcial, mas ser imparcial”. [“Je crois donc être sûr, je ne dis pas de paraître impartial, mais d’être impartial”], (p. vii). Ver também *Sitzungsberichte der Akademie der Wissenschaften, Eine Jury für Jacques Roux: Dem Wirken Walter Markovs gewidmet*, ed. Manfred Kossok (Berlin, 1981).

¹¹ Marc Bloch, *The Historian's Craft*, trad. Peter Putnam (New York, 1953), p. 140.

¹² Ver Albert Mathiez, *La Corruption parlementaire sous la Terreur*, 2d ed. (Paris, 1927), and Georges Lefebvre, *La Grande Peur de 1789* (Paris, 1932). A antítese entre esses dois livros é meramente simbólica; por exemplo, não considera o livro *Vie chère et le mouvement social sous la Terreur* (Paris, 1927), de Mathiez. Sobre Mathiez, ver François Furet and Mona Ozouf, *Dictionnaire critique de la Révolution française* (Paris, 1988), s. v. “Histoire universitaire de La Révolution”, pp. 990-91. Sobre Lefebvre, ver Jacques Revel's introduction to Lefebvre, *La Grande Peur de 1789*.

¹³ Ver Bloch, *Les Rois thaumaturges: Études sur La caractère surnaturel attribué à la puissance royale, particulièrement en France et en Angleterre* (Strasbourg, 1924). Comparar Guerci, “Georges Lefebvre”, in *L'albero della Rivoluzione*.

maneira pela qual eles foram percebidos pela multidão de indivíduos anônimos. Estamos claramente bastante distantes da historiografia moralista inspirada no modelo judicial.

A diminuição do prestígio desse tipo de historiografia deve ser saudado, acredito, como fenômeno positivo. No entanto, ainda que há vinte anos fosse possível subscrever sem emitir juízo algum sobre a clara separação entre o juiz e o historiador sugerido por Bloch, hoje, as coisas parecem mais complicadas. Mais e mais, crescemos impacientes não apenas com a historiografia inspirada no modelo judicial, mas também com o elemento sugerido por Griffet em sua analogia entre o historiador e o juiz: a noção de prova.

2

Nos últimos vinte e cinco anos, palavra como *prova*, ou mesmo *verdade*, (associada à primeira por forte nexos, embora histórico), adquiriu nas ciências sociais tom fora de moda, evocando implicações positivistas. Essa reação indiscriminada, penso, sugere uma confusão que precisa ser esclarecida. Há um elemento no positivismo que deve inequivocamente ser rejeitado: a tendência para simplificar a relação entre evidência e realidade. Na perspectiva positivista, a evidência é analisada apenas para determinar se, e quando, ela implica em distorção, seja intencional ou sem intenção. O historiador é, por conseguinte, confrontado com várias possibilidades: o documento poder ser falso; o documento pode ser autêntico, mas duvidoso, na medida em que a informação dele proveniente pode ser mentirosa ou errada; ou o documento pode ser autêntico e confiável. No primeiro dos dois casos, a evidência é desprezada; no último caso, a evidência é aceita, mas apenas como evidência de *outra* coisa. Noutras palavras, a evidência não é considerada documento histórico em si mesmo, mas

como meio que se compreende prontamente – como uma janela aberta que nos dá acesso direto à realidade.

Esses princípios, ainda compartilhados por inúmeros historiadores contemporâneos (incluindo alguns ferrenhos críticos do positivismo), estão sem dúvida errados e são intelectualmente inúteis. Mas a abordagem cética que se tornou tão persuasiva nas ciências sociais vai muito além da pronta rejeição dessas premissas, caindo no que chamaria de armadilha oposta. Ao contrário de lidar com a evidência como uma janela aberta, céticos contemporâneos consideram-na um muro que, por definição, impede qualquer acesso do historiador à realidade. Essa atitude antipositivista extrema, que considera todo princípio referencial como ingenuidade teórica, resulta numa espécie de positivismo invertido.¹⁴ Ingenuidade teórica e sofisticação teórica compartilham princípio bastante simplista: ambos tomam por certo a relação entre evidência e realidade.

Contudo, tal relação deve ser considerada altamente problemática. Muitos anos atrás, em seu pioneiro *Arnaldo da Brescia nelle fonti del secolo XII* (1954), Arsênio Frugoni denunciou efetivamente a difundida falácia erudita pela qual diferentes partes da evidência, escritas de várias perspectivas (algumas vezes mesmo conflitantes), são combinadas para construir narrativa fluente e homogênea.¹⁵ Conclusões de Frugoni, fundamentadas na análise de um grupo de textos literários, têm valor mais geral. Deve-se acentuar que os historiadores – se eles tratam de fenômeno distante, recente, ou mesmo contínuo – nunca apreendem a realidade diretamente. O trabalho deles é necessariamente inferencial. Uma parte da evidência histórica pode ser tanto involuntária (um crânio, uma pegada, uma relíquia alimentar) ou voluntária (uma crônica, um ato jurídico, um garfo). Mas em ambos os casos uma estrutura interpretativa específica é necessária, que deve ser relacionada (nesse último caso) ao código específico segundo o qual a evidência

¹⁴ A atitude de Marcel Mauss foi largamente diferente: ver o seu “Rapports réels et pratiques de la psychologie et de la sociologie”, *Sociologie et anthropologie* (Paris, 1960), pp. 281-310; trad. Ben Brewster, sob o título *Sociology and Psychology: Essays* (Boston, 1979). Ver especialmente página 287, onde ele rejeita a tendência de separar “A consciência do grupo todo é seu substrato material e concreto. Na sociedade há algo além das representações coletivas, tão importante ou tão preponderante quanto essas”. [“La conscience du groupe de tout est son substrat matériel et concret. Dans la société, il y a autre chose que des représentations collectives, si importantes ou si dominantes qu’elles soient”.]

¹⁵ Ver Arsenio Frugoni, *Arnaldo da Brescia nelle fonti del secolo XII* (1954; Torino, 1989), com introdução de Giuseppe Sergi, “Arsenio Frugoni e la storiografia del restauro”. Ver também Ginzburg, “Proofs and Possibilities”, pp. 123-24.

tem sido construída.¹⁶ Evidência de ambos os tipos pode ser comparada ao vidro distorcido. Sem uma profunda análise de suas inerentes distorções (as regras segundo as quais ela foi construída e/ou ela deve ser entendida), uma sólida reconstrução histórica é impossível. Mas essa afirmação deveria ser lida também ao contrário: uma leitura puramente interna da evidência, sem nenhuma menção a sua dimensão referencial, também é impossível. A falha definitiva de *Le Miroir d'Herodote*, do brilhante, mas incorreto livro de François Hartog, é instrutiva. Para reconstruir a representação do Outro de Heródoto (os citas), exclusivamente apoiado sobre o texto de Heródoto, provou ser uma meta inalcançável.¹⁷ A injunção da moda para estudar a realidade como texto deveria ter o suplemento da advertência segundo a qual nenhum texto pode ser compreendido sem referência à realidade extratextual.

Ainda que rejeitemos o positivismo, mesmo assim, devemos nos confrontar com as noções como “realidade”, “prova” e “verdade”. Isto não significa, naturalmente, que aquele fenômeno inexistente ou documentos falsos são historicamente menos relevante aos historiadores. Setenta anos atrás, Bloch e Lefebvre ensinaram o oposto. Mas as análises das representações sociais não podem desconsiderar o princípio da realidade. O medo dos camponeses franceses no verão de 1789 tem mais profundidade, mais revelações, mais implicações significativas, na medida em que é possível demonstrar que o fenômeno que o disparou – aqueles agressivos bandidos delirantes – nunca existiu. Podemos concluir, portanto, que as tarefas de ambos, do historiador e do juiz, implicam na habilidade para demonstrar, de acordo com as regras específicas, que x fez y, onde x pode dar a conhecer o ator principal de um evento histórico ou de um ato legal, apesar de inominado, e y designou qualquer tipo de ação.¹⁸ Mas, por vezes, casos que o juiz desprezaria como juridicamente inexistente

convertem-se em algo frutífero aos olhos do historiador.

3

De fato, historiadores e juízes tradicionalmente têm tido objetivos amplamente divergentes. Durante muito tempo historiadores trataram exclusivamente com eventos políticos e militares: com Estados, não indivíduos. Agora Estados, contrariamente dos indivíduos, não podem ser levados à corte. De Tucídides a Maquiavel, a Hegel, e para além dele, esse fato inegável inspirou intensas, às vezes trágicas, reflexões sobre a amoralidade do poder, sobre o Estado como instrumento de forma superior de moralidade, e assim por diante.

Existe, contudo, um gênero limítrofe, o qual trata de vidas individuais: biografia. Até mesmo esse tipo de atividade intelectual foi transmitido para nós pelos gregos antigos. Em suas Conferências de Harvard, *The Development of Greek Biography*, Momigliano enfatizou a duradoura diferença entre história e biografia como gênero literário.¹⁹ Droysen, o grande historiador do século dezenove, escreveu que era possível escrever a biografia de Alcibiades, Cesare Borgia, e Mirabeau – mas não de César ou Frederico o Grande. Como Momigliano explicou, “o aventureiro, o faltoso, a figura marginal, eram assuntos para biografia”.²⁰ As vidas, contudo, de “indivíduos mundos-histórico”, como Hegel os rotulou, eram para ser identificados com a história universal.

Mas o século XIX não foi apenas o século de Napoleão. Foi também o século do pleno acesso da burguesia ao poder, a transformação da Europa rural, do crescimento selvagens das cidades, das primeiras lutas de trabalhadores e o princípio da emancipação das mulheres. Para uma análise histórica desse fenômeno foram necessárias novas categorias, novos métodos de pesquisas, novas estruturas estilísticas. Mas a história social, sucessora intelectual da *histoire*

¹⁶ Gostaria de agradecer a Immanuel Wallerstein com quem três anos atrás tive uma longa conversa sobre este tópico que envolveu frutuozas discórdias.

¹⁷ Ver François Hartog, *Le Miroir d'Herodote: Essai sur la représentation de l' autre* (Paris, 1980); trad. Janet Lloyd, sob o título *The Mirror of Herodotus: The Representation of the Other in the Writing of History* (Berkeley, 1988). Ver também Ginzburg, “Proofs and Possibilities”, pp. 121-22.

¹⁸ Sobre a noção judicial de prova, ver Ferrajoli, *Diritto e ragione: Teoria del garantismo penale* (Rome, 1989), p. 108.

¹⁹ Ver Momigliano, *The Development of Greek Biography* (Cambridge, Mass., 1971).

²⁰ *Ibid.*, pp. 2-3.

des moeurs do século dezoito, desenvolveu lentamente. Um primeiro exemplo de história escrita de baixo para cima, o bem conhecido *Essai sur l'histoire de la formation et du progrès du Tiers Etat* (1850) de Augustin Thierry, tomou a forma de uma “biografia imaginária”. Num curto ensaio “*Historie véritable de Jacques Bonhomme, d’après les documents authentiques*” (1820), Thierry traçou a biografia de Jacques, o protótipo do camponês francês – uma biografia que durou vinte séculos, da invasão romana até o presente. Isso, obviamente tinha a intenção de ser uma “brincadeira”, “*une plaisanterie*”, mas uma brincadeira amarga. Ao focar sobre uma única personagem, Thierry enfatizou que no fim das contas a dominação foi diferente (Romanos, Francos, Monarquia Absoluta, República, Império, Monarquia Constitucional), que as formas de poder tinham mudado, mas a dominação sobre os camponeses persistia, geração após geração.²¹ O mesmo esquema narrativo foi usado por Michelet na primeira seção de sua *La Sorcierè* (1862): as transformações, tanto quanto o contínuo esconder da bruxaria medieval, foram expressas por uma mulher, a Bruxa, agindo por meio de uma série de eventos que de fato tinham durado séculos. Isso parece obviamente que Michele tomou sua inspiração de Thierry. Em ambos os casos, a personagem simbólica enfatiza uma multidão de vidas oprimidas pela miséria e opressão: as vidas daqueles indivíduos que, como lemos no verso inesquecível de Baudelaire, “n’ont jamais vécu!”²². Dessa maneira, historiadores responderam o desafio partindo de um romancista como Balzac.²³ A mistura da

biografia imaginária e *documentos autênticos* permitiram aos historiadores a oportunidade de sobrepor a três obstáculos; a irrelevância do tópico (camponeses, bruxas) de acordo com critério tradicional; a escassez de evidências; e a ausência de modelos estilísticos. Alguma coisa similar já tinha acontecido após o triunfo do Cristianismo, quando a emergência de novos tipos humanos – bispos, santos masculinos e femininos – inspiraram esforços para retomar velhos modelos biográficos, assim como criar novos modelos.²⁴

Orlando de Virgínia Woolf (1928) pode ser considerado como um convergente, embora diferente, experimento, na medida em que o livro se baseia mais na invenção literária do que na reconstrução histórica. Nesse caso, o herói, que orgulhosamente caminha através dos séculos, é mais marginal do que o de sempre: um andrógino. Esse trabalho parece ser mais uma prova de que o esquema narrativo que estou descrevendo, longe de ter implicações puramente técnicas, foi uma tentativa consciente para sugerir uma dimensão histórica escondida ou pouco visível. Personagens eternas, construídas sobre uma escala maior que a humana, como Jacques Bonhomme ou a Bruxa, foram concebidas como projeção simbólica de uma multidão de esquecidos, decretados à completa irrelevância.²⁵

4

Mencionar nesse contexto uma noção de evidência histórica (para não dizer judicial) seria

²¹ Esse pequeno ensaio apareceu primeiro em *Le Censeur européen*, 12 May 1820; reaparece em Augustin Thierry. *Dix ans d'études historiques* (Paris, 1835), pp. 308-17. Tenho recorrido à edição de 1842, Milan. Ver também Lionel Gossman, *Augustin Thierry and Liberal Historiography*” suppl. to *History and Theory*, no.15 (1976): 1-83; Pozzi, introduction to Thierry, *Scritti storici* (Torino, 1983); and Marcel Gauchet, “Les *Lettres Sur l'histoire de France* d’ Augustin Thierry”, in *Les Lieux de mémoire*, ed. Pierre Nora. 2 vols. (Paris, 1986), vol. 2, pt. 1, pp. 247-316.

²² “Ainda que a maioria nunca o saiba/ A doçura do lar nunca é real” [“Encore la plupart n’ont-ils jamais connu / La douceur du foyer n’ont jamais vécue” (Charles Baudelaire, .Le Crépuscule du soir”], 11. 38-39. *Les Fleur du mal*, in *Oeuvres complètes*, ed. Y.-G. le Dantec (Paris, 1961), p. 91.

²³ Ver Ginzburg, “Proofs and Possibilities”, p. 120. Em comentário que *L’Histoire véritable de Jacques Bonhomme* foi imediatamente seguido em *Le Censeur européen* por uma revisão entusiasmada, também por Thierry, *Ivanhoe* de Walter Scott Gauchet comments: “As fontes sugerem que o romance histórico indica que a técnica é o que possibilita explorá-lo”. [“Ce que les sources suggèrent, le roman historique révèle que la technique existe qui permet l’explorer”] (Gauchet, “Les *Lettres Sur l’histoire de France* d’ Augustin Thierry”. p. 274).

²⁴ Ver Momigliano, “Marcel Mauss e il problema della persona nella biografia greca” e “The Life of St. Macrina by Gregory of Nyssa”, in *Ottaw contributo alla storia degli studi classici e del mondo antico*, pp. 179-90, 333-47.

²⁵ Eu me pergunto se a idéia central de Orlando de Virgínia Woolf: *A Biograplay* (New York, 1928) foi inspirada em *She, a History of Adventure* (London, 1887), a bem-sucedida novela vitoriana de Henry Rider Haggard.

obviamente sem sentido. Afinal, nenhum dos livros que mencionei pode ser considerado como exemplo de escritos históricos. Mesmo *La Sorcière*, quando de sua publicação, numa atmosfera já impregnada pelo positivismo, foi rejeitado como um tipo de novela.²⁶ Mas as coisas mudaram desde então. Hoje o livro de Michelet é amplamente considerado como um dos importantes trabalhos da historiografia do século dezenove. Essa mudança na apreciação está relacionada à mudança bem maior, que (como os exemplos que analiso mostrará), rigorosamente, levou ao centro do debate historiográfico contemporâneo a periférica e obscura área compreendida entre a história e a ficção.

Vamos começar com *Medieval People* de Eileen Power (1924). Power foi responsável, com Sir John Clapham, pelo projeto do *The Cambridge Economic History of Europe*; por muitos anos, até a sua prematura morte em 1941, ela ensinou história econômica na London School of Economics.²⁷ *Medieval People* é um livro brilhante, baseado em pesquisa de primeira-mão, embora endereçado ao público não especializado. O livro fornece uma imagem da sociedade medieval a partir de uma série de descrições de “pessoas realmente comuns e incógnitas, com a exceção de Marco Pólo”. Power comenta em sua introdução que “freqüentemente há tanto material para reconstruir a vida de alguma pessoa muito comum quanto há para escrever uma história de Robert da Normandia ou de Philippa de Hainault”²⁸. Essa desafiadora afirmação é provavelmente exagerada. Apesar de sua incomum habilidade em combinar erudição e imaginação, Power falha ao demonstrar sua tese. Significativamente, Eglentyne e a esposa de Ménagier, as duas únicas mulheres na série, são tomadas de dois textos literários amplamente diferentes, ambos escritos por homens: Chaucer e o suposto Ménagier de Paris, o autor de livro de instruções para sua esposa, escrito entre 1392 e 1394. Ainda mais significativa é o fato de que o herói do primeiro capítulo de Power, Bodo, o camponês, é

pouco mais de um nome inscrito num livro de bens patrimoniais compilado durante o reinado de Charlemagne por Irminon, abade de Saint-Germain-des-Prés. A partir desse documento, nós lemos que Bodo tinha esposa, Ermentrude, e três filhos, Wido, Gerbert, e Hildegard; também obtemos alguma informação acerca das terras que usa para sua penosa labuta. Para acrescentar algo concreto a esses toscos dados, Power delineou o ambiente social em que Bodo viveu. Ela explica a organização do trabalho na terra dos abades, o relacionamento entre o senhor e o tribunal presbítero, quantidade de demanda de trabalho dos arrendatários das tenências. Então ela observa: “Deixa-nos tentar imaginar um dia em sua vida. Na refinada manhã de primavera, em direção ao fim do reino de Charlemagne, Bodo acorda cedo” (*MP*, p.7). As descrições que seguem incluem esforços para reconstruir as crenças e superstições de Bodo: “se você continua seguindo atrás de Bodo quando ele cava o primeiro sulco na terra, você provavelmente o teria visto tirado de seu colete um pedaço de bolo, assado para ele por Ermentrude, feito de tipos diferentes de refeições, e o teria visto parar e descansar no sulco de terra e cantar: ‘Terra, Terra, Terra!’ Nossa mãe!” (Aqui esta um texto de uma música anglo-saxão; *MP*, p. 12).

Não há necessidade em acentuar as diferenças entre a vida de Jacques Bonhomme, esquematizada em poucos traços por Thierry, em 1820, e a detalhada descrição da vida de Bodo fornecida por Power um século depois. No primeiro, a evidência, foca um herói simbólico que atravessa os vinte séculos; no último, se concentra em torno de um indivíduo verdadeiro, dentro de tempo homogêneo. Em ambos os casos, contudo, evidências escassas e fragmentadas têm sido suplementadas com elementos tomados de contextos (diacrônico, no primeiro caso, sincrônico, no segundo). Mas Power, que partiu de uma premissa realista, não simbólica, usa a noção contextual de maneira bastante flexível. Por exemplo, é improvável que Bodo, cidadão de Ilê-de-France, tenha cantado uma música Anglo-

²⁶ Ver o prefácio de Paul Viallaneix to Jules Michelet, *La Sorcière* (Paris, 1966), p. 20.

²⁷ Ver prefácio de M. M. Postan a *Economic Organization and Policies in the Middle Ages*, vol. 3 of *The Cambridge Economic History of Europe*, ed. Postan, E. E. Rich, and Edward Miller (Cambridge, 1965), p. v, e J. H. Prefácio de Clapham a essa primeira edição, ed. Clapham and Eileen Power (Cambridge, 1941), pp. v-viii. Sobre Power, vista como uma versão feminina de Bloch, ver Natalie Zemon Davis, “History’s Two Bodies”, *American Historical Review* 93 (Feb. 1988): 1-30, esp. p. 18.

²⁸ Power, *Medieval People* (Boston, 1924), pp. viii, vii; daqui para frente abreviado *MP*.

saxônica. Ademais, quando lemos que “Bodo certamente tiraria férias e iria à feira” (MP, p. 21)²⁹, imediatamente compreendemos que isso é uma suposição. Mas somente o leitor ingênuo ao ler uma despropositada sentença como “Bodo não assobiava no frio” (MP, p. 7) poderia perguntar se ela esta baseada em alguma evidência. A integração anterior, como outras muitas do livro de Power, confia numa específica compatibilidade histórica, a última, sobre uma plausibilidade geral e vaga (camponeses de hoje assobiam; eles certamente assobiavam mesmos nos tempos de Charlemagne). Mas assobio humano, mesmo sendo uma prática cultural, não pode ser automaticamente projetado sobre a sociedade.

No prefácio dela ao *Medieval People*, Power diz que “história social proporciona em si mesma o que deve ser particularmente chamado de tratamento pessoal” (MP, p.vii.). Nessa passagem “pessoal” significa “típico” – embora em outro lugar Power expressa algumas reservas em relação ao conceito de “tipo ideal” de Max Weber.³⁰ Durante muito tempo, de fato, historiadores tem explícita ou (mais freqüentemente) implicitamente desdenhado da possibilidade de reconstruir as vidas de indivíduos desprivilegiados de um passado distante. De acordo com típica declaração feita por François Furet em 1963, historiadores podem tratar com grupos situados na parte mais baixa da escada social apenas numa perspectiva quantitativa, anônima, baseados na demografia sociológica e histórica.³¹ Poucos anos mais tarde, contudo, alguns historiadores começaram a contestar essa conclusão excessivamente pessimista para tentar reconstruir as vidas de indivíduos, homens e mulheres, das classes populares do passado. Muito significativamente, as mais ricas (para não dizerem

apenas disponíveis) evidências para esta empreitada subsiste, direta ou indiretamente, a partir de registros de tribunais de lugares e tempos distantes: França, século quatorze ou dezesseis, China ou Itália, século dezessete.³² Essa nova proximidade entre o historiador e o juiz trouxe novamente para a vanguarda, embora numa perspectiva diferente, convergências e divergências anteriormente mencionadas entre seus respectivos métodos.³³

O livro *O Retorno de Martim Guerre* de Natália David ilustra as implicações contraditórias desta proximidade. O julgamento contra o homem que pretendeu ser Martim Guerre está aparentemente perdido. David foi compelido a trabalhar sobre o comentário detalhado de Jean de Coras, o juiz que conduziu o julgamento. Assim, ela diz:

“Na ausência de testemunhos do julgamento (tais registros de casos de crimes antes de 1600 sumiram completamente do Parlamento de Toulouse), trabalhei por meio de registros de sentenças parlamentares a fim de encontrar mais sobre os negócios e sobre as práticas e atitudes dos juizes. Na busca dos meus atores rurais, tenho pesquisado através de contratos cartoriais através de povoados, acima de tudo, nas dioceses de Rieux and Lombez. Quando eu não pude encontrar meu indivíduo homem ou mulher, em Hendaye, em Artigat, em Sajas, ou em Burgos, então fiz meu melhor através de outras fontes do período e lugar para descobrir o mundo que eles tinham visto e as reações que eles poderiam ter tido”.³⁴

Nós inevitavelmente lembramos de Power. De fato, num recente ensaio, Davis traçou apaixonado e engajado retrato intelectual dela.³⁵ Mas Davis é muito mais cuidadosa que Power ao distinguir verdades de

²⁹ A palavra “certamente” aqui significa “presumivelmente”, uma freqüente troca na linguagem do historiador.

³⁰ Ver Davis, “History’s Two Bodies”, p. 22, onde ela cita o comentário crítico de Power sobre Weber em seu artigo, “On Medieval History as a Social Study”, *Economica*, n.s. 1 (Feb. 1934): 20-21.

³¹ Ver Furet, “Pour une définition des classes inférieures à l’époque moderne”: *Annales: Économies, Sociétés, Civilisations* 18 (May-June 1963): 459-74, esp. p. 459.

³² Ver Emmanuel Le Roy Ladurie, *Montaillou, village, occitan de 1294 à 1314* (Paris, 1975), trad. Barbara Bray, sob o título *Montaillou: The Promised Land of Error* (New York, 1978); Davis, *The Return of Martin Guerre*, (Cambridge, Mass., 1983); Ginzburg, I benandanti (Torino, 1966), trad. Tedeschi and Tedeschi, sob o título *he Night Battles: Witchcraft and Agrarian Cults in the Sixteenth and Seventeenth Centuries* (Baltimore, 1983); Ginzburg, *Il formaggio e i vermi: Il cosmo di un mugnaio del 1500* (Torino, 1976), trad. Tedeschi and Tedeschi, sob o título *The Cheese and the Worms: The Cosmos of a Sixteenth-Century Miller* (Baltimore, 1980); and Jonathan D. Spence, *The Death of Woman Wang* (New York, 1978).

³³ Ver Ginzburg, “The Inquisitor as Anthropologist”.

³⁴ Davis, “*The Returns of Martin Guerre*”, p. 5.

³⁵ Ver Davis, “History’s Two Bodies”.

possibilidades. Ao invés de dissimular dentro do modo indicativo as integrações, ela faz de maneira a preencher os vazios documentais. Davis os enfatiza pelo uso seja do modo condicional ou expressões com “talvez” e “pode ter sido”. Nós podemos comparar o método dela às técnicas do restaurador de arte moderna, como o suposto *rigatino*, em que as lacunas dentro da superfície pintada são enfatizadas por refinada produção em vez de ocultá-las através de nova pintura, como eles estiveram no passado.³⁶ Vendo como espaço de possibilidades históricas, o contexto dá ao historiador a possibilidade de integrar a evidência, freqüentemente constituída apenas por dispersos fragmentos, à vida individual. Estamos obviamente muito longe da perspectiva judicial.

O uso de registros de tribunais, portanto, não implica que historiadores, disfarçados de juizes, devam tentar decretar novamente o julgamento do passado – um objetivo que não teria razão de ser, se isso não for intrinsecamente impossível. Debates como o feito por Robert Finlay e Natalie Davis sobre a culpa ou inocência de Bertrande de Rols, a esposa de Martin Guerre, parece um pouco estranho. Mesmo o comentário de Davis sobre a importância de sua reconstrução do contexto com um simples “meta adicional” parece a mim marcado por certa timidez teórica.³⁷ O objetivo específico desse tipo de pesquisa histórica deveria ser, penso, a reconstrução da relação (sobre o que nós conhecemos tão pouco) entre vidas individuais e os contextos em que elas se desdobram.³⁸

Esforços para tentar unir esses dois pólos são freqüentemente suposições. Mas nem todas as suposições são aceitáveis. Deixa-nos dar uma olhada noutro livro baseado na literatura que conta de um julgamento perdido: *Death of Woman Wang*. Numa tentativa ousada para reconstruir o que Wang, a camponesa pobre que é a principal personagem do livro, estava sonhando imediatamente antes da violenta

morte dela, Spence usou uma série de fragmentos dos trabalhos literários de P’u Sung-ling, escritor chinês do século dezessete que viveu numa região vizinha. “Por combinar algumas das (suas) imagens na forma de montagem, isso pareceu a mim”, escreveu Spence, “que poderíamos irromper além de outras fontes desse mundo perdido, e quase chegar ao ponto de expressar o que deveria ter passado na mente da mulher Wang quando ela dormia antes de morrer”.³⁹ Não estou questionando a correção de Spence em relação aos leitores: o sonho foi impresso em itálico. Nós estamos, por conseguinte, numa zona intermediária, indicando possibilidade histórica (“que deveria ter sido”) e não evidência concreta. Mas para recriar o sonho de uma pobre mulher camponesa através das palavras de um letrado ensaísta e contador de histórias quase que parece um gratuito exercício.

5

Minha atitude em relação à questão da evidência e da prova é muito devedora ao trabalho de Arnaldo Momigliano. Não é por acaso que o tenho citado tão freqüentemente. Num ensaio publicado alguns anos antes de sua morte, ele se expressou de modo impetuoso sobre os “pontos fundamentais” como se segue:

[1] O historiador trabalha sobre a evidência. [2] Retórica não é seu negócio. [3] O historiador tem de assumir costumeiro senso comum como critério para julgar sua própria evidência. [4] Ele não deve permitir a si mesmo de ser convencido de que seus critérios da verdade são relativos e aquilo que é verdade para ele hoje não será verdade para ele amanhã.⁴⁰

[1] Tem se tornado menos e menos óbvio, em si mesmo e em suas implicações. Isso me parece absolutamente verdadeiro, mas [2] parece a mim, pelo contrário, impossível de se aceitar, acima de tudo se assumir que a linguagem do historiador tem implicações

³⁶ Ver Ginzburg, “Proofs and Possibilities”, pp. 122-25. Ver também A. Lloyd Moote, análise do *The Return of Martin Guerre*, by Davis, *American Historical Review* 90 (Oct. 1985): 943.

³⁷ Davis, “On the Lame” *American Historical Review* 93 (June 1988): 573. Ver Robert Finlay, “The Refashioning of Martin Guerre”, *American Historical Review* 93 (June 1988): 553-71.

³⁸ Ver Giovanni Levi, “Les Usages de la biographie” *Annales: Économies, Sociétés, Civilisations* 44 (Nov.-Dec. 1989): 1325-36.

³⁹ Spence, *The Death of Woman Wang*, pp. xiv-xv. See also pp. 128-31, 160-61.

⁴⁰ Momigliano, “Considerations on History in an Age of Ideologies”, *Settimo contributo alla storia degli studi classici e del mondo antico* (Rome, 1984), p. 268; nessa passagem acima citada, os números em colchetes são meus. Ver dele também “Rhetoric of History and the History of Rhetoric: On Hayden White’s Tropes.” pp. 49-59 do mesmo volume.

cognitivas e não meramente retóricas. [3] Parece provocação consciente que contradiz todo o trabalho de Momigliano, no qual ele explorou a longa e complexa história daqueles alegados “senso comum”. Considero a rejeição do relativismo, tão fortemente expresso na [4], como particularmente importante e basicamente verdadeiro. Mas sugeriria que uma distinção deveria ser feita entre verdade, como um princípio regulador, e critério de verdade.⁴¹ Os exemplos analisados anteriormente mostram que os respectivos papéis da verdade e da possibilidade são, na pesquisa histórica contemporânea, um debate e ainda resulta em aberto. É

impossível prever se um novo consenso erudito, comparável àquele que emergiu no fim do século dezoito em torno da relevância dos métodos antiquários, irá emergir sobre essas questões. Mas isso (cito novamente Momigliano) “não é [nosso] negócio”.

Uma simples analogia poderia ser sugestiva nesse contexto. Nem o desenvolvimento do passado e do futuro do idioma por nós falado, nem a existência de outras linguagens, afetam o nosso compromisso com a nossa língua ou com o seu domínio sobre realidade. Traduzibilidade e relativismo não são sinônimos.

⁴¹ Sobre a noção (Kantiana) de “idéias reguladoras”, ver Amos Funkenstein. *Theology and the Scientific Imagination from the Middle Ages to the Seventeenth Century* (Princeton, N.J., 1986), pp. 18-22.

FUNDAÇÃO DE FREGUESIAS, ELEVAÇÃO DE VILAS E FORTIFICAÇÃO DE PRAÇAS NA CAPITANIA DE SÃO PAULO (1765-1775)

A gestão restauradora do Morgado de Mateus

Foundation of freguesias, rise of villages and blockhouse of square In the capitánias of São Paulo (1765-1775): the restoring management of the Morgado of Mateus

Ivone SALGADO*

RESUMO

O trabalho discute o plano estratégico de localização do conjunto de freguesias fundadas, vilas elevadas e fortificações construídas pelo Morgado de Mateus, Governador e Capitão General da Capitania de São Paulo entre 1765 e 1775, no contexto do projeto metropolitano da coroa portuguesa frente às ameaças espanholas à fronteira sul da colônia. O trabalho explora como, a partir de um projeto delineado pelo governo pombalino, o Morgado de Mateus determinaria a posição estratégica de um conjunto de freguesias e vilas fundadas e/ou nomeadas. O trabalho investiga, ainda, o modelo urbanístico empreendido neste processo e o papel dos auxiliares militares que registrariam em cartas corográficas a grande aventura ocidental de ocupação militar construindo a base cartográfica para a fundação dos novos povoadamentos.

Palavras-chave: São Paulo, modelo urbanístico, governo pombalino

ABSTRACT

The work argues the strategical plan of localization of the set of established clienteles, high villages and blockhouses constructed for the First-born son of Mateus, Governor and General Captain of the Captainship of São Paulo between 1765 and 1775, in the context of the metropolitan project of the Portuguese crown front to the Spanish threats to the south border of the colony. The work explores as, from a project delineated for the pombalino government, the First-born son of Mateus would determine the strategical position of a set of clienteles and established and/or nominated villages. The work investigates, still, the urbanístico model undertaken in this process and the military paper of the assistant that would register in corográficas letters the great adventure occidental person of military occupation having constructed the cartographic base for the foundation of the new povoamentos.

Keywords: São Paulo, urbanistic model, pombalino government

* Professora doutora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – PUC-Campinas.

1. POVOAÇÃO NA CAPITANIA DE SÃO PAULO

Para Antonio da Costa Santos¹, o conjunto de freguesias fundadas e vilas elevadas no governo de D. Luis Antonio de Sousa Botelho Mourão, o Morgado de Mateus, entre 1765 e 1775, na capitania de São Paulo, participa da construção de uma estratégia de consolidação territorial, animação econômica e fortalecimento do poder central da Coroa na Colônia. Estes objetivos deveriam ser atingidos através da extinção das donatárias, da negociação com a ordem jesuítica estabelecida no espaço definido pelo Tratado de Madri de 1750 e pelo Tratado de El Pardo de 1761 no desfecho da mudança da capital do Brasil.

O discurso de posse do Morgado de Mateus, que fora nomeado a 4 de dezembro de 1764 e oficializado a 5 de janeiro de 1765, proferido no ato de restauração do governo de São Paulo, em 6 de abril de 1766, revela a dimensão do projeto delineado pelas instruções pombalinas de governo:

“Foi Sua Majestade servido de me mandar com o governo desta Capitania, encarregando-me de procurar por todos os meios estabelecê-la ao seu antigo esplendor, procurando os modos mais efecazes de acrescentar as suas povoações, estender aos confins dos seus domínios, fertilizar os campos com a agricultura, estabelecer nas terras diferentes fábricas, idear novos caminhos, penetrar ignógnitos sertões, descobrir o ouro das suas minas e, finalmente, fortificar suas praças, armar o seu exército, fazer observar as leis e respeitar as justiças.”²

Nas Cartas Instrutivas que Pombal estabeleceu para o Morgado de Mateus estava explícito o objetivo de consolidação do domínio das capitanias do Brasil. Em documento de 26 de junho de 1765, sobre a defesa especial a ser feita sobre as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, esta última como nova capital, destacava-

se ser esta a “...chave deste Brasil, pela sua situação, pela sua capacidade, pela vizinhança que tem com os Domínios de Espanha”, e a primeira (no caso São Paulo) “pela situação que abre a porta a passagem das Minas”.³

Segundo Antonio da Costa Santos⁴, a obra geopolítica de ocupação do território paulista, realizada pelo Morgado de Mateus, delineia um nova dimensão para a pequena rede de povoações e vilas então existentes, adequando-a para ser a parte fundamental dos circuitos mercantis internos do eixo centro-sul da colônia.

A gestão restauradora da Capitania de São Paulo exercida pelo Morgado de Mateus definiu, entre outros, objetivos estratégicos de ocupação do território, a fundação de povoações, freguesias e elevações de freguesias a vilas, uma vez que a região estava pouco povoada naqueles tempos.

Para Heloísa Liberalli Belotto⁵, a maioria dos habitantes da capitania de São Paulo estavam dispersos pelo comércio e pela prática da lavoura itinerante pois as atividades econômicas na capitania não tinham um caráter sedentário, ao contrário dos engenhos de açúcar e da mineração, que propiciaram o povoamento em outras regiões do Brasil.

De uma maneira geral, o processo de urbanização do Brasil nos séculos XVI e XVII, segundo Nestor Goulart Reis Filho⁶, teve como característica a ‘maritimidade’; a vila de São Paulo constituía uma exceção, plantada serra acima e voltada para o sertão. Em concordância com as análises de Nestor Goulart Reis Filho, Heloísa Liberalli Belotto afirma que foi no século XVIII que a “obra de urbanização conseguiu libertar-se definitivamente da orla atlântica”. Seus fatores foram a expansão paulista e a beligerância espanhola, no sul; a mineração no Centro-Oeste; a expansão pastoril no Nordeste; e a ação missionária na Amazônia.⁷

¹ SANTOS, Antonio da Costa. Campinas, das origens ao futuro – compra e venda de terra e água e um tombamento na primeira sesmaria da Freguesia de Nossa Senhora de Conceição das Campinas do Mato Grosso de Jundiá (1732-1992), Editora UNICAMP, Campinas, 2002, p. 47.

² SANTOS, Antonio da Costa, op. cit. p. 47.

³ SANTOS, Antonio da Costa, op. cit. p. 48.

⁴ SANTOS, Antonio da Costa, op. cit. p. 65.

⁵ BELLOTTO, Heloísa Liberalli, Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo: 1765-1775, Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, São Paulo, 1979, p. 172.

⁶ In: BELLOTTO, Heloísa Liberalli, op. cit. p. 172.

⁷ Heloísa Liberalli, op. cit. p. 172.

Entre 1705 (data da criação de Pindamonhangaba) e 1767 (quando ocorreram fundações levadas a efeito pelo Morgado de Mateus) nenhuma vila foi fundada em território paulista. O reinado de D. João V e o de D. José, em seus primeiros tempos, estavam voltados exclusivamente para a zona de mineração. Deste modo, para São Paulo não havia necessidade, nem interesse, de expandir-lhe a rede urbana já existente no século XVII.

O próprio Morgado de Mateus o constataria ao enviar para Lisboa a descrição do 'estado político' da capitania, após um ano e meio de governo, ao comentar a respeito das antigas vilas:

“As Vilas e Povoações Civis que tem esta Capitania quase todas as fundarão os primeiros povoadores; aquellas de que pude alcançar a sua fundação quase todas forão feitas no tempo dos Donatários, e antes do descobrimento das Minas; a ultima que se fundou foi Pindamonhangaba, a qual foi feita Villa por ordem de Sua Magestade de dez de Julho de mil setecentos e cinco; tudo consta dos papeis antigos do Archivo desta Camara; desde esse tempo para cá não houve mais fundação alguma; porem algumas Villas são Povoações muito pequenas; os mesmos moradores que nellas se conservão são os que tem citio mais perto, porque os que os tem longe só acodem à Villa pelas festas do anno, ou em solenidades mayores, fora destes xazos vão seguindo o mato virgem...”⁸

A rede urbana que o Morgado de Mateus encontrou tinha como aglomerado principal a cidade de São Paulo, em torno da qual gravitavam aldeamentos indígenas e freguesias (algumas das quais seriam elevadas a vila durante o seu governo. Serra acima, distinguíam-se Mogi das Cruzes, Jacareí, Taubaté, Pindamonhangaba e Guaratinguetá, no Vale do Paraíba. Destas, as mais prósperas e populosas eram Taubaté e Guaratinguetá. Para o Oeste, destacavam-se as vilas de Sorocaba e Itu.

Na marinha havia certa concentração de população da capitania, embora o número de habitantes de Paranaguá (a vila mais populosa do litoral) fosse inferior ao de Sorocaba. Curitiba e São José, não sendo litorâneas, foram também enquadradas entre as vilas do Sul, na Marinha. E estas é que figuravam logo abaixo de Paranaguá, em termos de população. Seguiam-se Santos, São Sebastião e Ubatuba.

Conclui-se que os núcleos mais povoados, em ordem decrescente, eram: São Paulo, Sorocaba, Paranaguá, Guaratinguetá, Taubaté, Itu e Santos. Mas, as cifras relativamente consideráveis, não indicam obrigatoriamente que as respectivas áreas urbanas fossem muito povoadas. Muitos dos moradores, não obstante computados como pertencentes às vilas, viviam na zona rural. Frequentavam o povoado quando das festas religiosas. Entre a gente dispersa, havia os que tinham atividades definidas em lavouras, em pousos, no comércio ou nas expedições de exploração. Mas, havia ainda os realmente vadios, vivendo de coleta e caça, sem rendimento e sem ocupação. Era principalmente contra estes que se voltavam as autoridades, procurando disciplinar-lhes a forma de vida e conduta.⁹

Para Heloísa Liberalli Bellotto¹⁰, D. Luís Antonio reconhecia que a capitania não poderia desenvolver-se sem se multiplicarem os colonos e sobre os poucos que ali se encontravam considerava que seriam mais úteis se congregados em povoações civis; quer fundando-se novas povoações ou acrescentando população àquelas já existentes.

A dispersão da população no território paulista prejudicava o objetivo de recrutamento visado pelo Morgado de Mateus. Parte desta população dispersa era constituída de índios congregados em aldeias, quer as do Padroado Real (Pinheiros, Barueri, São Miguel, Nossa Senhora da Escada, São João de Guarulhos), quer as que haviam pertencido aos Jesuítas (São José, Nossa Senhora da Ajuda, Mboy, Carapicuíba e Itapeverica). Segundo Heloísa Liberalli Bellotto, o Governador pensara em assegurar ao gentio o aprendizado de ofícios e em fazê-los cultivar as terras e

⁸ Ofício do Morgado de Mateus ao Conde de Oeiras. São Paulo, 23 de dezembro de 1766, Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo. In: Heloísa Liberalli Bellotto, op. cit., p. 173.

⁹ BELLOTTO, Heloísa Liberalli, op. cit., p. 175.

¹⁰ BELLOTTO, Heloísa Liberalli, op. cit., p. 175-176.

observava que os mesmos encontravam-se marginalizados e vivendo em “grande decadência”. Ainda, informava a Pombal que os habitantes das aldeias dispersavam-se por causa da ausência de condições mínimas de sobrevivência. “Não obstante suas medidas para reorganização das aldeias, inclusive mandando recolherem-se os desertores, o Morgado de Mateus não acreditava no sistema como tal. Aliás, era idéia do governo central a integração das aldeias... Pensava que se formassem nelas freguesias que tornassem possível a congregação entre brancos e índios, visando depois sua elevação a vila, obter-se-iam vantagens recíprocas”.¹¹

O possível reabastecimento delas, por meio da sua produção agrícola e ganadeira, facilitaria altamente a manutenção das milícias paulistas. As povoações deveriam funcionar como “pontas de lança” para o

sertão, inclusive, com a possibilidade de seus habitantes se interessarem por futuras incursões de conquista e povoamento. Assim, deveriam as novas povoações superpor-se à rede urbana já existente, rede esta que há muito tempo não era revitalizada; ou deveriam se constituir em novas ramificações dessa mesma rede. Enquanto não se constituíssem em vila, com pelourinho e câmara, as povoações seriam governadas por diretores.

No início, inúmeras eram as dificuldades para o crescimento das povoações, dentre elas a pobreza da gente como pode ser observado para o caso de Sabaúna. Outras, todavia, prosperavam. Em 1770, D. Luis Antonio escrevia a um Bispo do Rio de Janeiro solicitando párcos para Guaratuba e agradecendo os já enviados para Lages. Ainda, comentava que os de Paranaguá e São Francisco não podiam assistir à Guaratuba em razão de seu redobrado serviço.¹²



Figura 1. Detalhe da “Planta da Barra da Villa de S.tos. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Aspecto da Vila de Santos no período da administração do Morgado de Mateus.

¹¹ BELLOTTO, Heloísa Liberalli, op. cit., p. 178

¹² BELLOTTO, Heloísa Liberalli, op. cit., p. 190.



Figura 2. Detalhe da “Planta da Barra da Villa de S.tos. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Aspecto da Vila de São Vicente no período da administração do Morgado de Mateus.

Nos anos de 1770, as duas povoações haviam alcançado relativo progresso, pois D. Luis Antonio, observava que Guaratuba já se achava “com bastante cazas, Igreja e outros edificios públicos, em que se está actualmente trabalhando”¹³. E para que seu desenvolvimento fosse facilitado ordenava ao ouvidor da comarca de Paranaguá que a erigisse em vila. E a mesma ordem era dada com relação à Sabaúna.

2. UMA BASE CARTOGRÁFICA

A partir de 1720, a administração de D. João V definiu como fundamental promover o mapeamento das novas áreas ocupadas indevidamente em terras hispânicas em locais onde se descobrira as ricas minas de Goiás e Mato Grosso. Para tal, D. João V decidiu realizar um “Novo Atlas do Brasil” e enviou para a Colônia, em 1730, a

chamada “*Missão dos Padres Matemáticos*”, especificamente, os jesuítas Diogo Soares e Domingos Capassi, que realizariam um conjunto de vinte mapas de várias capitanias e da costa do Brasil, desde Cabo Frio até Laguna. Esta base documental forneceu aos portugueses dados concretos, referentes à situação dos confins da “Conquista”, que somados a outras fontes cartográficas permitiram a confecção do “*Mappa das Cortes*” que fundamentou e ratificou as negociações celebradas em Madri em 1750.¹⁴

Assim, a Coroa portuguesa “desde 1720 munira-se dos dados necessários para formular uma estratégia de negociação com Castela, objetivando legitimar um “território” invadido para além da fronteira convencional de Tordesilhas”. Os portugueses saíram na frente e durante cerca de 30 anos “desenharam” mentalmente e materialmente o ‘território’, cuja posse

¹³ BELLOTTO, Heloísa Liberalli, op. cit., p. 190.

¹⁴ BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Desenho e desígnio: O Brasil dos Engenheiros Militares (1500-1822), Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001, p. 686.

queriam oficializar. As expedições científico-demarcatórias, posteriores à assinatura do Tratado de Madrid, vieram apenas coroar ou ratificar um “domínio” desenhado mentalmente antes de materializar-se no papel.¹⁵

As assinaturas de três Tratados de Limites – o de Madri de 1750, o de El Pardo de 1761 e o de Santo Ildefonso de 1777, implicaram o envio das expedições científico-demarcatórias ao Brasil¹⁶ visando negociar a posse da imensa faixa de terra ocupada pelos portugueses além Tordesilhas, bem como a troca da colônia do Sacramento (devolvida a Portugal pelo Tratado de Utrecht de 1715) por uma área de valor equivalente. Para a assinatura do Tratado de Madri, o diplomata Alexandre de Gusmão defendeu a

necessidade de se definir os limites entre as terras de Castela e de Portugal na América não pelas linhas convencionadas definidas anteriormente mas por linhas materiais argumentando sobre a necessidade de se compensar na América do Sul as terras usurpadas pelos espanhóis no Oriente.

Segundo o Tratado de Madri de 1750, Portugal cederia a colônia do Sacramento e território adjacente, bem como o arquipélago das Filipinas e ilhas próximas, em troca de toda a área ocupada pelos portugueses na Bacia Amazônica e na região de Cuiabá e Mato Grosso. Caberia, ainda, a Portugal as terras à margem setentrional do rio Negro e “nas margens e sertões orientais” dos rios Uruguai e seu afluente Pepiri (área já na sua posse).¹⁷



Figura 3. Carta 9ª da Costa do Brazil dezde a Barra de Santos athe a da Marambaya. Carta elaborada pelos jesuítas Diogo Soares e Domingos Capassi no século XVIII. Arquivo Histórico Ultramarino.

¹⁵ BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira, op. cit., p. 688.

¹⁶ GUERREIRO, Inácio. Fronteiras do Brasil Colonial. A cartografia dos limites na segunda metade do século XVIII. Oceanos, 40, Lisboa, 1999, p.24-42.

¹⁷ GUERREIRO, Inácio, op. cit., p.28.



Figura 4. “Mappa do Continente da Colônia de Sacramento, R. Grande de S. Pedro the a Ilha de S. Catharina com a Linha de Divizoria da Arraya ajustada pelo Tratado de Limites Celebrado entre as Coroas de Portugal e Castela em anno de MDCCL”. Biblioteca Pública Municipal do Porto

Para realizar o trabalho de mapeamento das terras e demarcação dos limites, dividiu-se o trabalho em seis *partidas*. Para coordená-las definiram-se em Lisboa e Madri duas Comissões – uma para atuar no

Sul na Baía do Prata e outra no Norte, na Baía Amazônica.

Em 1752, o Governador e Capitão-General da Capitania do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade,

foi designado para chefiar a Comissão do Sul, por parte de Portugal, juntamente com Gaspar Tello y Espinosa – o Marquês de Valdelirios, por parte de Castela.

A primeira *partida* da Comissão do Sul foi chefiada pelo genovês Miguel Ângelo Blasco, a serviço de Portugal, e por D. Juan de Echevarría, a serviço da Espanha, cabia proceder à demarcação da delicada área dos jesuítas, entre o regato que deságua perto de Castilhos Grandes, até ao ponto em que o rio Ibicuí “desemboca na margem Oriental do Uruguay” (local do primeiro marco, em dezembro de 1752). Em março de 1753 foram interrompidos os trabalhos desta “partida”, por ocasião das “Guerras Guaraníticas”, visto serem os jesuítas opositores das determinações do Tratado de Madri.¹⁸

Os trabalhos desta primeira equipe foram retomados cinco anos depois, em maio de 1758, concluindo-se a demarcação em 1759; sob a chefia de José Custódio de Sá e Faria, do lado português.

A segunda *partida* foi chefiada por José Fernandes Pinto Alpoim e D. Francisco de Arquedas e foi realizada durante o ano de 1759: partiu da Missão de São Francisco Xavier, na foz do Ibicuí (que deságua no rio Uruguai, com destino final no rio Ugureí, pouco acima do Salto Grande do Paraná). Faltou reconhecer apenas uma pequena área em função de erros de identificação da nascente do rio Pepiri, afluente do rio Uruguai.

A terceira *partida*, chefiada por José Custódio de Sá e Faria e Manuel António de Flores, iniciou seus trabalhos em novembro de 1753 e os concluiu em dezembro de 1754, cabendo-lhes percorrer a boca do rio Igureí à foz do rio Jaurú.

Em 1759, com a morte do Rei Fernando VI, foram interrompidos os trabalhos de demarcação em definitivo. O Tratado de Madri foi questionado e posteriormente anulado sendo substituído em 1761 pelo Tratado de El Pardo.

Em 1762, a Colônia do Sacramento foi tomada por D. Pedro de Cevallos, bem como a povoação do Rio Grande, na margem sul do canal de acesso à Lagoa dos Patos, no atual estado do Rio Grande do Sul.

Em 1763, o Tratado de Paris impôs aos espanhóis a restituição a Portugal da colônia do Sacramento e adjacências, mas as hostilidades no sul persistiam.

Dom Luis Antonio de Sousa Botelho Mourão pôde, portanto, debruçar-se sobre uma base cartográfica consolidada para desenhar o seu projeto de governo, restaurando de modo objetivo a autonomia paulista após os desdobramentos diplomáticos do Tratado de Madri (1750), marco histórico da política colonial portuguesa na América.

À semelhança dos padres jesuítas Diogo Soares e Domingos Capacci, outros especialistas haviam sido contratados por D. João V, geógrafos régios e engenheiros militares, por conta da demanda demarcatória dos domínios portugueses e dos descobertos bandeiristas. Este corpo técnico estaria presente no período de restauração da Capitania de São Paulo, durante o governo do Morgado de Mateus, permitindo uma base técnica para as conquistas a serem empreendidas.

A peça cartográfica inaugural do governo do Morgado de Mateus, segundo Antonio da Costa Santos¹⁹, acertaria divisas entre paulistas e mineiros, podendo ser considerada o primeiro grande ato político do Morgado de Mateus. Trata-se da “*Carta Chorográfica da Capitania de S. Paulo ...por onde se fizeram as sete principais divisões do seu Governo com o de Minas Geraes. Anno de 1766*” que, ao ampliar a fronteira dos paulistas conquista importante vitória diplomática a estabelece uma nova linha divisória sobre os acordos anteriormente determinados. Retoma, deste modo, a posse e o domínio de terras consideradas usurpadas do patrimônio paulista e cria condições para o exercício de sua estratégia geopolítica de governo, “ao instalar... uma pequena constelação de freguesias e vilas em forma de arco nas fronteiras com os mineiros e cariocas”.

¹⁸ BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira, op. cit, p. 692.

¹⁹ SANTOS, Antonio da Costa, op. cit, p. 54.

nível, responsáveis pela elaboração dos planos de construção de suas vilas, edifícios e fortificações.

José Custódio de Sá e Faria, engenheiro militar português fazia parte da equipe enviada para o Brasil para apoiar as atividades de demarcação decorrentes do Tratado de Madrid de 1750. Trabalhou no Rio de Janeiro, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e em São Paulo.

Em 1774, o Brigadeiro José Custódio de Sá e Faria foi designado pelo Morgado de Mateus para organizar o sistema defensivo na Praça de Iguatemi. Sá e Faria realizou a viagem por via fluvial, partindo da Freguesia de Ararituaba (hoje cidade de Porto Feliz - SP) tendo elaborado um diário circunstanciado e um conjunto de desenhos, registrando seu percurso e as características de alguns povoados, como da própria

freguesia de Ararituaba, que adquiriu importância especial, porque era o ponto de partida das expedições que se dirigiam à Praça Forte de Iguatemi, no limite oeste da capitania, junto às áreas de colonização castelhana. Nesta região, o governador estimulou a produção de açúcar, o que incrementou o seu desenvolvimento econômico.

O abastecimento das expedições para o Iguatemi, justificaria, ainda, a fundação de algumas povoações junto ao Tietê, ou em sua direção, dentre elas Piracicaba, atual Piracicaba – SP e Campinas de Mato Grosso, depois São Carlos, atual Campinas - SP.

Todavia, a conclusão precipitada do governo de Morgado de Mateus esteve relacionada a uma crise política instalada com o poder central tendo como foco o projeto da vila fortificada da Praça dos Prazeres no Iguatemy.

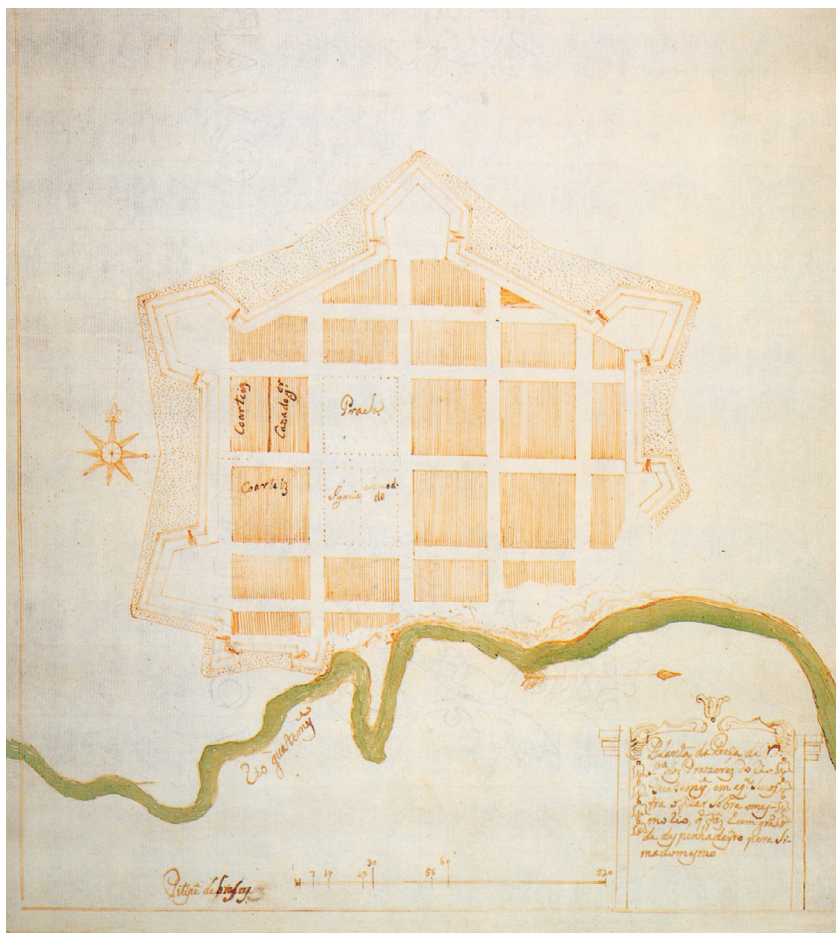


Figura 6. Planta da Praça de N. S.ª dos Prazeres do Rio Guatemy.. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Desenho atribuído a José Zuzarte.



Figura 7. Frega. De Ararituaba. Arquivo Histórico do Itamarati. Desenho de José Custódio de Sá e Faria.

4. A OCUPAÇÃO DO CONTINENTE SUL E O CAMINHO DO VIAMÃO

A ocupação do Continente Sul permaneceu como território de conflito entre portugueses e espanhóis

durante os séculos XVII e XVIII. Em 1680, o Governador do Rio de Janeiro D. Manuel Lobo alcançou a região do Rio da Prata e iniciou a construção de uma fortaleza e uma povoação ao seu redor que se denominaria Colônia do Santíssimo Sacramento, onde hoje se encontra a cidade

uruguaia de Colônia. O governador espanhol de Buenos Aires, D. José de Garro, no mesmo ano, ordenou o ataque a Colônia e fez prisioneiro D. Manuel Lobo, que viria a falecer logo em seguida.

Em 1681, foi assinado um tratado em Lisboa que passaria a Colônia para os portugueses, fato consumado somente em 1683. Entre 1704 e 1705, os espanhóis atacaram várias vezes Colônia, arrazando-a e fazendo os portugueses abandonarem o local. Este seria reconstruído, já sob o domínio espanhol. Pelo Tratado de Utrecht, de 1715, Colônia voltava ao domínio

português. Entre 1735 e 1737, os espanhóis mantiveram novamente sob cerco os portugueses, sob ordens de D. Miguel de Salcedo. Somente com o Tratado de Paris de 1737 determinou-se um armistício. Neste período, se desenvolveria na região Montevidéu e seria fundada a cidade de Rio Grande. O Tratado de Madri de 1750, entre Portugal e Espanha, estabeleceria que a Colônia de Sacramento (hoje em território do Uruguai) seria permutada pelos Sete Povos das Missões, até então ocupados pelos padres jesuítas espanhóis, incorporando ao domínio português mais de um terço do atual território do Rio Grande do Sul.



Figura 8. *Carte manuscrite de l'embouchure de Rio da Prata*, Biblioteca Nacional de Paris. Desenho de Jean-Baptiste Bourguignon d'Anville, 1740.

Na costa marítima, a região era desabitada pelos portugueses que nada haviam estabelecido ao sul de Paranaguá até meados do século XVII. As primeiras tentativas de povoamento da região de Laguna datam de final do século XVII. Somente no início do século

XVIII, o governador do Rio de Janeiro, D. Francisco de Távora, objetivando uma expansão das conquistas territoriais para o sul elevou à povoação Santo Antonio dos Anjos da Laguna. Ainda, ordenou a João de Magalhães examinar e abrir caminho para o Rio Grande

de São Pedro e dali para as campanhas de Buenos Aires devendo o mesmo relatar também o estado em que se encontrava a Colônia de Sacramento.

“Seguem-se outras explorações para o interior do continente sul. Começava o lugar a tomar importância, tanto pelo apoio que poderia dar à

Colônia de Sacramento, como pelo interesse que despertavam as campanhas do sul pelas minas de prata e de ouro que supostamente existiriam e também pelo gado disperso que nelas se encontrava. Por essa razão, a 20 de janeiro de 1720 era instalada oficialmente a Vila de Laguna”²¹



Figura 9. Vila da Laguna e barra do Taramandi na costa do Brasil e América Portuguesa, Arquivo Histórico Ultramarino. Cartografia manuscrita de Diogo Soares.

A partir de 1728, inicia-se um novo povoamento da região de São José do Norte nas imediações de onde surgiria, alguns anos mais tarde, a freguesia de Viamão. Em 1742, a Vila de Laguna é desmembrada do governo de São Paulo e integrada ao do Rio de Janeiro dando continuidade ao processo de ocupação desta região sul.

Com a fundação da colônia de Sacramento e de Laguna, logo começou o trânsito entre as duas localidades e pode-se constatar a existência de muito

gado selvagem assim como a presença indígena na região, sobretudo os índios charruas e minuanos. Expedições exploratórias sucessivas são empreendidas pelos portugueses na região sul dando início ao comércio do gado.

Na Capitania de São Pedro, a consolidação de uma nova rota do sul ligando os campos de Curitiba e São Paulo tinha por finalidade encurtar os caminhos e evitar os acidentes geográficos existentes na primitiva

²¹ OLIVEIRA, Clovis Silveira. Porto Alegre: a cidade e sua formação, (2 ed.), Porto Alegre, Editora Gráfica Metrópole S. A., 1993, p. 21.

Laguna aos poucos ia diminuindo de importância em função do interesse de seus habitantes em povoar as terras mais ao sul na região de Rio Grande. Ainda, o trânsito de tropas que começava a ser feito pela nova estrada planejada encurtava a distância do Sul a São Paulo, indo pelo interior e passando pelos campos de Curitiba. A situação sempre indefinida da colônia de Sacramento, desde sua fundação, fez com que as autoridades planejassem um ponto de apoio à localidade, no meio caminho de Laguna. Havia a decisão de povoar a região do canal do Rio Grande, aproximando, assim, os recursos para a colônia do Sacramento. O conde de Sarzedas, D. Luis Antônio de Távora, governador de São Paulo, facilitava recursos aos que tivessem interesse em se fixar no Rio Grande. A Barra do Rio Grande também era conhecida pelo apelido de Barra Diabólica devido aos seus baixios movediços e correntes traiçoeiras. De uma fortaleza e do povoamento surgido em seus arredores, formar-se-ia a vila de Rio Grande, cuja fundação data de 1737. Com a posse deste território e a barra fortificada estava garantida a entrada da Lagoa e do Porto. De Rio Grande iria se irradiar o movimento de conquista da região pelos portugueses. De 1737 a 1760 o território passou a denominar-se comandância do Rio Grande de São Pedro. Rio Grande passou a ser a capital do continente de São Pedro, até ser invadida e tomada pelos espanhóis, sob comando de Ceballos, em 1763. Ficaria por cerca de 13 anos sob o domínio espanhol, ou seja, até 1776. Neste período a capital foi transferida às pressas para Viamão.

Com a fundação de Rio Grande em 1737, e a posterior elevação do povoado à categoria de vila em 1747, se decide sobre a instalação da primeira e única câmara (ou “senado da câmara”) em território do Rio Grande do Sul, que seria efetivamente instalada somente em 1751. Aí ficaria até a invasão espanhola e a tomada da localidade em 1763 pelas tropas de Ceballos. Nesta época, esta Câmara foi transferida para “[...] Rio Pardo”, onde ficaria de 1763 a 1766, quando então passaria para Viamão, que havia sido elevada à categoria de capital do continente.

Após a retomada de Rio Grande, em 1776, esta formaria com Rio Pardo e Porto Alegre, os três pontos fortificados no sul do continente.

O Tratado de Madrid, celebrado entre Portugal e Espanha em 1750, determinava a permuta dos

territórios da colônia de Sacramento pelos Sete Povos das Missões. Com o esvaziamento da região missioneira pela retirada dos padres jesuítas e seus índios por determinação do Marquês de Pombal, Primeiro Ministro de Portugal, apresentava-se a oportunidade de repovoamento da região. Todavia, os planos de repovoar a região das Missões, tiveram que ser alterados, uma vez que os padres jesuítas opuseram-se à entrega dos Sete Povos, com reação levada a efeito pelos índios, resultando a intervenção armada que é conhecida por Guerras Guaraníticas. A povoação foi se definindo na rota original: Rio Grande, Porto de Viamão, Santo Amaro e Rio Pardo.

Em 1765, quando o Morgado de Mateus inicia o seu governo da capitania de São Paulo, foi enviado para o Brasil, pelo Marquês de Pombal, José Marcelino de Figueiredo, ou Manoel Jorge Gomes Sepúlveda, que assumiria o Governo da Capitania de Rio Grande em 1769. Este observou a posição estratégica do porto de Viamão, por estar a meio caminho dos dois pontos fortificados do continente, Rio Grande e Rio Pardo, por vias perfeitamente navegáveis, e teve logo a convicção de que ali é que deveria ser localizada a capital. Assim, em 1772, o Porto dos Casais (futura Porto Alegre) seria desmembrada da jurisdição eclesiástica de Viamão (freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Viamão), dando-lhe a nova denominação de São Francisco do Porto dos Casais, denominação efêmera, pois em 1773 passaria a denominar-se freguesia de Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre. Neste mesmo ano, reconhecendo a importância estratégica do lugar, o Vice Rei Marquês de Lavradio transfere para ela a administração do continente, tornando-a capital.

A única câmara do Rio Grande permaneceu em Viamão até 1773, quando, pela posição estratégica da nova freguesia de Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre, teria a Câmara ali sido instalada, mesmo ainda antes de ser elevada à categoria de Vila, mas por ser a nova capital do continente.

Conforme a finalidade a que se destinavam, e também pelo tamanho, se distinguiam as primeiras terras distribuídas pelo governo aos que iniciaram o povoamento do continente de São Pedro. As datas eram terras destinadas à agricultura e podiam ser distribuídas ou doadas sem maiores formalidades pelo governo sendo que cada data compreendia 272,5

hectares, sendo uma espécie de chácara ou colônia. Quando criada a freguesia de São Francisco do Porto dos Casais, em 1772, futura cidade de Porto Alegre, foram distribuídas a cada família o que se poderia considerar “meias datas” pelas suas dimensões: segundo os certificados, cada família recebeu uma porção de terras de forma retangular com comprimento de norte a sul de 100 braças (2.200 m), largura de leste a oeste de 281 braças (616 m), perfazendo uma área total de 135,5 hectares. Ao se tornar freguesia em 1772, São Francisco do Porto dos Casais teve suas terras divididas em datas destinadas aos povoadores. Na repartição das mesmas, deveria ser reservado um terreno para logradouro da vila, em terreno localizado no topo da colina, onde se ergueria suas primeiras ruas e a igreja

matriz. As dimensões desta data foram de 730,5 braças de comprimento no sentido norte-sul e 400 braças de largura no sentido leste-oeste, ou seja, 1.607 x 880 m. Estas medidas formariam um retângulo que abrangia 141,5 hectares, pouco maior que a área que cada família recebeu para povoamento.²²

A regularidade do traçado observada no desenho de José Custódio de Sá e Faria, de 1776, para Vila de Nossa Senhora de Conceição da Lage, onde está registrada a área central do povoamento, revela as práticas de demarcação das datas na constituição das povoações. No primeiro ano de governo do Morgado de Mateus, a fundação de Lages inseria-se nas tentativas de estabelecer povoações na direção sul tendo um objetivo muito mais estratégico, visando fixar o povoamento ao longo do caminho do Viamão.

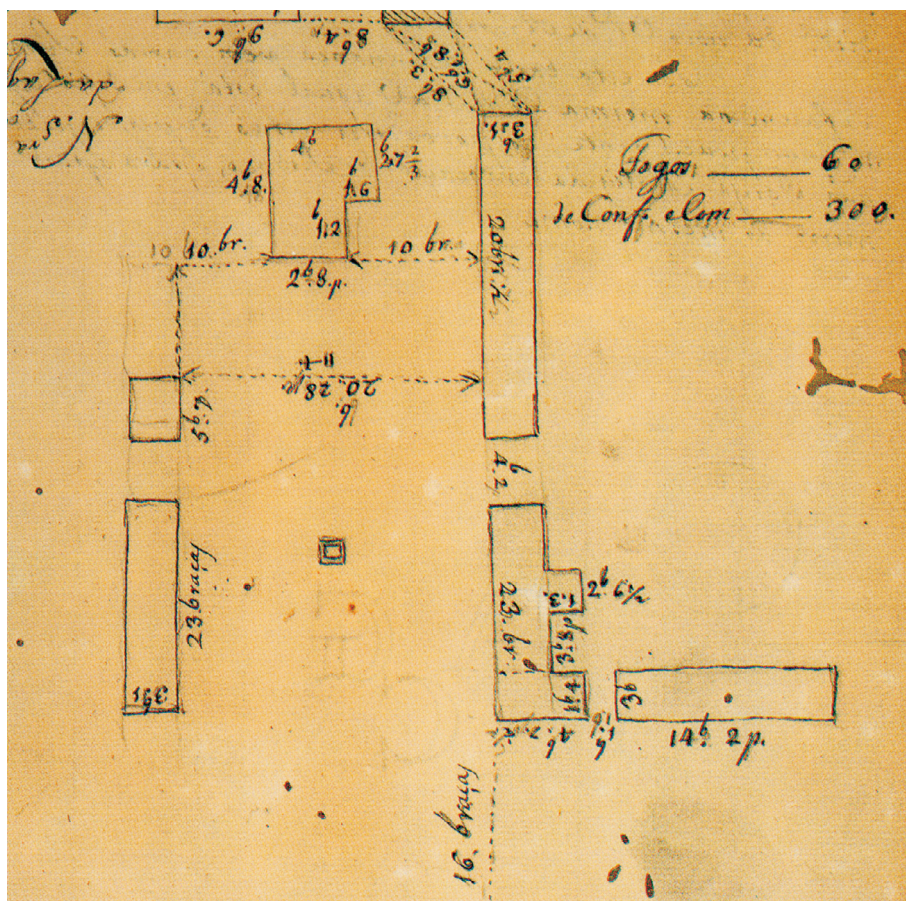


Figura 11. N. S. ra da Conceição da Lage, Arquivo Histórico do Itamarati, Original de José Custódio de Sá e Faria, 1776.

²² OLIVEIRA, Clovis Silveira, op. cit, p. 52.

Para o sul, além de Sorocaba, na serra-acima, o que havia de considerável em matéria de povoação era só a vila de Curitiba, que fora criada no século XVII em torno da exploração de ouro e do Registro de Curitiba. O alvo do Morgado de Mateus eram os Campos de Lages que eram os últimos confins que na época possuía a capitania de São Paulo na sua parte sul e que se estendia até as margens do Rio das Pelotas. Com o mesmo objetivo, de colonização do roteiro do sul, providenciara, em julho, o povoamento de Faxina; punha grandes esperanças na fundação desta povoação confiando nos bons serviços de seu diretor.

A principal dificuldade neste primeiro projeto de implantação de povoação era a questão de soberania territorial. Se os limites da vila de Curitiba para o sul eram até o rio Pelotas, que dividia o Campo das Lages do Campo de Vacaria, o território era incontestavelmente paulista. Mas, no dizer do então governador do Rio Grande, José Custódio de Sá e Faria, tanto Lages como Iguatemy significavam pretensões ilegais de D. Luís Antonio, uma vez que se situavam em território “seu”, no primeiro caso, e espanhol no segundo.

De qualquer modo, em Lages, com a povoação prosperando pouco a pouco, estava lançada a ponta de lança na direção sul visando facilitar a extensão dos domínios portugueses. Assim, na fundação de Lages o objetivo militar (trânsito de tropas) mesclava-se ao colonizador (implantação de povoações) e ao político (extensão de domínio português). Entretanto, sofria o Morgado de Mateus com este plano a primeira contestação de vulto, por parte de autoridades locais: José Custódio de Sá e Faria e o Conde da Cunha.

Ainda, o Morgado de Mateus pretendia fundar Faxina no caminho entre São Paulo e Curitiba, por considerar o local uma paragem acomodada para pouso dos comerciantes de Viamão. Como Faxina, hoje Itapeva SP, situava-se à margem da estrada para o Rio Grande, beneficiava-se das duas rotas – a do Viamão e a do Tibagi. Lages também foi mencionada pelo Morgado de Mateus como povoação a ser fundada a cem léguas de Curitiba, no caminho para o Viamão, onde visava fortificar a passagem junto ao rio Pelotas, contra a possível invasão dos espanhóis. Justificado por

objetivos semelhantes, o governador mencionou em suas correspondências a intenção de fundar a povoação na enseada de Guaratuba, abaixo de Paranaguá para o sul, a dez léguas, por ser porto de mar. Referia-se, ainda, à Sabaúna, entre Iguape e Cananéia, pelo local ser muito farto de peixe e de boas terras. Fora das referidas povoações, observava ainda preocupações com Itapetininga, onde fizera freguesia, por ficar muito distante de Apiaí e, portanto, sem assistência religiosa.

Guaratuba terá sido a primeira preocupação do Morgado de Mateus em matéria de povoar e urbanizar uma área específica. Com seis meses do governo em Santos, emitiu D. Luís Antonio um bando de povoadores para que se povoasse a enseada de Guaratuba, distrito da Villa de Paranaguá. A intenção seria a de garantir, através de colonização de toda a baía de Paranaguá, a segurança de toda aquela área estratégica. O litoral sul era sempre área vulnerável às aproximações espanholas. Havia, portanto, dificuldade em recrutar candidatos para se estabelecer naquela enseada. Sabaúna, do distrito da Vila de Iguape, também foi iniciada pelo bando que iniciava Guaratuba. O desenvolvimento das duas povoações encontrou muitas dificuldades e em 1767 era ainda muito pouco o que se havia conseguido em relação ao estabelecimento daquelas povoações.²³

A colonização da Costa Atlântica também seria um objetivo de Morgado de Mateus na sua política de ocupação da parte sul do território. Para tal, através de Santo Antônio das Minas do Apiaí, situada na convergência do antigo caminho do Peabiru com o vale do Ribeira do Iguape, iniciou-se a colonização da parte marítima entre Curitiba e a cidade de São Paulo: Sabaúna, Ararapira e Guaratuba. Também reformaram-se e ampliaram-se as fortalezas de Paranaguá, Santos e Bertioga, dentro do mesmo contexto. O conjunto das fundações litorâneas, articulava-se deste modo, com as resoluções separatistas da Ilha de Santa Catarina e a ligação com o Rio Grande.

Em janeiro de 1776²⁴, José Custódio de Sá e Faria fez uma viagem de Santos a Paranaguá e ao rio de São Francisco do Sul, nas divisas da capitania de São Paulo com a de Santa Catarina. Durante a viagem realizou

²³ BELLOTTO, Heloísa Liberalli, op. cit. p. 189.

²⁴ REIS, Nestor Goulart. *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*, (colaboradores Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno, Paulo Júlio Valentim Bruna) São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo/ Imprensa Oficial do Estado de São Paulo / FAPESP, 2000.

5. A OCUPAÇÃO DO TERITÓRIO NOTORIAMENTE PAULISTA

As dificuldades com as quais se deparou o Morgado de Mateus, em torno da questão da legalidade da jurisdição, teriam contribuído para que as novas tentativas de povoamento fossem em território notoriamente paulista.

As novas povoações seriam destinadas à gente dispersa, sem domicílio e sem ocupação e, portanto, sem recursos. Para atrair gente, o Morgado de Mateus solicitava ao governo central que, quando as povoações se transformassem em vilas e fossem estabelecidas as suas instâncias jurídicas, as pessoas ali estabelecidas não deveriam ser chamadas a responder por crimes e dívidas feitas antes de se constituir a povoação. É que, nesse caso, correr-se-ia o risco de nova dispersão desses habitantes. Estas mesmas concessões também seriam destinadas tanto aos que, mesmo trabalhando na lavoura, o faziam em sítios volantes, o que não lhes permitia reunião demográfica, como aos índios, que já tinham sido administrados e que agora andavam dispersos. Considerava o Morgado que, reunidos em lugares de cinquenta vizinhos para cima poderiam os paulistas cumprir seus deveres religiosos e civis. Afastados, não poderiam atender a tempo ao serviço e necessidade do governo.

Durante o governo do Morgado de Mateus, quando uma povoação era elevada a vila, o governador fazia com que o antigo diretor continuasse com funções específicas de coordenar o povoamento e de realizar a concessão de terras, não obstante a formação das câmaras municipais. Assim, as novas povoações não sofreriam solução de continuidade nas obras já iniciadas.

“Porquanto nas novas povoações que mandei fundar tem chegado o seu aumento ao ponto de se erigir em Villas e tenho estabelecido na mayor parte dellas, não só o governo civil das Camaras, mas também os postos militares da

ordenança, e ao mesmo tempo hé necessario continuar o mesmo Director às suas funções para irem as mesmas Povoações em crescimento, e haverem de se estabelecer novos moradores que vem concorrendo de fora, aos quaes hé necessário repartir terrenos para cazas e terras de sesmarias ou sitios para suas fazendas (...) ordena que os Capitães Mores, de Ordenança e outros oficiais tenham a graduação dos das ‘terras já estabelecidas’, submetendo-se às disposições do Director”.²⁶

Segundo Heloísa Liberalli Bellotto²⁷, o empenho de D. Luis Antonio no andamento das novas povoações era muito grande, assim como no das já existentes. Queria documentar-se sobre elas, para conhecer sua situação jurídica.

Na marinha, preocupou-se o Morgado de Mateus em criar e desenvolver as povoações de Araripa, junto a Cananéia -SP e Caraguatatuba -SP, no litoral norte. Para a fundação de Caraguatatuba, como povoação, foi ordenado ao Sargento Joaquim da Silva Coelho, comandante do destacamento da Vila de São Sebastião, para que a fizesse, na paragem chamada “Carauatatuba”, no distrito daquela vila.

No rumo da nova capital da Colônia, entre o vale do Paraíba e o porto de São Sebastião, na região serrana, o Morgado de Mateus também organizaria algumas povoações, como em São José do Paraíba (atual cidade de São José dos Campos -SP) e nas freguesias de São Luís e Santo Antonio de Paraibuna, atual Paraibuna-SP e São Luís do Paraitinga -SP, configurando um esquema defensivo entre a cidade de São Paulo e o porto de Parati, buscando, deste modo, proteger a capital, Rio de Janeiro.

Com vistas a assegurar fronteiras paulistas com a capitania das Minas Gerais e os domínios do caminho das Minas dos Goyazes, o Morgado de Mateus promoveu a ocupação da região em cinco vilas e freguesias, onde ordenou a fundação de Nossa Senhora da Escada, atual Guararema-SP; Botucatu -SP; entre

²⁶ “Ordem para que nas novas Povoações as autoridades continuem com as suas Jurisdições mesmo depois de elevadas a villas”. São Paulo, 14 de agosto de 1771. Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo. In: BELLOTTO, Heloísa Liberalli, op. cit.p. 191.

²⁷ BELLOTTO, Heloísa Liberalli, op. cit.p. 186.

estas instalou de modo equidistante São João do Atibaia, atual Atibaia - SP, elevada para vila; Piracicaba; e entre estas duas, a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso de Jundiá, atual Campinas – SP, em direção à estrada goiana.

Na serra-acima, cronologicamente considerando, as primeiras providências em questões de urbanização foram relativas à Piracicaba, à São José do Paraíba e à Nossa Senhora da Escada, hoje, respectivamente, as atuais cidades paulistas de São José dos Campos e Guararema.

Em 1767, em local já povoado desde fins do século XVII, o Morgado de Mateus ordenava ao Capitão Antonio Barbosa Pereira que escolhesse uma paragem muito cômoda para a povoação, para que pudesse crescer no futuro. Que ela fosse junto à foz do Rio Piracicaba sobre o Rio Tietê. Seu objetivo era que os moradores pudessem se beneficiar do comércio com os navegantes que se destinavam ao Mato Grosso. Esta iniciativa estaria associada à sua empresa do Iguatemi. O fornecimento de víveres e, no caso de Piracicaba, o de canoas, era fundamental para a organização das expedições. Três anos depois de seu início, a povoação era elevada à freguesia.

A ereção em vila, na mesma época da fundação de Piracicaba dos aldeamentos de São José e de Nossa Senhora da Escada enquadrava-se na política de integração do índio e por ela se batera desde o início de seu governo²⁸, segundo Heloísa Liberalli Bellotto. A assistência aos índios e a sua congregação em povoações com condições para serem vilas estavam previstas nas instruções de Governo. Ao ordenar a transformação das duas mencionadas aldeias em vilas, D. Luis Antonio referia-se às instruções reais recebidas em 26 de janeiro de 1765, assim como em outras ordens posteriores, que indicavam ser muito conveniente ao Real Serviço que nesta capitania se erigissem vilas nas aldeias dos índios.

Em fevereiro de 1768, o Morgado de Mateus expunha a Pombal as razões pelas quais erigira em vila a aldeia de São José, em junho de 1767. Remetia-lhe

também o Auto de Erecção, e a descrição do levantamento do pelourinho e informações sobre a eleição da sua Câmara.

A sudoeste de São Paulo, em meio caminho para a região do Tibagi, situava-se a povoação de Itapetininga fundada em 1766, por Simão Barbosa Franco. A elevação a vila foi ordenada por D. Luís Antonio, em outubro de 1770. A nova vila, muito próxima a Sorocaba, preenchia as mesmas condições de Faxina: possuir povoamento e colonização na área de passagem para o Tibagi, que era ainda muito despovoada.

São João de Atibaia, povoação que datava do século XVII, ao norte da capital, foi elevada a vila a 27 de junho de 1769; distinguia-se como fornecedora de víveres para São Paulo.

Mogi-Mirim, assim como Mogi-Guaçu, havia se formado desde fins do século XVII. Estavam situadas na direção dos caminhos que levam às regiões da mineração. Originaram-se de pousos bandeirantes. Sendo ambas freguesias, ao tempo de Morgado de Mateus, este optou por Mogi-Mirim para a constituição de Vila. Isto porque os vereadores de Jundiá (a cujo território ambas pertenciam anteriormente) haviam argumentado que a fundação da vila ficaria mais própria no lugar da freguesia de São José de Mogi-Mirim por esta ter maior capacidade e suficiência para se aumentar a sua povoação do que a Freguesia de Mogi-Guaçu, cuja situação era muito úmida; ao contrário, Mogi-Mirim localizava-se num plano seco em que se poderiam estabelecer casas que seguramente teriam maior duração.²⁹

Em março de 1770, o Morgado de Mateus dava conta a Pombal sobre o progresso das novas povoações fundadas ou elevadas a vila, sob sua responsabilidade³⁰. Declarava estarem aplainadas as dificuldades que se lhes haviam apresentado de início em São Luiz de Guaratuba, que encontrava-se então em progresso, pois ele já havia enviado ordens para que se constituísse em vila. No mesmo relatório, referia-se, ainda, positivamente, à Araripa e à Sabaúna.

²⁸ BELLOTTO, Heloísa Liberalli, op. cit. p. 192.

²⁹ Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo. In: BELLOTTO, Heloísa Liberalli op. cit. p. 194.

³⁰ Ofício do Morgado de Mateus ao Conde de Oeiras. São Paulo, 27 de março de 1770. Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo. In: BELLOTTO, Heloísa Liberalli, op. cit.p. 194.

Santo Antonio de Apiaí, que em 1735 era a Freguesia de Santo Antonio das Minas, também foi elevada a vila por D. Luís Antonio em 14 de agosto de 1771. Embora já bastante exploradas, suas jazidas ainda produziam algum ouro, justificando a existência da vila.

O Morgado de Mateus ainda, em 1773 e em 1774, tratou de promover mais duas povoações: Paraibuna e Campinas. Por ter notícia que na paragem chamada Santo Antonio da Barra de Paraybuna, entre as vilas de São Sebastião, Jacareí e São Luiz do Paraitinga, havia terras suficientes para estabelecer uma boa povoação nomeou um fundador e diretor para fazer desenvolver a povoação. Mas, esta só teria andamento no século XIX. Quanto a Campinas, foi estabelecido que na área entre Jundiá e São João de Atibaia, denominada Campinas do Mato Grosso de Jundiá, Francisco Barreto Leme fundasse uma povoação. Na mesma data o governador expediu um bando para que se povoasse Campinas do Mato Grosso oferecendo aos povoadores os privilégios relativos às concessão de terras, ferramentas e isenção de serviço militar.³¹

CONCLUSÃO

A política de defesa do território e de povoação empreendida pelo governo de Morgado de Mateus pode ser sintetizada pela relação das principais ações empreendidas nas diferentes direções do território.

Ao sul, empreende a defesa e colonização do caminho do Viamão na rota terrestre para as expedições militares que iam combater os espanhóis no Rio Grande, promove a ocupação e defesa do litoral sul, promove uma ocupação dos sertões do Tibagi e dos Campos de Guarapuava. Nesta direção, podem ser destacadas as seguintes povoações: Faxina, atual Itapeva - SP; Itapetininga, atual Itapetininga - SP; Santo Antonio das Minas do Piaí ou Apiaí, atual Apiaí - SP; Santo Antonio do Registro, atual Lapa - PR; Nossa Senhora dos Prazeres de Lages, atual Lages - SC; Santa Ana do Ipó, atual Castro - PR. Ainda, no litoral: Araripa, atual Araripa, localidade próxima a Cananéia - SP; Vila Nova

de São Luis de Guaratuba, atual Guaratuba - PR; Sabaúna, atual Sabaúna, bairro de Cananéia - SP.

Ao norte, o Morgado de Mateus empreende uma política de proteção das fronteiras com as Minas Gerais e de proteção do caminho para Goiás, fundando ou elevando a vila as seguintes povoações: São João Baptista de Atibaia, atual Atibaia - SP; São José de Mogi-Mirim, atual Mogi-Mirim - SP, Nossa Senhora da Escada, atual Guararema - SP; Botucatu - SP; São João do Atibaia, atual Atibaia - SP, Piracicaba - SP; Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso de Jundiá, atual Campinas - SP.

Em direção ao Rio de Janeiro, no vale do Paraíba, foram estratégicas as ações junto às povoações de São José do Paraíba, atual São José dos Campos - SP; Nossa Senhora da Escada, atual Guararema - SP; São Luis do Paraitinga, atual São Luis do Paraitinga - SP; Caraguatatuba, atual Caraguatatuba - SP; Santo Antonio de Paraibuna, atual Paraibuna - SP.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, André Ferrand de, in "Os jesuítas matemáticos e os mapas da América portuguesa (1720-1748)", *Oceanos*, número 40, outubro/dezembro, 1999, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, p.79 - 92.

ARRUDA, José Jobson de Andrade (coord.), *Documentos manuscritos avulsos da capitania de São Paulo (1644-1830): Catálogo 1 Projeto Resgate*, EDUSC/ FAPESP/ IMESP, São Paulo, 2000.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli, *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo: 1765-1775*, Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, São Paulo, 1979.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura, *Documentos manuscritos avulsos da capitania de São Paulo - II Mendes Gouvêa. (1618-1823). Projeto Resgate*, FAPESP, São Paulo, s.d.

³¹ Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo 33, p. 160-1. In: BELLOTTO, Heloísa Liberalli, op. cit. p. 196.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. *Desenho e desígnio: O Brasil dos Engenheiros Militares (1500-1822)*, Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.

FILHO, Nestor Goulart Reis, *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*, (colaboradores Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno, Paulo Júlio Valentim Bruna), Editora da Universidade de São Paulo/ Imprensa Oficial do Estado de São Paulo / FAPESP, São Paulo, 2000.

GUERREIRO, Inácio, “Fronteiras do Brasil Colonial. A cartografia dos limites na segunda metade do século XVIII”, *Oceanos*, número 40, outubro/ dezembro, 1999, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, p.25 -42.

OLIVEIRA, Clovis Silveira de, *Porto Alegre: a cidade e sua formação*, (2 ed.), Editora Gráfica Metrópole S. A., Porto Alegre, 1993.

PORTUGAL, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, *Amazônia Felsinea: Antonio José Landi – itinerário artístico e científico de um arquiteto bolonhês na Amazônia do século XVIII*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, 1999.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. “ Fronteiras do Brasil Colonial”, *Oceanos*, número 40, outubro/dezembro, 1999, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, p.8 – 20.

SANTOS, Antonio da Costa, *Campinas, das origens ao futuro – compra e venda de terra e água e um tombamento na primeira sesmaria da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso de Jundiá (1732-1992)*, Editora UNICAMP, Campinas, 2002.

TOLEDO, Benedito Lima de, *O Real Corpo de Engenheiros na Capitania de São Paulo –destacando a obra do Brigadeiro João da Costa Ferreira*, Editora João Fortes Engenharia, São Paulo, 1981.

REFERÊNCIAS CARTOGRÁFICAS

“*Carta Chorografica dos dous Certoens de Tibagy e Ivay* .. “Arquivo Histórico Ultramarino, in ARRUDA, José Jobson de Andrade (coord.), *Documentos manuscritos avulsos da capitania de São Paulo (1644-1830): Catálogo I Projeto Resgate*, EDUSC/ FAPESP/ IMESP, São Paulo, 2000, p.30.

“*Carta 9º da Costa do Brazil dezde a Barra de Santos athe a da Marambaya*” - Diogo Soares e Domingos Capassi, Arquivo Histórico Ultramarino, in: ALMEIDA, André Ferrand de, “Os jesuítas matemáticos e os mapas da América portuguesa (1720-1748)”, *Oceanos*, número 40, outubro/ dezembro, 1999, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, p.86.

“*Carte manuscrite de l’embouchure de Rio da Prata*”- Jean-Baptiste Bourguignon d’Anville, Biblioteca Nacional de Paris, 1740, in RUSSEL-WOOD, A. J. R. “ Fronteiras do Brasil Colonial” , *Oceanos*, número 40, outubro/dezembro, 1999, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, p.15.

“*Demonstração do Caminho que vai de Viamão até a cidade de São Paulo*” , Arquivo Histórico Ultramarino, Desenho do Sargento João Baptista, século XVIII, in ARRUDA, José Jobson de Andrade (coord.), *Documentos manuscritos avulsos da capitania de São Paulo (1644-1830): Catálogo I Projeto Resgate*, EDUSC/ FAPESP/ IMESP, São Paulo, 2000, p.39.

“*Detalhe da “Planta da Barra da Villa de S.tos.”* – autor não identificado, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, in REIS, Nestor Goulart. *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*, (colaboradores Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno, Paulo Júlio Valentim Bruna), Editora da Universidade de São Paulo/ Imprensa Oficial do Estado de São Paulo / FAPESP, 2000, p. 209.

“*Frega. De Ararituaba*”. Arquivo Histórico do Itamarati, in REIS, Nestor Goulart. *Imagens de Vilas*

e *Cidades do Brasil Colonial*, (colaboradores Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno, Paulo Júlio Valentim Bruna), Editora da Universidade de São Paulo/ Imprensa Oficial do Estado de São Paulo / FAPESP, 2000, p. 219.

“*Fregz.a de S. Jose de Araripa*” - José Custódio de Sá e Faria, Arquivo Histórico do Itamarati, 1776, in REIS, Nestor Goulart. *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*, (colaboradores Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno, Paulo Júlio Valentim Bruna), Editora da Universidade de São Paulo/ Imprensa Oficial do Estado de São Paulo / FAPESP, 2000, p. 210.

“*Mappa do Continente da Colônia de Sacramento, R°. Grande de S. Pedro the a Ilha de S. Catharina com a Linha dvizoria da Arraya ajustada pelo Tratado de Limites Celebrado entre as Coroas de Portugal e Castela em anno de MDCCL*”. Biblioteca Pública Municipal do Porto, in GUERREIRO, Inácio, “Fronteiras do Brasil Colonial. A cartografia dos limites na segunda metade do século XVIII”, *Oceanos*, número 40, outubro/dezembro, 1999, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, p. 27.

“*N. S.ra da Conceição da Lage*” - José Custódio de Sá e Faria, Arquivo Histórico do Itamarati, 1776, in REIS, Nestor Goulart. *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*, (colaboradores Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno, Paulo Júlio Valentim Bruna), Editora da Universidade de São Paulo/ Imprensa Oficial do Estado de São Paulo / FAPESP, 2000, p.211.

“*Planta da Praça de N. S.ra dos Prazeres do Rio Guatemy ..*” - atribuído a José Zuzarte, Biblioteca Nacional do rio de Janeiro., in REIS, Nestor Goulart. *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*, (colaboradores Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno, Paulo Júlio Valentim Bruna), Editora da Universidade de São Paulo/ Imprensa Oficial do Estado de São Paulo / FAPESP, 2000, p.266.

“*Vila da Laguna e barra do Taramandi na costa do Brasil e América Portuguesa*” – Diogo Soares, Arquivo Histórico Ultramarino, in: ALMEIDA, André Ferrand de, “Os jesuítas matemáticos e os mapas da América portuguesa (1720-1748)”, *Oceanos*, número 40, outubro/dezembro, 1999, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, p.89.

**EM NOME DO *REI* E DO *IMPÉRIO*.
O DEBATE QUE PRECEDEU A TRANSFERÊNCIA DA CORTE PARA O
BRASIL**

**For the *King* and the *Empire*.
The debate that preceded the Court Transference to Brazil.**

Ana Rosa Clochet da SILVA*

RESUMO

Este artigo focaliza o debate entre os estadistas portugueses reunidos em Conselho de Estado, de Agosto a Novembro de 1807, à luz da “visão imperial” formulada no âmbito do reformismo ilustrado luso-brasileiro, a qual condicionava a sobrevivência da Monarquia à preservação da pessoa real e do sistema luso-brasileiro.

Palavras-chave: 1808; Monarquia; Império; Reformismo.

ABSTRACT

This article to focus the debate between portuguese statesmen joined in State Council, from August to November of 1807, taken by reference the “imperial vision” formulated in the scope of luso-brazilian reformism, which conditioned the Monarchy survival to the King and luso-brazilian system preservation.

Key-words: 1808; Monarchy; Empire; Reformism

Introdução

As crescentes dificuldades impostas à inserção do Império português no cenário internacional vinham

sendo denunciadas por intelectuais e estadistas lusos desde a independência em relação à Espanha (1640), adensando-se durante o reinado de D. João V (1706), quando se insinuam medidas precoces formuladas pelos primeiros “estrangeirados”, no sentido de vencer

* Mestre e Doutora em História pela Unicamp, pós-doutora pela USP. Atualmente é docente da Facamp (Faculdades de Campinas) e pesquisadora de projeto temático do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB/USP).

o atraso e a dependência do Reino, em relação ao que se concebia como a “cultura Europa”¹. Apesar de o reinado de D. José I e a subida de Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782) ao poder, em 1750, ter inquestionavelmente aberto um novo campo de ação capaz de permitir o enfrentamento da situação diagnosticada² – para o qual, contou a ampla mobilização da intelectualidade luso-brasileira iniciada na alta esfera da política imperial - é somente a partir da morte do rei, seguida pelo afastamento de seu primeiro Ministro, em 1777, que, no mundo luso-brasileiro, instaura-se um “novo estado de coisas”, ritmado pela crise do Antigo Regime português. Segundo proposição pioneira de Fernando Novais, trata-se de “um desses momentos tormentosos e fecundos em que se acelera significativamente o tempo histórico”, demolindo progressivamente as estruturas vigentes, no bojo das quais é deflagrada a crise do sistema colonial.³

Adensado pelo afloramento de tensões tipicamente estamentais⁴ internamente ao Reino - agora desvencilhadas da ação repressora do ministro josefino e convivendo com a invasão das idéias ilustradas - impunha-se, desde então, uma rearticulação de forças e idéias, capaz de apresentar uma resposta aos problemas desde antes diagnosticados: por um lado, vencer o relativo atraso intelectual e material do Reino e a ambigüidade da aliança luso-britânica, colocando em evidência a necessidade de seu “arejamento mental”, conectado às transformações do pensamento

científico; por outro, a íntima correlação estabelecida entre o controle dos mercados coloniais ultramarinos e o referido equilíbrio entre as potências européias, configurando-se aquele em “elemento primordial deflagrador das hostilidades e consagrador das preponderâncias”.⁵ Este o dilema imposto ao novo governo, num momento em que já não se podia contar com a combinação entre *Iluminismo* e *despotismo clássico, princípios ilustrados e ortodoxia mercantilista*, nos mesmos termos que singularizaram a administração pombalina.

Conforme o “Discurso Preliminar” das *Memórias Econômicas da Academia Real das Ciências de Lisboa*, fundada no ano de 1779, tratava-se de engendrar soluções que permitissem o aproveitamento de “vantagens” supostamente naturais - tais quais o “Clima feliz de Portugal, a sua situação, as suas conquistas, a variedade das suas produções”- para fazer finalmente vingar “a esta Monarquia um alto grau de riqueza, e poder(...)”.⁶

Assim definido, o intento da missão que congregava intelectuais e estadistas luso-brasileiros do final do Setecentos – majoritariamente reunidos nesta *Academia*, que passara a representar a principal expressão e veículo do novo “impulso modernizador” – impunha o mapeamento do potencial natural ultramarino, apoiado num método empírico de conhecimento, o que resultou num verdadeiro (re)descobrimto do Novo Mundo português⁷. Se é verdade que este processo radica nas reformas encetadas pelo Marquês de Pombal – basicamente, nas

¹ Destacam-se, neste sentido, as preocupações de muitos indivíduos que ocuparam lugar de destaque no governo - como demonstrado pelos casos de Diogo de Mendonça Corte Real, Alexandre de Gusmão, o Padre Carbone e o Cardeal da Mota. No plano da política econômica, muitas das medidas pombalinas foram antecipadas por Duarte Ribeiro de Macedo, diplomata português em Paris que, em 1675, redigiu o *Discurso sobre a introdução das artes no Reino de Portugal*. (Isabel Cluny. *D. Luís da Cunha e a Idéia de Diplomacia em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte, s/d, pp. 207-208; José Frederico Laranjo, *Economistas Portugueses*, Lisboa: Guimaraes & Cia Editores, 1976, pp. 69-76).

² Sua longa carreira diplomática junto às Cortes de Londres e Viena permitiu-lhe, a exemplo de outros intelectuais e estadistas portugueses, conhecer e avaliar a situação de Portugal, medindo os “efeitos de seu isolamento”, a partir da comparação com outros países europeus, releborando as noções do atraso cultural de Portugal em relação às potências européias e da existência de uma decadência econômica pautada, em grande medida, na prejudicial aliança anglo-lusitana. (Sebastião José de Carvalho e Melo. *Memórias Secretíssimas do Marquês de Pombal e outros Escritos*. Publicações Europa-América, s.l, s.d, pp. 37-45. Sobre a formação destes intelectuais e seus projetos de Império, entre 1750-1822, ver: Ana Rosa Cloquet da Silva. *Intelectuais Ilustrados e Estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime Português (1750-1822)*. São Paulo: Hucitec, 2006).

³ Fernando A. Novais, *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial: 1777 a 1808*. 4ª. ed., São Paulo: HUCITEC, 1986, pp. 3-4.

⁴ Andrée Mansuy Diniz-Silva, “Groupes de pression et de décision dans la politique brésilienne du Portugal entre 1750 et 1808”, in: *Revue Française d’Histoire d’Outre-Mer*. Paris, t. 67, n. 244/245, 1979.

⁵ Fernando A. Novais, op. cit., p. 33.

⁶ “Discurso Preliminar (...) proferido pelo Abade José Corrêa da Serra”, in: *Memórias Econômicas da Academia Real das Ciências de Lisboa*. Lisboa: Officina da Academia, 1789, vol. 1. (Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Seção de Obras Raras, 91,1,16-20).

⁷ Berenice Cavalcante, “Os ‘letrados’ da sociedade colonial: as academias e a cultura do Iluminismo no final do século XVIII”, in: *Acervo, Revistado Arquivo Nacional*, vol. 8, n. 1-2, jan/dez de 1995, p. 58.

suas políticas fomentistas e de demarcação territorial do Brasil - o que se assistiu a partir do reinado mariano foi um desenfreado interesse por tudo que provinha da exótica natureza colonial, uma obsessão por identificar, nomear e classificar seus produtos e materiais, como se a informação mais precisa fosse a condição da reforma mais eficiente.

Apoiados nos métodos da História Natural, aqueles homens de espírito pragmático⁸ identificaram uma gama de problemas setorizados - na esfera produtiva e na circulação -, procedendo ainda, através de um raciocínio diacrônico, ao resgate do passado nacional, comparando distintos estágios da História do Reino e da Monarquia, confirmadores do diagnóstico *decadentista*⁹. Desenhava-se, desse modo, um futuro em tudo remissivo e devedor da história portuguesa, pensamento este cristalizado no conceito de *Regeneração*, a partir do qual projetaram a entrada de Portugal no curso da modernidade europeia¹⁰. Por sua vez, uma história e um passado que encontravam, do ponto de vista filosófico e prático, a sua possibilidade de existência através de uma noção do espaço por excelência: a do *sistema luso-brasileiro*, cuja face mais visível do território, patrimônio da Coroa, prolongava-se entre o Atlântico e a colônia americana, “onde o mar não é limite da terra e sim, parte do Império”¹¹.

Daí, portanto, o grande incentivo que, desde cedo, a Rainha tratou de direcionar às expedições científicas pelo Reino e o Ultramar. O sentido destas peregrinações completava-se, em muitos casos, com a volta destes intelectuais ao Reino, momento a partir do qual passavam a ser empregados pela Coroa, engajando-se diretamente no reformismo ilustrado luso-brasileiro.

A formação e objetivos relativamente comuns destes indivíduos, a experiência da exploração colonial e de pertencimento muitas vezes simultâneo às esferas científicas e políticas no Reino e no Ultramar, aliada ao fato de poderem contemplar esta espécie de “microcosmo” da natureza imperial cristalizada nos Museus de História Natural, contribuiu para uniformizar as concepções daqueles estadistas e intelectuais acerca do universo estudado. Aglutinando na metrópole este articulado de elementos, produziram uma *visão integrada do Império* a qual, sem ofuscar as singularidades das partes, sinalizou a impossibilidade de tratá-lo apenas pela perspectiva de um genérico plano, visão esta aguçada depois do ensaio de sedição irrompido na capitania mineira, em 1789.

Daí, a necessidade de engendramento de um novo padrão de exploração colonial, movido pela convicção da importância do sistema luso-brasileiro, formulação que ganhou sua mais lúcida expressão com D. Rodrigo de Sousa Coutinho, estadista que melhor representou o elo estabelecido entre o mundo da política e o da ciência, registrando-se na sua *Memória sobre o Melhoramento dos Domínios Portugueses na América*, de 1797¹², documento no qual registrava a verdadeira reformulação dos *fundamentos ideológicos da unidade imperial*, focalizados sob a idéia de uma natural dependência econômica que, supostamente, sustentaria a coesão política entre as partes. Elaborada já no contexto dos acontecimentos que levariam à invasão francesa da Península, a Memória fixava a necessidade de preservação das possessões coloniais, dado que “os domínios portugueses na Europa não (...) formam senão a capital e o centro das suas vastas possessões”¹³.

⁸ Lorelai B. Kury e Oswaldo Munteal Filho, “Cultura científica e sociabilidade intelectual no Brasil setecentista: um estudo acerca da Sociedade Literária do Rio de Janeiro”, in: *Acervo*, Revista do Arquivo Nacional, vol. 8, n. 01/02, jan/dez de 1995, p. 109. Para uma perspectiva ampliada dos significados assumidos pelos usos da História Natural neste período, ver: Rômulo de Carvalho, *História Natural em Portugal no século XVIII*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua portuguesa, 1987.

⁹ Antônio Machado Pires, *A Idéia de Decadência na Geração de 70*, 2ª. ed., Vega, 1992, pp. 17-19 e 27.

¹⁰ Valdeci Lopes de Araújo, “A experiência do tempo. Modernidade e historização no Império do Brasil (1813-1845)”, PUC/RJ, 2003, (tese de doutoramento).

¹¹ Cláudia B. Heyneman, “História Natural na América Portuguesa – 2ª. metade do século XVIII”, in: *Varia História*, Belo Horizonte, n. 20, mar/99, pp. 97-98.

¹² D. Rodrigo de Sousa Coutinho, “Memória sobre o melhoramento dos Domínios de Sua Majestade na América”, in: *Brasília*, vol 4, s.d., pp. 405-422. Uma cópia do documento original se encontra manuscrito na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, sob o título *Discurso pronunciado perante a Junta de Ministros e outras pessoas sobre assuntos referentes ao desenvolvimento econômico e financeiro de Portugal e Domínios Ultramarinos, principalmente o Brasil*, s.l/s.d. (BNRJ, Seção de Manuscritos, Coleção Linhares, I-29,13,16).

¹³ *Ibidem*, p. 406.

Convencido das supostas vantagens provindas desta “união natural” e reconhecendo a primazia que o Brasil assumia no conjunto das possessões ultramarinas - “não pelo que é atualmente, mas pelo que pode ser tirando da sua extensão, situação, e fertilidade todos os partidos que a Natureza nos oferece”¹⁴ – D. Rodrigo derivava o projeto político para o estabelecimento de um “vasto Império luso-brasileiro”, no qual as colônias figurariam como províncias de Portugal, “todas reunidas ao mesmo sistema administrativo, todas estabelecidas para contribuir à mútua e recíproca defesa da Monarquia”, compondo uma grande “família lusitana”.

Tal o projeto que deu coesão às elaborações intelectuais e sustentou, em boa medida, a alternativa política vingada no contexto da Guerra Peninsular, ou seja, a transferência da Corte para a América, marco inaugural de um período de inédita aceleração histórica no mundo luso-americano, no bojo da qual gestaram-se as condições concretas para a Independência, em 1822.

Conforme compreensão consolidada por estudos recentes¹⁵, a capacidade de resposta da Monarquia portuguesa às novas circunstâncias internacionais – gestadas, sobretudo, a partir da confirmação da aliança franco-espanhola, pela assinatura do Tratado de Santo Ildefonso, em 18 de Agosto de 1796¹⁶ –, revela-se profundamente tributária da atuação de uma verdadeira “elite de estado”, formada nos meandros das políticas ilustradas levadas a cabo nos governos josefino e mariano, a qual, coroada de capacidade intelectual e experiência no exercício da vida pública, assumiu o controle das negociações diplomáticas com as potências beligerantes¹⁷.

Capitaneando as discussões acerca da questão sobre o melhor partido a ser adotado por Portugal, no contexto da Guerra, estes homens de *saber e poder* ver-se-iam na incumbência de compatibilizar a *salvaguarda das possessões e dos tráficos coloniais*, com a *segurança da metrópole*, devendo ainda dar continuidade às reformas internas ao “velho reino”, voltadas para a solução de problemas práticos, comprometedores de seus interesses e do corpo político como um todo.

O presente texto focaliza o debate entre os estadistas reunidos em Conselho de Estado de Agosto a Novembro de 1807, sobre a melhor alternativa política a ser adotada no contexto revolucionário, bem como os impactos da nova conjuntura na remodelação das políticas reformistas projetadas para o Reino e o Ultramar. Especificamente, argumenta-se que as posturas então externadas obedeceram não apenas a apreciações diversas – e por vezes conflitantes – sobre o cenário internacional, bem como acerca da eficácia das alianças em contemplar interesses econômicos e políticos específicos, mas, indistintamente, às demandas de uma “*visão imperial*” que primava, sobretudo, pela preservação do sistema luso-brasileiro.

O Brasil como “esteio da Monarquia”: o pensamento de Sousa Coutinho

O acirramento da rivalidade anglo-francesa, no final dos setecentos, impôs ao governo português uma escassez de *meios* e de *tempo*, para a implementação das reformas projetadas pelos estadistas luso-brasileiros, em boa medida registradas na produção memorialista da Academia Real das Ciências de Lisboa. Pressionados pela necessidade de dar prontas

¹⁴ *Ibidem*, 407.

¹⁵ Júlio Joaquim da Costa Rodrigues da Silva, “Ideário Político de uma Elite de Estado. Corpo Diplomático (1777/1793)”. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1998. (Tese de Doutoramento), pp. 6-9; Ana Rosa Clochet da Silva. *Inventando a Nação. Intelectuais Ilustrados e Estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime Português (1750-1822)*. São Paulo: Hucitec, 2006.

¹⁶ As pressões pelo rompimento da posição de neutralidade tradicionalmente seguida por Portugal no âmbito das relações externas acirram-se já a partir de meados de 1795, quando o governo espanhol resolveu negociar separadamente com a França, estabelecendo o Tratado da Basileia, a 22 de Julho. A aliança franco-espanhola confirmou-se em 18 de Agosto do ano seguinte, com o Tratado de Santo Ildefonso, pelo qual se estabelecia os princípios de uma colaboração militar defensiva e ofensiva entre as duas potências, abrindo-se a guerra entre Espanha e Inglaterra. (Sobre o tema ver: Fernando Antonio Novais, *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 4ª. ed., São Paulo: HUCITEC, 1986, p. 54-55; Jorge Borges de Macedo, *O Bloqueio Continental. Economia e Guerra Peninsular*. 2ª. ed., Lisboa: Gradiva, s.d., p. 40; Valentim Alexandre, *Os Sentidos do Império. Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português*. Porto: Edições Afrontamento, 1993, p. 101).

¹⁷ Na interpretação de Teresa Bernardino, no clima das tensões acerca das alianças a serem estabelecidas no contexto revolucionário, o Príncipe Regente ficava praticamente sem poder de decisão, frente aos partidários. (Teresa Bernardino, *Sociedade e Atitudes Mentais em Portugal (1777-1810)*. (Temas Portugueses). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, s.d., pp. 20-22).

respostas às exigências francesas, por um lado, e pela manutenção da ambígua aliança inglesa, por outro, o corpo ministerial do governo mariano/joanino¹⁸ teve que dispor de ampla habilidade e competência na remodelação das reformas para o Reino e Ultramar, segundo o ritmo da política externa e dos próprios estímulos advindos do mundo imperial, uma vez que este colocava-se como peça fundamental das tensões em causa.

Estadista consagrado pela intensa atividade projetista e por representar um dos mais influentes membros do ministério, D. Rodrigo de Sousa Coutinho foi um dos primeiros a diagnosticar a falência do estatuto de neutralidade até então mantido por Portugal, repensando, a partir daí, as alternativas de futuro, capazes de reinstalarem as condições de normalidade da vida e, sobretudo, de sobrevivência da Monarquia. Já em Outubro de 1795, alertava:

“O grande meio de salvar-se nos perigos consiste em ousar fixá-los com Olhos abertos e afrontá-los. É pueril a idéia de neutralidade que no momento atual não existe nem pode existir. Só como ato de humildade Evangélica, e não como Sistema Político é que uma tal resolução se pode considerar”.¹⁹

Descortinava-se, assim, a inevitabilidade de um envolvimento do Reino no conflito internacional e, neste ponto, a posição do Ministro era francamente *pró-inglesa*²⁰. Rejeitava a proposta do embaixador francês - o general Lannes - de aceitação da neutralidade de Portugal mediante o pagamento de uma indenização no valor de 36 milhões de libras tornesas - por onerosa à Real Fazenda - e, já em 1798, apresentava seus *Planos de Fazenda*, voltados, fundamentalmente, ao

restabelecimento do crédito público e garantia dos recursos para as despesas com a guerra. Lembrando que “um bom estado da Fazenda é o melhor esteio dos tronos”²¹ - pois que sem ele “V.A.R. não pode manter nem o seu Exército, nem a sua Marinha, nem o lustre e independência da sua real Coroa”²² - D. Rodrigo registrava nestes documentos a nova orientação de suas propostas de política econômica, bem como os objetivos políticos a elas subjacentes.

Assim, reenquadrados pela situação *conjuntural*, seus planos revelavam excessiva preocupação com a adoção de “medidas extraordinárias”, pois que, segundo ele, se no “curso regular e ordinário das Causas Políticas, e quando o Estado tem a sua Fazenda bem administrada, a Renda Geral supre as Despesas Extraordinárias, porque são limitadas (...) quando as mesmas crescem, ou pela Guerra, ou por outros motivos, em que também se compreendem aqueles, que o Soberano pode ter para a melhorar, e beneficiar o estado interior dos seus Domínios, então só Recursos Extraordinários é que podem suprir tais Despesas; e estes são de diversa natureza.”²³

A conjuntura internacional e o olhar circunspecto do estadista não ofuscam, por outro lado, o que entendemos serem os *elementos estruturantes* de seus projetos reformistas, não esquecidos mesmo mediante o rompimento da perspectiva da neutralidade. Refletindo-se basicamente em dois planos - o das políticas internas ao Reino e no concernente ao seu projeto imperial - tais elementos permitem situar, em boa medida, os principais *condicionantes dos e obstáculos à* implementação dos projetos concebidos por D. Rodrigo, reforçando a defasagem entre teoria e prática reformista, no momento em questão.

¹⁸ De 1792 a 1799, D. João VI assumiu informalmente a direção dos negócios de Estado, dada a débil saúde mental da Rainha. Com o atestado definitivo de sua incapacidade para o governo, assumiu a regência por decreto de 15 de julho de 1799, a qual se prolongou até 1816, quando então foi aclamado Rei de Portugal, Brasil e Algarves. (Joaquim Jaime B. Ferreira-Alves, “Festejos Públicos no Porto pela ‘Declaração da Regência’ de D. João, Príncipe do Brasil”, in: *Anais do Seminário Internacional. D. João VI. Um Rei aclamado na América*. Rio de Janeiro: MHN, 2000, pp. 64-81).

¹⁹ “Ofício de 14 de Outubro de 1795”. (ANTT, MNE, *Legação de Portugal em Turim*, cx 869).

²⁰ Segundo José Luís Cardoso, é a partir de 1801 “que Sousa Coutinho mais claramente expressa a sua atitude face às orientações da política externa portuguesa”. (José Luís Cardoso, *O Pensamento Econômico em Portugal nos Finais do Século XVIII. 1780-1808*. Lisboa: Estampa, 1989, p. 184).

²¹ “Representação ao Príncipe Regente sobre Vários Assuntos, de 5 de Julho de 1798”, in: *D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Textos Políticos, Econômicos e Financeiros, 1783-1811*. Tomo II. Lisboa: Banco de Portugal, 1993, pp. 77-89.

²² “Parecer Sobre as Difícies Circunstâncias do Momento Presente, de 21 de Junho de 1798”, *idem*, pp. 89-91.

²³ D. Rodrigo de Sousa Coutinho, “Plano de Fazenda”, in: Marquês de Funchal, *O Conde de Linhares*. Lisboa: Typ. Bayard, 1908, pp. 155-168.

Fixando esta última dimensão, esgarça-se raciocínio tributário de uma *visão global do Império* - comum a outros estadistas e intelectuais luso-brasileiros que compuseram a cúpula ilustrada do governo mariano/joanino - e de uma indissociável relação entre a preconizada *modernização* do país e a salvaguarda da *monarquia absolutista*, condicionada, por sua vez, ao aproveitamento dos domínios ultramarinos. Daí, no contexto do acirramento do conflito internacional, contemplar a necessidade das “indispensáveis” despesas com as Praças do Exército do Ultramar, condição para “conservar os Domínios Ultramarinos que são a principal Base da Sua Grandeza, e que a semelhantes respeitos deixam conceber para o futuro as mais lisongueiras esperanças”.²⁴

Esta genérica referência aos “Domínios Ultramarinos” precisava-se em outros documentos do estadista e, ao fim e ao cabo, é a já comentada idéia do Brasil como esteio da Monarquia Lusitana que transparece em seus escritos desta época. Numa correspondência enviada ao Príncipe Regente, no ano de 1803, emitia o seguinte parecer:

“Se os Domínios de V.A.R. se concentrassem só na Europa, ainda então os seus interesses bem entendidos exigiriam, que se arriscasse tudo para defender a Coroa de V.A.R. e para evitar o golpe de que está ameaçada; (...) mas esta mesma resolução se funda, e justifica quando se considera, que Portugal por si mesmo muito defensável, não é a melhor e mais essencial parte da Monarquia; e que depois de devastado por uma longa, e sanguinolenta guerra, ainda resta ao seu Soberano, e aos seus Povos o irem criar um poderoso Império no Brasil, donde se continue uma guerra eterna contra o fero inimigo, que recusa reconhecer a Neutralidade de uma Potência (...).”²⁵

Sob esta visão integrada do Império, portanto, a *preservação da Monarquia Lusitana* - associada não só às reformas internas, mas, progressivamente, à *regeneração* de Portugal a partir das potencialidades do novo mundo - tinha o Brasil como protagonista. A nosso ver, tal perspectiva converteu-se num *ponto*

consensual entre os estadistas reunidos em Conselho de Estado de Agosto a Novembro de 1807, guiando seus posicionamentos acerca das melhores alianças a serem adotadas, no contexto da rivalidade anglo-francesa.

São as diferentes interpretações sobre a conveniência de cada uma das alianças, flutuantes segundo o ritmo das pressões externas, mas todas orientadas por uma visão imperial apoiada na centralidade do *sistema luso-brasileiro*, que buscaremos iluminar no próximo item, de modo a desvendar os termos de um debate que culminou na decisão acordada em reunião do Conselho, de 24 de Novembro de 1807.

Conflitos partidários e a visão imperial

O fato de o esgotamento do estatuto de neutralidade de Portugal ter sido precocemente reconhecido por D. Rodrigo de Sousa Coutinho, não significa que esta tenha sido uma percepção consensual ao corpo de Estado português e, tampouco, que tal estratégia seguida no plano das relações internacionais tenha sido abandonada, mediante o acirramento das pressões anglo-francesas por uma tomada de posição política do Reino.

Dotados de uma apurada atenção ao jogo diplomático do momento - muito própria às suas formações de homens públicos - os estadistas portugueses encarregados de pensar os rumos da política internacional do país manifestaram interpretações distintas e cambiantes, relativamente aos acontecimentos processados no contexto da expansão francesa pela Europa, a partir das quais adotaram posturas mais ou menos defensivas de uma aliança luso-britânica ou franco-lusitana.

Cabe, portanto, averiguar em que medida estas diferentes interpretações orientaram o debate travado entre os membros dos chamados “*Partido Inglês*” -

²⁴ *Plano de Fazenda e Plano sobre o meio de restabelecer o Crédito Público e de segurar Recursos para as grandes Despesas*, in: Marquês do Funchal, *O Conde de Linhares*, op. cit., pp. 154-179.

²⁵ *Carta dirigida ao Príncipe Regente D. João fazendo uma detalhada exposição sobre as condições políticas da Europa em face das Guerras de Napoleão; aludindo à invasão da Península; e provável a invasão às Capitanias do Rio Grande e São Paulo pelos franceses*. Quinta de São Pedro, 16 de Agosto de 1803. (BNRJ/MN- Coleção Linhares, 1-29,13,22).

representado basicamente pelo Ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho, João de Almeida de Melo e Castro (antigo Representante português em Londres) e Luis Pinto de Souza Coutinho (Secretário do Estado dos Negócios Estrangeiros) - e “*Partido Francês*” - com as figuras proeminentes de Antônio de Araújo de Azevedo (Representante português em Haia e, após 1803, Ministro da Guerra e Negócios Estrangeiros) e José de Seabra da Silva (Ministro do Reino até 1799) - e qual o peso da *visão imperial* anteriormente destacada na determinação de seus argumentos e posturas políticas.

*

Ainda que o Tratado de Amiens, acordado em 27 de Março de 1802, tenha sinalizado com a expectativa da paz anglo-francesa e o fim do estado de guerra entre Portugal e França²⁶, tal fato não se concretizou. A pressão francesa continuou exercendo-se sobre o Reino, seja pela atuação do General Lannes - que não poupou esforços para o afastamento daqueles indivíduos mais diretamente vinculados aos interesses ingleses²⁷ - seja pela veiculação de uma propaganda francesa anti-britânica, mais tarde retomada pelo próprio Junot.²⁸

Numa correspondência enviada ao Príncipe Regente, em Agosto de 1803, D. Rodrigo registrava sua interpretação sobre a disposição de forças no plano internacional, através de uma detalhada exposição dos últimos acontecimentos da Guerra e das condições econômico-financeiras de Portugal. Segundo ele, o Tratado de Amiens representara a consolidação da “grandeza da França”, pois:

“A única Potência que tinha quase constantemente tido sucessos felizes contra a França, que no seu Elemento tinha conservado a mesma superioridade, que conseguira desde os últimos anos de Luis XIV, abandonou por aquele Tratado imensas

conquistas, que havia feito; nada recebeu em troca para os seus Aliados, que havia antes visto sacrificar, e as poucas conquistas, ainda que úteis, que conservou eram despojos de alguns dos seus Aliados, e mal podiam compensar a idéia, que a França inculcava, de querer isolar a Grã-Bretanha, separá-la de todas as suas Alianças Continentais, e reduzi-la a que jamais pudesse obstar às vistas ambiciosas do Governo Francês sobre o Continente (...). O descrédito, que esta paz deu à Grã-Bretanha, que depois de tão grandes esforços, só tomou em consideração vistas comerciais e mercantis, pouco atendíveis quando não existe a Independência Política; a dissolução de todas as suas Alianças Continentais; a falta de consideração em que o Governo Austríaco caiu (...); as pequenas e curtas vistas do Governo Prussiano (...); finalmente a vacilação do Governo Russo (...) deram lugar a que Bonaparte, e seu Conselho se propusessem vistas ambiciosas de uma tal extensão, que em qualquer outro período houveram sido consideradas, mais como sonhos de um Político delirante, do que como Planos de um Governo (...)”.²⁹

Considerava o estado de “sujeição” da Corte de Espanha a respeito do Governo Francês; “a fraqueza do Ministério que rege aquela Monarquia”, o que, segundo ele, faria com que ao “primeiro decidido aceno do 1º. Consul, já a Corte de Espanha se disponha a declarar a guerra à Grã-Bretanha (...) e provavelmente exigir de V.A.R., que de acordo com ela se deixe conduzir à última ruína fechando os Portos aos Ingleses, recebendo nele Guarnição Francesa, e fazendo-se tributário da Nação Francesa (...)”. Tendo em vista este estágio dos acontecimentos, propunha rigorosas medidas de defesa contra a França, acenando com a ruptura da postura de neutralidade do Reino, pois, acreditava:

²⁶ Valentim Alexandre, op. cit., pp. 126-127.

²⁷ Insere-se aqui a tentativa de afastamento de João de Almeida, do ministério dos Negócios Estrangeiros. (Valentim Alexandre, op. cit., p. 128), e a demissão de Pina Manique do cargo de administrador geral da alfândega e da intendência de polícia. Neste último caso, cabe lembrar que tal demissão era por demais estratégica, dado que o cargo de Intendente de polícia era um instrumento fundamental de controle e centralização política, representando a defesa dos privilégios reais. (Maria Margarida Correia Bitéu, “Diogo Inácio de Pina Manique, Intendente Geral da Polícia: inovações e persistências”, Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1995, vol. 1, p. 57).

²⁸ Jorge Borges de Macedo, *O Bloqueio Continental*, op. cit., p. 46.

²⁹ *Carta dirigida ao Príncipe Regente D. João fazendo uma detalhada exposição sobre as condições políticas da Europa em face das Guerras de Napoleão; aludindo à invasão da Península; e provável a invasão às Capitanias do Rio Grande e São Paulo pelos franceses*. Quinta de São Pedro, 16 de Agosto de 1803. (Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro- Coleção Linhares, 1-29,13,22).

“É impossível meditar seriamente, e com a devida profundidade sobre os interesses da Coroa de V.A.R., sem tirar por necessária consequência, que uma enérgica, forte, e desesperada defesa é o único meio que ainda resta de segurar a independência da Coroa de V.A.R., e que conservando a bem fundada esperança, de se poder segurar a defesa do Reino, deixa a certeza de ir em qualquer caso V.A.R. criar no Brasil um grande Império, e segurar para o futuro a reintegração completa da Monarquia em todas as suas partes.”³⁰

O que D. Rodrigo vislumbrava naquele momento era, portanto, o próprio risco da perda da soberania da Monarquia absolutista sobre os seus territórios e, para preservá-la, recomendava a já mencionada radical ruptura da política de neutralidade, com vistas à defesa do Reino e da América portuguesa que, em último caso, serviria de esteio ao Trono. Esta, contudo, não foi uma opinião consensualmente compartilhada pelo corpo ministerial e podemos mesmo dizer que D. Rodrigo representou voz minoritária, ao desacreditar na política de neutralidade.

Se conduta diversa é possível de ser encontrada entre os próprios partidários da aliança inglesa - em que primava a diplomacia de Luis Pinto de Souza Coutinho, para o qual a neutralidade representara, até 1801, um importante objetivo da política externa portuguesa³¹ - é sobretudo a partir de 1803, quando ganham influência os membros do Partido Francês, que assistiremos à tentativa de reabilitação de tal estratégia. Respondendo à questão formulada pelo ministro inglês sobre as intenções de Portugal “relativamente à Guerra atual”, Antônio de Araújo argumentava ser “claro que tudo que S. A R. deseja de coração é conservar seu Sistema de Neutralidade”.³²

Esta era ainda a opinião divulgada por um *Guia de Príncipes*, datado de 1804, no qual o autor discorria sobre vários itens envolvidos na formação do Monarca e na sua arte de governar, dentre os quais inseria a questão da *Neutralidade* e das *Ligas*, nos termos seguintes:

“Depende muito da prudência declarar-se o Príncipe ou ficar Neutral entre outros; vendo-se pois que de qualquer sucesso da guerra, as resultas serão danos, será sempre melhor em semelhantes casos guardar a Neutralidade(...). Não há mais perigoso e arriscado, que são Ligas; quando for possível se deve o Príncipe escusar; na inteligência de que sempre os coligados têm fins diversos, e cada um se aparta logo que acha o seu interesse feito(...)”.³³

Defender uma estratégia diplomática distinta da proposta por D. Rodrigo não significa, porém, que os objetivos em causa fossem outros ou que não se acenasse com a perspectiva da ruptura da posição “neutral”. O que se constata são, antes, avaliações distintas quanto à oportunidade dos meios e do momento para se tomar partido na guerra, de onde provinha uma estratégia de manter a neutralidade, enquanto a situação permanecesse indefinida³⁴.

Este o ponto central a ser considerado, pois é em torno dele que se polarizam as tendências, principalmente a partir de Agosto de 1807, quando Talleyrand passa a exigir a adesão de Portugal ao Bloqueio Continental - decretado desde 21 de Dezembro de 1806 -, juntamente com a declaração de guerra à Grã-Bretanha, reunião das esquadras portuguesas às franco-espanholas; expulsão do Ministro inglês em

³⁰ Idem.

³¹ Valentim Alexandre, op. cit., p. 131.

³² “Copie de la Lettre écrite à Lord Mulgrave en date de 4 de Avril 1805”, in: Marquês do Funchal, *O Conde de Linhares*, op. cit., pp. 268-271.

³³ *Guia de Príncipes*. 1804. (BNL, Res., PBA, doc. 686).

³⁴ Numa Nota dirigida a Lord Rosslyn por Antônio de Araújo de Azevedo, em 22 de Setembro de 1806, afirmava que “S. A R. aplica todo o seu cuidado aos meios de restabelecer as suas finanças, e não perde de vista o por o seu Exército em um pé conveniente, mas nem o primeiro objeto se pode obter repentinamente, nem, no momento atual, seria possível tomar medidas muito aceleradas para se conseguir o segundo, sem dar causa a ciúmes, e provocar um rompimento de parte da Espanha (...). Portanto, S. A R. agradecendo muito a S. M. Britânica os seus amigáveis conselhos, é obrigado, para não alterar a tranquilidade dos Seus Vassallos a continuar na observância da sua neutralidade esperando que entretanto se verifique a desejada conclusão da Paz.”(Marquês do Funchal, op. cit., p. 272).

Lisboa (Lord Strangford)³⁵; detenção de todos os súditos ingleses residentes em Portugal e seus domínios e o confisco de seus bens e propriedades.³⁶

Reunidos em Conselho de Estado a partir desta data, os chamados membros do “partido inglês” não recalitraram em reafirmar a tendência pró-britânica, única, segundo seus entendimentos, capaz de preservar o inseparável binômio Império/Monarquia. Desacreditado da possibilidade de que Napoleão retrocedesse em seus “projetos” por considerações da natureza econômica - como o fato de que a Clausura dos Portos “é muito nociva à indústria da França, à qual somos nós que fornecemos as matérias-primas”³⁷ – D. Rodrigo não tardava em “prevenir V.A.R. das conseqüências inevitáveis” daquele ato, emitindo claramente sua opinião sobre a conveniência da aliança com a Inglaterra. Segundo ele:

“Está evidente em primeiro lugar que nenhum tratado por mais solene que seja deterá a França; que as vistas de Bonaparte estão claras; que ele deseja pilhar este Reino, se apossar da pessoa sagrada de S.A.R. para forçá-lo a assinar as abdições, e as cessões que ele desejar; e que o Brasil mesmo lhe servirá talvez para obter a paz marítima que ele desejar; e que se houver qualquer meio de detê-lo na sua marcha, e fazer fracassar seus projetos, este está em se armar o mais fortemente possível por terra e por mar, a fim de fazer a mais forte resistência aqui, [ou] ao menos cobrir a saída de S.A.R. ao Brasil com todos os capitais do Reino, e com o exército, se for verdade que nós não poderemos defender o Reino, pondo sobretudo em segurança a pessoa de S.A.R.: e que dando então as mãos aos ingleses, e fazendo uma guerra eterna à França, nós afugentaremos os espanhóis de toda a América Meridional, e quem sabe um dia reconquistaremos Portugal(...)”.³⁸

Este discurso esgarça a articulação de elementos que, compondo desde antes a reflexão política daqueles estadistas atentos ao jogo de forças internacional, foram então reenquadrados, mediante os acirrados debates acalentados nas reuniões do Conselho de Estado. Desde então, dada a possibilidade concreta da invasão franco-espanhola, a já manifesta preocupação com a integridade da Monarquia Lusitana revelava sua outra dimensão: não apenas a necessária preservação de seu “principal” domínio - como era descrito o Brasil na fala daqueles homens do século XVIII -, mas a salvaguarda da própria *pessoa real*.

Se o primeiro ponto encontra fundamento em toda uma argumentação desenvolvida pelos intelectuais e estadistas luso-brasileiros empregados pelo reformismo pós-pombalino e pautada na crença de que a regeneração da metrópole dependia da racional exploração da superior natureza ultramarina, a preocupação com a pessoa de S.A.R. deve ser compreendida com base nos próprios princípios da monarquia absolutista.

Na lógica do Antigo Regime, a pessoa do rei resumia o corpo coletivo, representando a “unidade e identidade do estado”, de onde derivava sua soberania³⁹. Esta associação entre a *pessoa do rei* e o *rei soberano*, pressupunha ainda o poder do monarca de legislar, de modo que a soberania passava a significar a sua própria vontade em ação, independente e indivisível, sendo apenas passível de controle pela “lei natural, ética Cristã, leis fundamentais, a experiência de séculos passados e instituições”.⁴⁰

Entende-se, assim, que a violação da pessoa real significava um ataque aos próprios fundamentos do poder instituído. Daí, portanto, a preocupação dos estadistas portugueses em preservá-la, num momento em que o próprio Antigo Regime agonizava, de onde

³⁵ Sobre a procedência e atuação do Lord Strangford, principal interlocutor de D. Rodrigo de Sousa Coutinho nas negociações com a potência britânica, ver os seguintes trabalhos: Rose Macaulay. *Ingleses em Portugal*. (trad.), Porto: Editora Civilização, s.d., pp. 359-379; Alberto Rangel. *Os Dois Ingleses: Strangford e Stuart*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura/Arquivo Nacional, 1972, pp. 5-43.

³⁶ João Claro. *A Aliança Inglesa (História e Fim de um Mito)*. Lousanne: Editora Liberta, s.d., pp. 144-145.

³⁷ "Extrait de l'Opinion que D. Rodrigo de Sousa a remis au Prince du Brésil le 21 Août 1807, au Palais de Mafra. -Avec quelques détails sur les Conseils d'État tenus à Mafra le 27 Août et le 2 de Septembre de la même Année, par le Genral Thiébault". in: Marquês de Funchal, *O Conde de Linhares*, p. 304. (em francês; tradução minha)

³⁸ idem, p. 307.

³⁹ Keith Michael Baker, "Representation", in: *The French Revolution and the creation of Modern Political Culture*, vol 1 - *Political Culture of the Old Regime* - Oxford: Pergamon Press, 1987, p. 469.

⁴⁰ Michel Antoine, "The Absolute Monarchy", in: *The French Revolution and the creation of Modern Political Culture*, op. cit., p. 537.

advinha a idéia de que, em caso de uma inevitável invasão e na impossibilidade de uma aliança pró-francesa - capaz de suscitar um ataque inglês aos domínios ultramarinos e à própria metrópole - a opção que compatibilizaria os dois sustentos da Monarquia estava na *transferência da Corte para o Brasil*.

Na visão do Partido Inglês, o êxito deste plano dependeria da tutela britânica, como fica expresso numa carta de Frei Matias, guardada junto ao *Assento do Conselho de Estado* de 8 de Novembro de 1807:

“O grande recurso que V.A.R. sempre teve e sempre conservou ter, e atualmente tem, em urgente necessidade para os Estados da América com tanta vantagem aos Príncipes da Europa presentemente oprimidos; este recurso não pode conservar-se nem pode permanecer, antes está inteiramente dependente da conservação da aliança com a Nação Inglesa, logo que se quebre o vínculo desta aliança tão antiga (...) infalivelmente fica V.A.R. perdendo aquele recurso (...) que pode ter na grande tempestade(...)”⁴¹

Como demonstra a citação acima, o “recurso” sugerido não era novidade no pensamento político português. Resgatava um plano recorrentemente aventado pelos estadistas lusos, nos momentos em que o Reino atravessava situações críticas, como durante a invasão espanhola (1580), na guerra da Restauração (1640), por D. Luis da Cunha, em meados dos setecentos e, no contexto da ameaça napoleônica, pelo Marquês de Alorna, em 1801, e D. Rodrigo de Sousa Coutinho, em 1803⁴².

Na iminência da invasão francesa, contudo, ele ganhava novo significado - pois inseria-se no dilema da opção entre a potência continental ou a marítima - e nova projeção internacional, convertendo-se não apenas numa alternativa, mas num verdadeiro “ponto

de pressão” da Inglaterra sobre o Reino, a qual, a partir de então, oferecia pronto apoio militar à retirada do Príncipe para o Brasil, vendo nesta a chance de efetivação de uma vantajosa projeção comercial sobre a colônia americana. Além disso, contavam na sua reabilitação não apenas a deterioração da conjuntura internacional, mas, fundamentalmente, o sólido convencimento acerca das vantagens estruturais do Brasil no conjunto do Império, sedimentado no decorrer da atividade reformista pós-pombalina.⁴³

Num panfleto produzido em Londres, em Outubro de 1807, o plano de D. Rodrigo era fortemente apoiado, em termos muito semelhantes aos empregados pelos demais membros do “Partido Inglês”. Neste manuscrito, reavivava-se a idéia de Portugal como não sendo “mais do que um acessório da Potência Lusitana”, de modo que “é no Brasil, que é o seu inexpugnável escudo contra a tirania da Europa (...) que livre da tirania de Bonaparte, e da ignominia da Espanha, ele pode severamente puni-los (...)”. Desse modo, executando “este plano maravilhoso, oferece o Príncipe do Brasil a Portugal, o único arbítrio para a sua salvação”, o qual, afirmava-se, dever ser executado mediante a proteção da potência britânica, alçada à condição de verdadeira “âncora da esperança da Europa”.⁴⁴

Não se pode desprezar o grau de impopularidade de tal plano entre os vassallos do Reino, que com ele veriam não apenas afastar-se de si a paternal figura do Rei - sinônimo de clemência e virtudes, que em D. Rodrigo convertiam-se nos princípios definidores de uma “monarquia moderada”⁴⁵, mas prejudicados muitos dos seus interesses econômicos, fundamentalmente os da eminente burguesia mercantil e industrial portuguesa⁴⁶. Associado aos já mencionados impactos dos planos financeiros do Ministro - que vinham

⁴¹ “Carta de Frei Matias de São Bruno Sobre as Medidas Militares contra a Inglaterra”, in: *O Conselho de Estado Português e a transmigração da Família Real em 1807*, op. cit., pp. 51-52.

⁴² Segundo Mário Domingues, o primeiro a propor a retirada da Corte para o Brasil foi D. Antônio Prior de Crato, em 1580. Depois da Restauração, durante a obstinada guerra com o Reino vizinho, foi sugerida pelo Padre Antônio Vieira e pela rainha D. Luísa de Gusmão e, finalmente, pelos estadistas setecentistas acima citados. (Mário Domingues, *D. João VI. O homem e o Monarca. Evolução Histórica*. Lisboa: Torre Romano, 1973, p. 130. Sobre o mesmo tema, ver ainda Pedro Octávio Carneiro da Cunha, “A fundação de um império liberal”, in: Sérgio Buarque de Holanda (org.), *História Geral da Civilização Brasileira*, 2ª. ed, tomo II, vol 1º., São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1965, pp. 135-138), e Maria de Lourdes V. Lyra, *A Utopia do Poderoso Império*, op. cit., pp. 108-130.

⁴³ K. R. Maxwell, “The generation of the 1790’s and the Idea of Luso-Brazilian Empire”, in: Dauril Alde (org.), *Colonial Roots of Modern Brazil*, Los Angeles: University of California Press, 1973, p. 140).

⁴⁴ *Reflexões sobre a conduta do Príncipe Regente de Portugal*. Londres: Off. De T. Harpes. 4 Crane Court, Outubro de 1807. (ACL, *Série Azul*. Mn 1884).

⁴⁵ Júlio Joaquim da Costa Rodrigues da Silva, op. cit., p. 492.

⁴⁶ K. R. Maxwell, “The generation of the 1790’s and the Idea of Luso-Brazilian Empire”, op. cit., p. 140.

carregados da perspectiva negativa de expor o Reino a um sanguinolento conflito - entende-se o conjunto de elementos que atuaram na sua derrocada política, em 1803.

Estes fatores encontravam reflexo junto ao corpo de estadistas, no âmbito do qual a tutela britânica era vista com desconfiança, principalmente após as últimas atitudes imperialistas desta potência marítima, sobre a Ilha da Madeira e os Domínios de Goa, Damão e Diu⁴⁷, levando, em 27 de Setembro de 1807, à nomeação de D. Domingos Antônio de Souza Coutinho a Plenipotenciário do Príncipe Regente, “para que, conferindo na Corte de Londres, possa ele ajustar com o Ministro ou Ministros que o mesmo Rei deputer (...) uma convenção que de uma e outra parte se propuser e convier com o fim de conservar intacta a esta Monarquia a referida Ilha da Madeira, e as mais Possessões Ultramarinas”.⁴⁸

A desconfiança em relação à proteção inglesa, os interesses econômicos em causa - dado que, desde 1803, a França convertera-se num dos principais importadores de produtos coloniais de Portugal, acenando à burguesia mercantil do Reino com um mercado alternativo ao seu comércio⁴⁹ - e a impopularidade do plano de transferência da Corte, com a abertura do confronto com o inimigo, eram, portanto, fatores que embasariam os argumentos do Partido Francês, emprestando-lhe legitimidade. Na posição de Antônio de Araújo, então Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, registrada numa carta dirigida ao Ministro Plenipotenciário inglês em Lisboa, Lord Strangford, afirmava-se:

“Estando a Europa nesta situação, não cabe nas forças de Portugal, ainda quando fossem auxiliadas

pelas de Inglaterra, o resistir à França e à Espanha e por meio de uma insuficiente resistência, ficaria S.A.R. responsável da perda deste Reino para com Seus Augustos Sucessores, para com a Nação Portuguesa, e para com toda a Europa. Não resta pois outro prudente partido que tomar, senão o de seguir o sistema do Continente evitando, tanto por esta determinação, como por competentes negociações, uma invasão hostil contra Portugal, ou a perigosa pretensão da entrada de tropas para guarnecer as suas Costas”.⁵⁰

Apesar da propensão à aliança francesa, contudo, os defensores desta posição não descartaram o plano de transferência do Príncipe para o Brasil. Aqui, portanto, o ponto que interessa fixar: nos momentos decisivos das negociações diplomáticas, os elementos que aproximavam os membros dos partidos Inglês e Francês mostraram-se muito mais relevantes que as discordâncias entre eles pois, em ambos os casos, o objetivo primordial era a salvaguarda da soberania Monárquica, duplamente apoiada na *preservação do domínio colonial americano e na pessoa real*.

Este ponto aproximava os argumentos dos membros do Conselho de Estado e, tanto na fala de D. João de Almeida de Mello de Castro - futuro Conde das Galveias e representante do Partido Inglês - quanto em Antônio de Araújo - posteriormente Conde da Barca - registrava-se a preocupação com a *integridade da Monarquia absolutista*. O primeiro, expressando seu pessimismo quanto às possibilidades de resistência às armadas francesas, não tardaria a sugerir a retirada do Príncipe para o Brasil, pois, ainda “que em outras ocasiões mostrasse V.A.R uma forte repugnância a separar-se temporariamente, no caso de última extremidade, dos seus citados Continentes”, é de

⁴⁷ As eclosões das hostilidades entre a Espanha e Portugal, em 20 de Maio de 1801, redundou no envio de uma expedição inglesa para a Ilha da Madeira, a qual ocupa sua fortaleza e nela arvorava a bandeira inglesa, sob o pretexto de auxiliar Portugal. A mesma estratégia é usada para ocuparem Goa, Damão e Diu, só não ocorrendo em Macau devido à forte resistência local aí encontrada. (João V. Claro, op. cit., p. 140).

⁴⁸ “Credencial acreditando Dom Domingos Antonio de Souza Coutinho como Plenipotenciário do Príncipe Regente junto de S.M.B. para ajustar uma convenção, a fim de conservar intacta a Monarquia Portuguesa”, in: Marquês de Funchal, *O Conde de Linhares*, op. cit., pp. 273-274.

⁴⁹ O próprio Príncipe Regente reconhecia as vantagens do comércio português com a França. Em manifesto de 1º de Maio de 1808, afirmava que a “França recebeu de Portugal desde 1804 até 1807, todos os gêneros coloniais e matérias-primas para as suas manufaturas. A aliança da Inglaterra com Portugal foi útil à França, e na decadência que tiveram as artes e indústria, em consequência de uma guerra perpétua por terra e de outra desastrosa por mar, em que ela só teve desbaratos, foi sem dúvida de grande vantagem para a França o não ter sido o comércio de Portugal interrompido; por certo ele foi igualmente útil a ambos os países”. (*apud*, Jorge Borges de Macedo, *O Bloqueio Continental*, op. cit., pp. 50-51).

⁵⁰ “Nota de Antonio d’Araújo a Lord Strangford, Ministro Plenipotenciário de S.M.B. em Lisboa”, 17 de Outubro de 1807, in: Marquês de Funchal, *O Conde de Linhares*, op. cit., p. 281.

extremo interesse “não expor à coação o exercício livre dos direitos majestáticos que para felicidade nossa conferiu o Onipotente a V.A.R., e não arriscar a independência da Sua Real Pessoa e Soberania, cujo constrangimento traria após de si a dissolução da Monarquia”.⁵¹

Pela perspectiva do representante do Partido Francês, esta mesma preocupação transparece na polêmica suscitada pelo plano de enviar ao Brasil o Príncipe da Beira o qual, se por um lado demonstra a intenção de se conservar este principal domínio português, por outro, indica as precauções aí envolvidas para que uma nova autoridade no Brasil não implicasse em qualquer abalo à soberania do Príncipe Regente e, conseqüentemente, à própria Monarquia absoluta. Daí, portanto, a intenção de fixar os poderes atribuídos ao Príncipe da Beira, registrada no *Parecer sobre o Título a ser Conferido ao Príncipe da Beira, no caso de sua ida para o Brasil e sobre a Organização da Administração daquele Vice-Reino*, no qual lembrava:

“o quanto é conveniente, que o sobredito Senhor seja revestido de uma dignidade adequada a Sua Real Pessoa, e lembra logo que esta seja militar. Os Soberanos são chefes natos da força pública dos seus Estados, assim como são supremos magistrados. A coleção de todos estes poderes constitui a soberania; um Príncipe primogênito não tem por nascimento direito a exercer algum deles, porque de um Rei ao seu herdeiro existe a diferença do Soberano a vassalo, ainda que este seja o primeiro dentre eles (...). Pode contudo um Soberano, assim como delega a qualquer dos seus vassalos, delegar também a um Príncipe da Família Real, e principalmente ao seu herdeiro (...) uma parte da sua autoridade, constituindo-o chefe de qualquer ramo da administração (...). Parece-me muito importante que V.A.R. confira ao seu Augusto Sucessor um título supremo militar”, ocorrendo-lhe como o mais conveniente “o título militar de Condestável”, preeminente sobre todos os empregos militares.⁵²

Na interpretação do historiador português, Valentim Alexandre, tal alternativa foi defendida principalmente pelos membros do “partido francês”, por temer-se que a partida de toda a Família Real para o Brasil implicasse na formação de um governo independente, sob a tutela britânica⁵³. A nosso ver, contudo, esta não parece constituir-se na questão central, pois o próprio envio do Príncipe da Beira só faria sentido caso Portugal não fosse invadido. Em qualquer outro caso que significasse uma ameaça à pessoa real, o plano sustentava a partida de toda a corte para o Brasil.

Da mesma forma, discordamos dos argumentos que, na linha do defendido por este historiador, imputam a divergência entre os membros do Partido Inglês e Francês à suposta defesa, pelos primeiros, de interesses mais gerais ligados à preservação do Império - admitindo-se em função disso, a própria mudança definitiva da sede da Monarquia para o Brasil - enquanto os segundos representariam “interesses prioritariamente portugueses”.⁵⁴

Sem desprezarmos o drama ideológico suscitado pelas tentativas de conciliação da independência nacional com a concepção imperial - o qual afetou indistintamente os estadistas reunidos em Conselho de Estado e, muitas vezes, refletiu-se nas guinadas de rumo em nível da política internacional - tal contraposição de interesses não se mostra pertinente, dado que, na visão daqueles homens, a própria regeneração econômica do Reino e a soberania política da Monarquia a ela atrelada eram indissociáveis da preservação dos Domínios coloniais e, em especial, os do Brasil. Logo, não se podia pensar em “interesses nacionais” - contrapostos aos das potências estrangeiras - sem a preservação do Império, este sim o referencial mais geral, norteador de suas reflexões, projetos e sentimentos identitários, impondo o comum dilema de se manter a unidade de um todo reconhecidamente diversificado, sob um mesmo governo.

⁵¹ “Parecer de D. João de Almeida de Melo de Castro, sobre a Reunião do Coselho de Estado Realizada em 19 de Agosto de 1807”, in: *O Conselho de Estado Português e a transmigração da Família Real em 1807*, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional/Ministério da Justiça, 1968, pp. 27-28.

⁵² “Parecer de Antônio de Araújo de Azevedo sobre o Título a ser Conferido ao Príncipe da Beira, no caso de sua Ida para o Brasil e sobre a Organização da Administração daquele Vice-Reino, in: *O Conselho de Estado Português e a transmigração da Família Real em 1807*, op. cit., pp. 32-33.

⁵³ Valentim Alexandre, op. cit., pp. 154-155.

⁵⁴ Idem, p. 132.

Dessa forma, frente à ameaça de uma invasão que pusesse em risco a pessoa real ou as possessões ultramarinas, os próprios membros do partido francês não descartaram a alternativa da transferência da Corte, como fica registrado no *Ofício de Antônio de Araújo a Dom Domingos Antonio de Souza Coutinho, Ministro Plenipotenciário em Londres*:

“Sobre o importante objeto da retirada do Príncipe Regente N.S. torno a repetir, que S.A.R. nem há de desertar por terror pânico, o que já assustou o Povo desta Capital, suspeitando que ele se dispunha a partir, nem também há de esperar o último perigo, arriscando-se a haver ventos contrários que obstem à saída deste Porto.”⁵⁵

Neste documento, informava-se que, inclusive, já fora ordenado o transporte “das pratas das Igrejas e outros artigos de valor” para depósitos, “a fim de estarem prontos a todo o acontecimento”. Um fato que assinala a política de dupla face seguida por aqueles estadistas, os quais, impossibilitados de continuarem seguindo a frágil e débil estratégia da neutralidade, acatavam às exigências da França como forma de adiar uma iminente invasão sem, por isso, descartarem a opção da tutela britânica.

É evidente que não se deve impor uma linearidade à análise do discurso político, o qual é sempre permeado de múltiplas e dúbias intenções. Dessa forma, o persistente aceno dos membros do Partido Francês com a possibilidade de sucumbir à pressão britânica deve ser entendido também como um artifício para se evitar o temido ataque desta potência à Marinha e às possessões portuguesas, como expresso

numa “Nota” de Antônio Araújo a Strangford, de 17 de Outubro de 1807.⁵⁶

Acreditamos, contudo, que as divergências entre os membros do Conselho de Estado, reunidos desde Agosto de 1807, fundavam-se muito mais em interpretações distintas quanto à eficácia do jogo diplomático na resolução pacífica de um iminente conflito, que numa diversidade de objetivos, visto que estes acenavam, invariavelmente, com a necessária preservação da soberania da Monarquia absolutista, dependente dos dois elementos basilares, em torno dos quais giravam seus discursos e propostas políticas: o *domínio americano* e o *corpo do rei*.

Ao fim e ao cabo, todos contavam com a possibilidade de uma estratégica retirada da Corte - ainda que as oportunidades de tempo e meios para efetuar-la fossem diversamente concebidas⁵⁷ - de modo que, no momento em que a invasão francesa do Reino tornou-se iminente, não vacilaram em concretizá-la, seguindo a máxima expressa por Domingos Vandelli⁵⁸, alguns anos antes:

“Contentemo-nos com a honra e dignidade da Coroa; mas não percamos a Coroa por querer conservar a honra, e a dignidade”.⁵⁹

Fontes

Memórias Secretíssimas do Marquês de Pombal e outros Escritos. Publicações Europa-América, s.l, s.d, pp. 37-45.

⁵⁵ “Ofício de Antonio de Araujo a Dom Domingos de Souza Coutinho Ministro Plenipotenciário em Londres”, in: Marquês de Funchal, *O Conde de Linhares*, op. cit., pp. 275-277.

⁵⁶ “Nota de Antonio d’Araújo a Lord Strangford, Ministro Plenipotenciário de S.M.B. em Lisboa”, in: Marquês de Funchal, op. cit., pp. 281-283.

⁵⁷ Mesmo às vésperas da invasão do exército francês, Antônio de Araújo negava a necessidade de a Corte “retirar-se unicamente porque existe um Exército em Bayona, que até agora não tem marchado daquele acantonamento”.(idem).

⁵⁸ Naturalista renomado e sócio da Academia de Lisboa, já ao discorrer sobre as formas de restituir Portugal à sua antiga posição de prosperidade econômica, Vandelli partia de uma percepção global do Império, projetando medidas com vistas a preservar tanto o Reino quanto seus Domínios Ultramarinos, que muito fazem lembrar as sugeridas por D. Rodrigo, em seu Plano de Fazenda, de 1799. Entretanto, em nome desta mesma visão imperial, sua posição no contexto da guerra peninsular foi francamente pró-francesa.(*Memória de Domingos Vandelli sobre os meios para o restabelecimento de Portugal, como a economia na despesa, o impedimento dos extravios, a cobrança das dívidas como a Fazenda Real e melhor administração dos contratos e rendas reais*. Título Original: *Memória sobre a necessidade de restituir-se Portugal ao seu antigo estado de forças* - ANRJ, Fundo Negócios de Portugal, cod. 807, vol. 25, doc 2).

⁵⁹ *Memória sobre a conveniência de Portugal realizar uma aliança ofensiva e defensiva com a França e Espanha*”.(Título original: *Se atualmente convém a Portugal continuar com a Inglaterra e fazer a guerra à Espanha e à França?*). (ANRJ, Fundo Negócios de Portugal, cod. 807, vol. 25, doc 14).

“Discurso Preliminar (...) proferido pelo Abade José Corrêa da Serra”, in: *Memórias Econômicas da Academia Real das Ciências de Lisboa*. Lisboa: Officina da Academia, 1789, vol. 1. (Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Seção de Obras Raras, 91,1,16-20).

COUTINHO, D. Rodrigo de Sousa, “Memória sobre o melhoramento dos Domínios de Sua Majestade na América”, in: *Brasília*, vol 4, s.d., pp. 405-422.

_____ “Ofício de 14 de Outubro de 1795”. (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Ministério dos Negócios Estrangeiros, *Legação de Portugal em Turim*, cx 869).

_____ “Carta dirigida ao Príncipe Regente D. João fazendo uma detalhada exposição sobre as condições políticas da Europa em face das Guerras de Napoleão; aludindo à invasão da Península; e provável a invasão às Capitânicas do Rio Grande e São Paulo pelos franceses”. Quinta de São Pedro, 16 de Agosto de 1803. (Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Seção de Manuscritos-Coleção Linhares, I-29,13,22).

DINIZ SILVA, André Mansuy (dir.). *D. Rodrigo de Souza Coutinho. Textos Políticos, Econômicos e Financeiros, 1783-1811*. Tomo II. Lisboa: Banco de Portugal, 1993.

Marquês de Funchal, *O Conde de Linhares*. Lisboa: Typ. Bayard, 1908, pp. 155-168.

Guia de Príncipes. 1804.(anônimo) (*Biblioteca Nacional de Lisboa*, Res., PBA, doc. 686).

Reflexões sobre a conduta do Príncipe Regente de Portugal. Londres: Off. De T. Harpes. 4 Crane Court, Outubro de 1807. (*Academia das Ciências de Lisboa*, Série Azul. Mn 1884).

O Conselho de Estado Português e a transmigração da Família Real em 1807, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional/Ministério da Justiça, 1968.

“Memória de Domingos Vandelli sobre os meios para o restabelecimento de Portugal, como a economia na despesa, o impedimento dos extravios, a cobrança das dívidas como a Fazenda Real e melhor

administração dos contratos e rendas reais. Título Original: Memória sobre a necessidade de restituir-se Portugal ao seu antigo estado de forças”. (*Arquivo Nacional do Rio de Janeiro*, Fundo Negócios de Portugal, cod. 807, vol. 25, doc 2).

“Memória sobre a conveniência de Portugal realizar uma aliança ofensiva e defensiva com a França e Espanha”. (Título original: *Se atualmente convém a Portugal continuar com a Inglaterra e fazer a guerra à Espanha e à França?*). (*Arquivo Nacional do Rio de Janeiro*, Fundo Negócios de Portugal, cod. 807, vol. 25, doc 14).

Bibliografia citada

ALEXANDRE, Valentim. *Os Sentidos do Império. Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português*. Porto: Edições Afrontamento, 1993.

ARAÚJO, Valdeci Lopes de, “A experiência do tempo. Modernidade e historização no Império do Brasil (1813-1845)”, PUC/RJ, 2003, (tese de doutoramento).

BAKER, Keith Michael, “Representation”, in: *The French Revolution and the creation of Modern Political Culture*, vol 1 - *Political Culture of the Old Regime* - Oxford: Pergamon Press, 1987.

BERNARDINO, Teresa. *Sociedade e Atitudes Mentais em Portugal (1777-1810)*. (Temas Portugueses). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, s.d.

BITÉU, Maria Margarida Correia, “Diogo Inácio de Pina Manique, Intendente Geral da Polícia: inovações e persistências”, Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1995, vol. 1, p. 57.

CARDOSO, José Luís. *O Pensamento Econômico em Portugal nos Finais do Século XVIII. 1780-1808*. Lisboa: Estampa, 1989.

CARVALHO, Rômulo de. *História Natural em Portugal no século XVIII*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua portuguesa, 1987.

- CAVALCANTE, Berenice, “Os ‘letrados’ da sociedade colonial: as academias e a cultura do Iluminismo no final do século XVIII”, in: *Acervo Revistado Arquivo Nacional*, vol. 8, n. 1-2, jan/dez de 1995, p. 58.
- CLARO, João. *A Aliança Inglesa (História e Fim de um Mito)*. Lousanne: Editora Liberta, s.d.
- CLUNY, Isabel. *D. Luís da Cunha e a Idéia de Diplomacia em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.
- DOMINGUES, Mário Domingues, *D. João VI. O homem e o Monarca. Evolução Histórica*. Lisboa: Torre Romano, 1973
- DINIZ-SILVA, Andrée Mansuy, “Groupes de pression et de décision dans la politique brésilienne du Portugal entre 1750 et 1808”, in: *Revue Française d’Histoire d’Outre-Mer*. Paris, t. 67, n. 244/245, 1979.
- FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B., “Festejos Públicos no Porto pela ‘Declaração da Regência’ de D. João, Príncipe do Brasil”, in: *Anais do Seminário Internacional. D. João VI. Um Rei aclamado na América*. Rio de Janeiro: MHN, 2000, pp. 64-81
- HEYNEMAN, Cláudia B., “História Natural na América Portuguesa – 2ª. metade do século XVIII”, in: *Varia História*, Belo Horizonte, n. 20, mar/99, pp. 97-98.
- KURY, Lorelai B. & MUNTEAL FILHO, Oswaldo Munteal, “Cultura científica e sociabilidade intelectual no Brasil setecentista: um estudo acerca da Sociedade Literária do Rio de Janeiro”, in: *Acervo*, Revista do Arquivo Nacional, vol. 8, n. 01/02, jan/dez de 1995.
- LARANJO, José Frederico, *Economistas Portugueses*, Lisboa: Guimarães & Cia Editores, 1976,
- LYRA, Maria de Lourdes V. *A Utopia do Poderoso Império. Portugal e Brasil: bastidores da política, 1798-1822*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994
- MACAULAY, Rose. *Ingleses em Portugal*. (trad.), Porto: Editora Civilização, s.d.
- MACEDO, Jorge Borges de, *O Bloqueio Continental. Economia e Guerra Peninsular*. 2ª. ed., Lisboa: Gradiva, s.d.
- NOVAIS, Fernando A., *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial: 1777 a 1808*. 4ª. ed., São Paulo: HUCITEC, 1986.
- PIRES, Antônio Machado. *A Idéia de Decadência na Geração de 70*, 2ª. ed., Vega, 1992.
- RANGEL, Alberto. *Os Dois Ingleses: Strangford e Stuart*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura/ Arquivo Nacional, 1972
- SILVA, Ana Rosa Clocllet da Silva. *Intelectuais Ilustrados e Estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime Português (1750-1822)*. São Paulo: Hucitec, 2006.
- SILVA, Júlio Joaquim da Costa Rodrigues da, “Ideário Político de uma Elite de Estado. Corpo Diplomático (1777/1793)”. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1998. (Tese de Doutorado).
- MAXWELL, K. R. Maxwell, “The generation of the 1790’s and the Idea of Luso-Brazilian Empire”, in: Dauril Alde (org.), *Colonial Roots of Modern Brazil*, Los Angeles: University of California Press, 1973.

**DRAMAS E COMÉDIAS DO PROGRESSO:
O teatro na imperial cidade de Bragança***

**Dramas and comedies of the progress:
the theater in the imperial city of Bragança Paulista.**

Rodrigo Camargo de GODOI**

RESUMO

A partir de fins da década de 1860 verificou-se a crescente popularização dos espetáculos teatrais não apenas na Corte, mas também em outros pontos do Império do Brasil. Este artigo, portanto, analisa a cena teatral na cidade de Bragança – sede de uma das comarcas da província de São Paulo – entre 1873-1879. Valendo-se principalmente do jornal O Guaripocaba, busca igualmente identificar as transformações socioculturais provocadas pela intensificação de atividades econômicas, ligadas ao comércio e a grande lavoura, na região.

Palavras-chave: Teatro oitocentista; cultura e sociedade; Bragança.

ABSTRACT

Since the ends of the 1860's we could verify a growingly popularization of theatres spectacles, not only on the Court of Rio de Janeiro, but also in other regions of the Brazilian Empire. This article, though, analyses the theatric scene on the town of Bragança – in the provincia of São Paulo, among 1873-1879. Using often the newspaper O Guaripocapa, tries to identify the social and cultural transformations demanded by the intensification of economic activities, related to the commerce and the plantation, on that region.

Keywords: 19th century theatre; culture and society; Bragança.

* As pesquisas que originaram este trabalho foram realizadas no CDAPH – Centro de Documentação e Pesquisa em História, da Universidade São Francisco, campus Bragança Paulista. Agradecemos, portanto, as historiadoras Maria de Fátima Guimarães Bueno e Ana Cristina Bastos, além dos técnicos Isidoro e Nicolino, pela atenção e incentivo.

** Graduado em história e mestrando em Teoria Literária no IEL-UNICAMP. E-mail: rodrigocamargo21@hotmail.com.

1. Ambigüidades da cena teatral brasileira

Diante da imprensa e da tribuna as idéias abalroam-se, ferem-se, e lutam para acordar-se; em face do teatro o homem vê, sente, palpa; está diante de uma sociedade viva, que se move, que se levanta, que fala, e de cujo composto se deduz a verdade, que as massas colhem por meio da iniciação. De um lado a narração falada ou cifrada, de outro a narração estampada, a sociedade se vê reproduzida no espelho fotográfico da forma dramática. (ASSIS, 1859 apud SOUZA, 2002, p. 69)

Machado de Assis

A cena teatral brasileira na década de 1870 apresentava um contra-senso muito interessante. De um lado os literatos da capital do Império, frustrados ante o fracasso da dramaturgia inspirada no realismo teatral nos palcos do Rio de Janeiro, decretavam, unânimes, a morte do teatro nacional. Neste sentido, Machado de Assis escreveu em 1873:

Esta parte [o teatro] pode reduzir-se a uma linha de reticência. Não há atualmente um teatro brasileiro, nenhuma peça nacional se escreve, raríssima peça nacional se representa. As peças teatrais deste país viveram sempre de traduções, o que não quer dizer que não admitissem alguma obra nacional quando aparecida. Hoje que o gosto do público tocou o último grau de decadência e perversão, nenhuma esperança teria quem se sentisse com vocação para compor obras severas de arte. Quem lhas receberia, se o que domina é a cantiga burlesca ou obscena, o canção, a mágica aparatosa, tudo o que fala aos sentimentos e aos instintos inferiores? (ASSIS, 1873 apud FARIA, 2001, p. 569)

O teatro realista que tanto agradou a Machado e a outros tantos homens de letras brasileiros, surgiu na França na década de 1850. Com peças que primavam pela descrição dos costumes, pelo realismo em cena e que debatiam questões sociais delicadas como a prostituição – note-se, por exemplo, a temática envolvida n' *A dama das camélias* de Alexandre Dumas Filho, marco desse gênero dramático (FARIA, 1993, p. 67s). Os palcos eram então convertidos em tribuna onde se representavam os valores éticos da classe burguesa, objetivando, em última instância, a moralização da sociedade por meio da arte. Não tardou para que essas peças fossem importadas da França, e para que, inspirados em tais sucessos, nossos literatos rendessem suas penas ao novo e surpreendente gênero, tão distinto do drama Romântico que por aqui se representava. É desse período as célebres noites do Theatro Ginásio Dramático, em cujo palco representavam-se peças de inspiração realista escritas por José de Alencar¹, Quintino Bocaiúva², Joaquim Manoel de Macedo³, entre outros. Porém, com o tempo, como nos mostrou Machado de Assis, o realismo teatral não mais inspirava à mesma admiração no grande público, cujo gosto “tocou o último grau de decadência e perversão”.

A partir de fins da década de 1860 observamos o teatro popularizar-se, transformando-se em fenômeno cultural, não mais exclusividade dos círculos intelectuais da Corte. A crítica, porta voz desses círculos – como podemos notar por meio das observações do crítico Machado de Assis – via nessa popularização a decadência do teatro nacional. As companhias teatrais passaram a preferir um repertório mais próximo do gosto popular, isso significava a representação de outros dramaturgos, como o Francisco Vasquez e seu famosíssimo *Orfeu na Roça*, que não mais compartilhavam da ideologia moralizadora propagada pela cena realista. Esses dramaturgos, diferentemente dos tidos como realistas, levavam em conta detalhes até então pouco

¹ Célebre por seus romances José Martiniano de Alencar (1829-1877) também escreveu para o teatro. São de sua autoria os dramas: *O Rio de Janeiro: verso e reverso* (1857), *O demônio familiar* (1857), *O Crédito* (1857), *As asas de um anjo* (1858), *Mãe* (1860), *O que é Casamento?* (1862) e *O Jesuíta* (1875).

² Jornalista e político, um dos fundadores do partido republicano na década de 1870, Quintino Bocaiúva (1836-1912) escreveu os seguintes dramas de inspiração realista: *Onfália* (1860), *Os mineiros da desgraça* (1861) e *A família* (1862).

³ Joaquim Manoel de Macedo (1820-1882), mais conhecido por seus romances como *A moreninha* (1844), também escreveu para o teatro: *O fantasma branco* (1856), *O primo da Califórnia* (1858), *Luxo e vaidade* (1860), *O novo Otelo* (1861), *A torre em concurso* (1861), *Lusbela* (1862), entre outros.

considerados, tido aparentemente como secundário, como por exemplo, os espectadores. Também dramaturgos portugueses, como Mendes Leal, considerados pelos literatos brasileiros como de segunda ordem, tanto por sua nacionalidade quando por seus dramas híbridos, caíram definitivamente nas graças do povo (SOUZA, 2002, p. 223s).

Como podemos observar, haviam conflitos culturais claramente delineados. De um lado a cultura que o povo elegera para si e, de outro, a que tentavam, de cima, impor-lhe. No entanto, ao que tudo indica, enganaram-se os literatos cariocas, uma vez que o teatro nacional não morrera ou decaía como anunciavam nos jornais. Muito pelo contrário, esquivando de padrões reguladores, o teatro, além de popularizar-se na capital, passava a existir em outros pontos do império, como por exemplo, na cidade Bragança, sede da comarca homônima na província de São Paulo.

2. As noites do Theatro Bragantino

De acordo com os dados do censo de 1874⁴ o município de Bragança, na província de São Paulo, possuía aproximadamente 30.400 habitantes, ou almas como na linguagem então corrente. Desta população perto de 27.514 pessoas eram livres e o restante, ou seja, algo em torno de 2.960, eram escravas. A comarca de Bragança, por sua vez, possuía uma população de cerca de 47.433 almas, dentre as quais apenas 5.317 sabiam ler e escrever, isto é, 89% da população era analfabeta⁵. Esses dados sobre a instrução na comarca de Bragança nos fazem calcular a importância social do

teatro no período. De fato, o teatro era tido como coisa muito séria, visto que seu alcance formativo era muito maior que o da imprensa, por exemplo. Certamente advenha daí a preocupação das elites letradas do império, como exposto acima, em tentar manter um rígido controle sobre as artes dramáticas. Os altíssimos índices de analfabetismo justificavam por si a prerrogativa de que o teatro era um dos principais disseminadores da civilização e do progresso. Enquanto as letras eram acessíveis apenas a uma pequena parte da população, os espetáculos teatrais possuíam uma abrangência infinitamente maior. Contudo, a resistência popular em aceitar tais modelos culturais era grande. Para o público o teatro era antes sinônimo de entretenimento e ocasião de sociabilidade do que escola de costumes. Esboçado este quadro, acompanhemos um pouco da trajetória do teatro na cidade de Bragança na década de setenta do século XIX.

O *Almanack da Província de São Paulo* de 1873, nos mostra que o Theatro Bragantino⁶, então dirigido por Antonio Euzébio Ribeiro e secretariado pelo alferes José Innocencio de Souza, localizava-se na Rua Direita. No entanto, essa casa de espetáculos, ao que tudo indica, não andava muito bem, visto que quatro anos mais tarde, o jornal *O Guaripocaba*,⁷ fundado em junho de 1877 (ALMANACH BRAGANTINO, 1914, p. 11), denunciava que o Theatro Bragantino estava ainda “à espera d’um *sprit d’élite*”, que se colocasse “à frente d’este melhoramento”. Como podemos observar, além do teatro aparentemente não alcançar grande êxito na cidade, fazia-se necessário um “espírito de elite” que revertesse tal situação, e que conseqüentemente influísse sobre as manifestações culturais daquela sociedade. Porém, não demorou muito

⁴ PUNTONI, Pedro; DOLHNIKOFF, Miriam. Os recenseamentos gerais do Brasil no século XIX: 1872 e 1889. *CEBRAP – Centro brasileiro de análise e planejamento*. Disponível em: www.cebrap.org.br. Acessado em: 12 jan. 2007.

⁵ Sobre o analfabetismo no Império, por exemplo, observemos a questão envolvendo o projeto de lei do gabinete liberal de 1878, de autoria do ministro João Lins Vieira Cansação de Sinimbu. Este projeto objetivava proibir o voto dos analfabetos. No entanto, tal medida restringiria drasticamente o número, já reduzido pelo voto censitário, dos eleitores do Império (NASCIMENTO, 2006, p. 81-94).

⁶ O Almanach Bragantino de 1914, em capítulo dedicado a topografia e aos edifícios existentes na cidade, traz uma série de informações de extrema relevância sobre o Theatro Bragantino, principalmente entre fins do século XIX e início do século XX. De acordo com o almanaque, o Theatro, um dos edifícios mais antigos de Bragança, era propriedade do então finado comendador Francisco Antonio Pereira Payão Silveira, e que por sua privilegiada localização fazia forte concorrência mesmo ao grande Theatro Carlos Gomes, construído em 1898. Após a morte do comendador, seguindo disposições do tutor de órfãos, o capitão Jacintho Prado, o teatro foi a leilão, sendo adquirido em 26 de novembro de 1909 pelo sr. Luiz Dardis, por 6.010\$000. O novo proprietário efetuou uma significativa reforma no teatro, inaugurando-o em 19 de março de 1910. A partir de então o Theatro Bragantino iniciou a exibição de “sessões cinematographicas” aos domingos e dias santos, “ao som da banda 7 de setembro”. Após a reforma o teatro passou a comportar cerca de 600 pessoas (ALMANACH BRAGANTINO, 1914, p. 23).

⁷ THEATRO. *O GUARIPOCABA*, Bragança, ano I, n. 7, p. 1, 29/7/1877.

para que os apelos d'*O Guaripocaba* fossem, de certa forma, atendidos, pois que transcorridos alguns dias, o mesmo jornal noticiava:

Consta-nos que uma sociedade particular, composta de distintos moços d'esta cidade esta ensaiando o drama em 3 actos Purgatório e Paraíso que tenciona levar brevemente á scena, applicando o producto em beneficio às victimas da secca.

Louvamos esse acto de philanthropia e fazemos os mais ardentes votos para que a mocidade bragantina seja sempre inspirada pelos nobres sentimentos de caridade.⁸

A cidade se mobilizou para levantar recursos destinados às províncias do norte do Império, assoladas pela grande seca de 1877-1878, que de acordo Alencastro e Renaux (1997, p. 312) “causou provavelmente, em termos relativos, o drama de maior custo humano jamais registrado no Brasil”. Organizara-se neste intento uma comissão, cuja função seria subscrever uma lista de doações a serem enviadas às vitimas da seca.⁹ Sabemos que aproximadamente 170 pessoas contribuíram, arrecadando-se a soma de 1:508\$960. Enquanto isso os preparativos para o espetáculo teatral continuavam, até que chegara finalmente o dia da récita beneficente. *O Guaripocaba* daquele domingo, 9 de setembro 1877, conclamava toda a população a “concorrer para tão justo fim”. E, no domingo seguinte, o jornal não se furtou em comentar o espetáculo. A crítica é curta, todavia, nos traz informações significativas, principalmente sobre a atuação dos atores:

Em o domingo p. passado teve logar, como noticiamos a récita offerecida em beneficio das victimas da secca do norte do Império, subindo á scena o drama em 3 actos de C. Castello Branco “Purgatório e Paraíso”. A peça estava bem ensaiada e todos desempenharam bem suas

partes, sobresaindo a sra. D. Geraldina Ribeiro na parte de d. Emília de Sá, o sr. Antonio E. Ribeiro em a de Bernardo de Mascarenhas e o sr. Martinho em a de barão de Villa Marim.

Rematou o espectáculo com a scena (soliloquio) de Olgiato ante o túmulo de sua irmã, desempenhada pelo sr. Ferrero.¹⁰

O sucesso de crítica e certamente de público animou os artistas amadores. A partir da representação de *Purgatório e Paraíso* do literato português Camilo Castelo Branco – mais conhecido por seus romances como *Amor de Perdição* – fundou-se na cidade uma sociedade dramática particular, cujo principal intento seria movimentar o Theatro Bragantino.¹¹ A esta sociedade deram o nome de “Recreio Dramático”, e ao que indica o silêncio das fontes, o mês de outubro de 1877 fora de muito trabalho para seus atores amadores, uma vez que no início de novembro anunciava-se a tão aguardada estréia:

Primeira Récita dada pela sociedade Particular RECREIO DRAMÁTICO - Sabbado, 8 de Dezembro. Subirá a scena o drama em 3 actos PURGATÓRIO E PARAÍSO. E findará o espectáculo com a engraçada comédia em 1 acto PILATOS NO CREDO. O espectáculo principiara as 8 1/2 da noite. Os bilhetes acham-se desde já à venda em casa de M. A, Carneiro. Rua Direita N. 20.¹²

A festa da padroeira de 1877 prometia. Além das habituais celebrações religiosas haveria ainda récita no teatro. Durante a semana que antecedia o dia 8 de dezembro, a casa de Manoel de Almeida Carneiro, conhecida por vender tudo “por preços muito commodos”, encarregou-se de comerciar além das “fazendas, calçados, chapeos, armarinhos, ferragem [e] miudezas”, também os ingressos para o espetáculo. A procura ao que tudo indica fora grande. Não temos muitas informações sobre esta noite no Theatro

⁸ THEATRO. *O GUARIPOCABA*, Bragança, ano I, n. 11, p. 3, 28/8/1877.

⁹ “Lista de pessoas que nesta cidade de Bragança de dignaram subscrever em favor das victimas da secca nas províncias no Norte do Império, angariada pela dita comissão, nomeada pelo rm. vigário, composta dos Ilms. Snrs. Coronel Francisco Emílio da Silva Leme, Francisco A. P. Paião Silveira e Alf. José Francisco Bueno Ayres” PUBLICA-SE SUBSCRIÇÃO. *O GUARIPOCABA*, Bragança, ano I, n. 13, p. 3, 9/9/1877

¹⁰ *O GUARIPOCABA*, Bragança, ano I, n. 14, p. 3, 16/9/1877.

¹¹ SOCIEDADE DRAMÁTICA. *O GUARIPOCABA*, Bragança, ano I, n. 15, p. 2, 23/9/1877.

¹² *O GUARIPOCABA*, Bragança, ano I, n. 25, p. 4, 2/11/1877.

Bragantino, tendo visto que *O Guaripocaba* na semana seguinte, resignou-se em apenas, numa nota breve, dizer: “Para não sermos tachados de suspeitos limitamo-nos a dizer que o desempenho agradou e foi satisfatório”.¹³

No entanto, a privilegiada localização do teatro, então propriedade de diversos acionistas, fez com que se especulassem a sua venda. Tal possibilidade, conseqüentemente, assustava sobremaneira *O Guaripocaba*. Temia-se que a cidade fosse privada de seu único entretenimento:

Fala-se que há quem tente comprar as partes dos accionistas do teatro para converte-lo em casa particular. Duvidamos do bom êxito da tentativa, por nos persuadirmos que boa parte dos proprietários anteporão o bem local a essa migalha que lhes pó advir do redito com mil réis ahi empregados. Na hypotese porem de podermos vir a ser privados do mais innocente recreio que possuímos, quanto a questão depente apenas de dois terços dos accionistas, nós apelamos para o patriotismo dos proprietários, a quem não seria airoso nullificar um serviço que prestaram a Bragança com as melhores predisposições. Quanto em outras cidades se levantam custosos edifícios para o teatro, à custa da liberalidade pública, privar Bragança de seu modesto teatro é dar um golpe profundo em o nascente progresso local.¹⁴

Interessante atentarmos sobre alguns pontos do apelo d’*O Guaripocaba* aos proprietários do Theatro Bragantino. O discurso se inicia definindo o teatro como “o mais innocente recreio que possuímos”, e termina afirmando que a possível extinção da casa de espetáculos seria “um golpe profundo em o nascente progresso local”. Aproveitou-se inclusive o ensejo para argumentar que em outras cidades a generosidade pública construía “custosos edifícios para o teatro”, enquanto que Bragança seria privada de seu pequeno teatro, visto que pretendiam transformar o teatro em residência particular. Não sabemos o fim desta querela,

o que nos faz concluir que a possível venda do teatro não passava de especulações, ou que de fato os acionistas ouviram os apelos do jornal e desistiram de seu intento.

Acalmados os ânimos, adentramos o ano da graça 1878 com noticias teatrais vindas diretamente de Paris¹⁵ – pois nem só do Theatro Bragantino vivia *O Guaripocaba*. Noticiava-se pomposamente para os leitores bragantinos que o dramaturgo e romancista Victor Hugo trabalhava em dois novos dramas e que, de acordo com os periódicos parisienses, deveriam ser encenados apenas depois da morte do autor. Mediante esta breve nota podemos perceber a dimensão civilizadora dos jornais, bem como o dos teatros. Por meio desta breve nota parisiense, não sabemos se primária ou não, almejava-se fazer com que o leitor partilhasse da cultura polarizada na capital francesa, antes tão distante, agora nas páginas de seu jornal domingueiro. No entanto, a cena teatral bragantina apresentava-se promissora neste ano que se iniciava.

3. A companhia teatral Ribeiro Guimarães

A companhia amadora Recreio Dramático, “composta pelos distintos moços d’esta cidade”, ao que tudo indica, sobreviveu apenas a dois espetáculos. O Theatro Bragantino estava, portanto, novamente fadado às moscas. Porém, no dia 2 de março de 1878 deu-se a primeira récita da companhia dramática do senhor Ribeiro Guimarães¹⁶. Pela primeira vez *O Guaripocaba* noticiava a apresentação de artistas profissionais no palco do Theatro Bragantino. Porém, na semana anterior a estréia dessa companhia, que atrasara alguns dias sua chegada na cidade, havia quem duvidasse que ela realmente viesse. *O Guaripocaba* questionava em tom jocoso, os motivos deste atraso:

Não veio, como se annunciára e todos esperavam, a do artista Ribeiro Guimarães. Diz-se que alguém se esforçara pela sua não vinda.

¹³ *O GUARIPOCABA*, Bragança, ano I, n. 27, p. 3, 16/12/1877.

¹⁴ *O GUARIPOCABA*, Bragança, ano I, n. 29, p. 2, 30/12/1877.

¹⁵ VICTOR HUGO. *O GUARIPOCABA*, Bragança, ano I, n. 30, p. 3, 06/01/1878.

¹⁶ THEATRO. *O GUARIPOCABA*, Bragança, ano I, n. 38, p. 3, 03/03/1878.

Seria para evitar os cobres bragantinos de cair em mãos estranhas?

Seria por dó da companhia, para desvia-la de fiascos?

Seria por servir algum cálculo?

Quem souber me responda.¹⁷

Todos aguardavam ansiosos a chegada da companhia teatral, uma vez que o público bragantino, habituado aos espetáculos amadores, teria a oportunidade de ver em cena atores e atrizes de verdade, além de um repertório diverso composto por novidades e sucessos dos palcos da Corte e da capital da província. Não nos é difícil imaginar a frustração causada pela não chegada da companhia na data estipulada. Contudo, contrariando alguns prognósticos, a companhia dramática Ribeiro Guimarães aportou em Bragança no início de março de 1878.

Foram oito apresentações, em cinco noites concorridíssimas. Cada apresentação iniciava-se, como regia o costume, com um drama seguido, finalmente, por uma comédia. Na estréia, sábado 2 março, assistiu-se ao drama *Os pobres de Pariz*¹⁸, em seguida a comédia *Minha sogra*. Na noite seguinte subiu em cena o drama *Estátua de Carne* e a comédia *Trinta Botões*. A segunda-feira, 4 de março, fora certamente a folga da companhia, visto que apresentaram-se apenas no dia seguinte com o drama *Graça de Deus* e a comédia *Guerra do Nones*. Seguiu-se mais três dias sem espetáculos e finalmente na noite de sábado, 09 de março, a companhia Ribeiro Guimarães levou a cena o drama *A Morgadinha de Val-Flor*. *O Guaripocaba* festejava as apresentações da companhia:

Dispondo de sufficiente pessoal com artistas de reconhecido merito é digna do acolhimento benevolo que lhe tem sido dispensado pelo publico desta cidade. Nada tem deixado a desejar o desempenho dos dramas [...] e das comédias [...] a prova mais eloquente do que levamos dicto esta no espantoso concurso que tem affluído

aos espectáculos. Deixamos de especializar os nomes de cada um dos actores e actrizes, no desempenho de suas partes, que todos teem comprehender, por terem sidos distribuidas a caracter; o que revela não so intelligencia e conhecimento pratico do director, como também reconhecida capacidade da companhia.¹⁹

Tudo corria perfeitamente bem: o teatro lotado, atores e atrizes, desempenhando bem “suas partes”, um diretor versado nas artes dramáticas, representações de sucessos da Corte, enfim, a cidade a civilizava-se pelos palcos. Não fosse a última noite. Deixemos a palavra ao *O Guaripocaba*, que em 17 de março, trazia estampado na primeira página:

A companhia dramática do sr. Ribeiro Guimarães deu em a noite de 12 seu ultimo espectaculo, levando em scena o drama sacro - Milagres de Sto Antonio.

Era mui difficil em nosso theatro ser levada, com todos os requisitos, peça de tanto apparato, nem as circunstancias permitiam despesas que uma só recita não podia compensar. No entanto agradou. O 1º e o 2º actos correram bem, sobresahindo a tudo o quadro final que esteve magnífico. As partes principais foram satisfatoriamente desempenhadas; as scenas, porem que requeriam pessoal superior ao da companhia, á mingua de ensaios, resentiam-se de falta de ordem. A companhia retirou-se de Bragança sob a má impressão de um accidente que se deu no final. Ao findar o drama os espectadores, pelo exemplo das noites anteriores, esperavam pela comédia até que um dos artistas veio á platéa declarar que o espectaculo havia terminado. Houve manifestações de descontentamento, motim e pateada. São atos irreflectidos que não approvamos embora sejamos obrigados a confessar que se a companhia tivesse com regularidade feito publicar seus programmas não passaria por essa decepção.²⁰

¹⁷ THEATRO. *O GUARIPOCABA*, Bragança, ano I, n. 37, p. 3, 24/02/1878.

¹⁸ Souza (2002, p. 86) nos traz algumas informações sobre este drama e sua repercussão na Corte. De acordo com a historiadora, *Os pobres de Pariz*, de Adouard Brissebare e Eugène Nus, enquadra-se entre os dramalhões que tanto agradavam o público e, na mesma proporção, desagradava a crítica.

¹⁹ THEATRO. *O GUARIPOCABA*, Bragança, ano I, n. 39, p. 2, 10/03/1878.

²⁰ COMPANHIA DRAMÁTICA. *O GUARIPOCABA*, Bragança, ano I, n. 40, p. 1, 17/03/1878.

Ao que tudo indica a montagem do drama *Milagres de Santo Antonio* exigia uma companhia melhor preparada, mas foi à ausência da comédia ao final do espetáculo o que realmente aborreceu a platéia do Theatro Bragantino. A “pateada”, como nos mostra Souza (2002, p. 90-91), tratava-se de uma prática “introduzida no Brasil pelos portugueses e tão antiga quando as primeiras representações teatrais na Colônia”. Tais manifestações medievais de protesto, censurada pelos literatos e pelos inspetores dos teatros também no Rio de Janeiro, “demonstravam ser um meio eficaz de imposição de limites bastante reais às pretensões daqueles que viam as platéias como mero espelho de suas vontades” (Idem, p. 91). Neste sentido *O Guaripocaba*, voz da elite letrada local, não poderia deixar de repreender os pateadores e amotinados do teatro da rua Direita. Porém, ao mesmo tempo o jornal censurava a companhia, por não ter previamente publicado seus programas, evitando desta maneira que a platéia surpreendida pelo fim repentino do espetáculo.

A leitura marcadamente amparada nos pressupostos teóricos forjados E. P. Thompson (1998) elaborada por Souza (2002) das pateadas nos teatros cariocas, oferece-nos elementos significativos para interpretarmos a noite de pateadas no Theatro Bragantino. O conceito thompsoniano de cultura, principalmente o de cultura popular, inserido em contextos de conflito e resistência, nos mostra como a gênese do capitalismo alterou profundamente, ou melhor, recriou a natureza e as necessidades humanas. Nesse quadro de recriação da humanidade a cultura popular, personificada no costume, configurou-se como resistência ante a imposição de novos padrões de consumo. Nesse sentido, Thompson (1998, p. 13) afirma que “[...] o povo estava sujeito a pressões para ‘reformar’ sua cultura segundo normas vinda de cima”, portanto, da mesma forma que na Inglaterra dos primórdios da Revolução Industrial estudada por Thompson, a alfabetização passava a superar a tradição oral, também os teatros no Brasil oitocentista impunham

novos padrões as formas de sociabilidade e de lazer a essas populações.

Por outro lado, Ginzburg (1987, p. 24-25) parte da contribuição dada por Bakhtin para sua interpretação da cultura popular. No caso clássico do moleiro Menocchio, a teoria da circularidade cultural formulada pelo lingüista russo foi fundamental para o historiador italiano. Bakhtin, como nos mostra Ginzburg (1987), parte da hipótese da existência de uma mútua influência entre as culturas das classes subalternas e dominantes. Assim sendo, as pateadas, associadas ao fenômeno da popularização do teatro brasileiro, poderiam ser tomadas como um genuíno esforço das classes populares em adaptar novos os padrões culturais que lhes eram infligidos. Acreditamos em tais possibilidades de reciprocidade cultural, todavia, como podemos observar, Thompson vai ao ponto nevrálgico da questão mostrando as tensões inerentes a tais práticas, principalmente quando consideramos o movimento “de cima para baixo” dessa circularidade.

Para encerrarmos a questão, ocupemo-nos brevemente do conceito de indústria cultural, elaborado por Theodor Adorno e Max Horkheimer (2002, p.7s). Mediante este conceito podemos senão ampliar, ao menos complementar, o pressuposto thompsoniano de resistência cultural. O século XIX – período que de acordo com os filósofos frankfurtianos antecede a industrialização da cultura – associado ao próprio caráter artesanal do teatro, permitia ao público um posicionamento crítico ante a arte e ao lazer. Para termos a devida dimensão da importância deste posicionamento, observemos algumas décadas mais tarde o cinema, principal produto da cultura industrializada. Este já não mais irá se deparar com pateadas e motins, uma vez que a capacidade questionadora do público se restringirá consideravelmente, atingindo a completa passividade²¹.

Porém, restá-nos responder a uma questão crucial, isto é, como era composto o público do pequeno teatro da rua Direita? – Reportando-nos uma vez mais ao censo de 1872 ,tentemos reconstituir o quadro populacional da cidade de Bragança no período.

²¹ “A atrofia da imaginação e da espontaneidade do consumidor cultural de hoje não tem necessidade de ser explicada em termos psicológicos. Os próprios produtos, desde o mais típico, o filme sonoro, paralisam aquelas capacidades pela sua própria constituição objetiva. Eles são feitos de modo que sua a sua apreensão adequada exige, por um lado, rapidez de percepção, capacidade de observação e competência específica, e por outro lado é feita de modo a vetar, de fato, a atividade mental do espectador, se ele não quiser perder os fatos que rapidamente se desenrolam à sua frente.” (ADORNO; HORKHEIMER, 2002. p. 16).

4. Público teatral e população urbana em Bragança

Os dados comparativos referentes às populações das comarcas de Campinas e Bragança em 1872 são extremamente reveladores. Como podemos observar na Tabela 1, Bragança superava em cerca de 3% a comarca vizinha no total de habitantes, ou seja, possuía exatamente 1.571 almas a mais que a comarca de Campinas. No entanto, quando observamos a composição dessas populações, principalmente em relação ao número de livres e cativos, surpreendemo-nos pela significativa desigualdade:

Tabela 1 - Dados populacionais das comarcas de Bragança e Campinas*

| Comarca | Total | Homem | Mulheres | Livres | Escravos |
|----------|--------|--------|----------|--------|----------|
| Bragança | 47.433 | 24.692 | 22.741 | 40.875 | 6.558 |
| Campinas | 45.862 | 26.150 | 19.712 | 28.377 | 17.485 |

*Fonte: Censo 1872

Campinas possuía uma população escrava infinitamente maior que Bragança, ou seja, enquanto esta possuía apenas 14% de sua população cativa, a primeira possuía 38%. Esses números, a princípio, indicam certamente o estágio da grande lavoura cafeeira nas regiões analisadas. Slenes (1997, p. 243), em estudo sobre a relação entre senhores e subalternos na região de Campinas, o Oeste paulista, nos mostra que na década de 1870 apenas 27% dos escravos dessa região eram empregados no cultivo do café, um número relativamente pequeno em comparação aos 93% do Vale do Paraíba. Entretanto, este quadro se alterará profundamente na década seguinte quando a produção monocultora do Oeste paulista superará esta região. Assim sendo, enquanto Campinas e adjacências caminhavam rumo a grande lavoura cafeeira, Bragança caracterizava-se por ser uma cidade de “homens livres na ordem escravocrata”.

Deste modo, ao restringirmos os dados populacionais de Bragança aos relativos à Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, ou seja, ao núcleo urbano

e seus arredores, comprovamos essa hipótese. Nos 1.392 fogos, ou habitações, sob a guarda do pároco de Bragança viviam cerca de 11.600 almas, isso significava uma divisão de 8,35 almas por fogo, sendo deste número 1,42 era cativa e 6,93 era livre, portanto, aproximadamente 1 escravo a cada 7 habitantes livres. Como podemos observar na Tabela 2, os escravos – salvos as raras exceções, como o caso localizado entre os “professores e homens de letras” –, ao lado de grande parte da população livre, concentravam-se principalmente em atividades relativas ao cultivo da terra e aos serviços domésticos.

Tabela 2 - Profissões desempenhadas na Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Bragança*

| Descrição | Livres | Escravos |
|--|--------|----------|
| Religiosos seculares | 1 | 0 |
| Juristas (advogados) | 1 | 0 |
| Cirurgiões | 1 | 0 |
| Farmacêuticos | 1 | 0 |
| Juristas (juizes) | 2 | 0 |
| Médicos | 2 | 0 |
| Juristas (notários e escrivães) | 3 | 0 |
| Juristas (oficiais de justiça) | 3 | 0 |
| Criadores | 3 | 0 |
| Parteiros | 4 | 0 |
| Mineiros | 4 | 0 |
| Capitalistas e proprietários | 5 | 0 |
| Professores e homens de letras | 5 | 1 |
| Empregados públicos | 9 | 0 |
| De vestuário | 7 | 2 |
| De calçados | 10 | 8 |
| Em metais | 6 | 14 |
| Em couros e peles | 20 | 3 |
| Artistas | 20 | 13 |
| Costureiros | 39 | 0 |
| Em tecidos | 35 | 31 |
| De edificações | 31 | 37 |
| Em madeiras | 48 | 23 |
| Comerciantes, guarda-livro e caixeiros | 82 | 16 |
| Criados e jornaleiros | 389 | 18 |
| Serviço doméstico | 2.225 | 181 |
| Lavradores | 2.907 | 1.248 |

*Fonte: Censo 1872

Baseando-nos nos dados acima expostos, concentremo-nos no público potencial do Theatro Bragantino. Certamente os bacharéis, médicos e homens de letras, dentre os quais o citado escravo, somariam pouco mais de uma dezena de possíveis espectadores, o que seguramente levaria qualquer teatro a falência. Os números tornam-se animadores quando acrescentamos a este cálculo os homens livres possuíres de ofícios especializados como os sapateiros e costureiros, esses profissionais possuíam funções sociais importantes que conseqüentemente lhes confeririam a possibilidade de freqüentar as récitas da rua Direita. Contudo, são os números relativos aos “comerciantes, guarda-livros e caixeiros”, que chamam nossa atenção.

Tomemos, neste caso, o exemplo de Manoel de Almeida Carneiro, responsável por comerciar em seu estabelecimento os ingressos para as récitas no Theatro Bragantino. Além de comerciante, ele figurava entre os redatores d’*O Guaripocaba*, juntamente com José Guilherme Christiano, padre João Baptista de Oliveira Salgado, Pedro Álvares Coutinho, Joaquim Roberto de Carvalho Pinto Filho e Nicolau Asprino, estava também entre os mesmos na fundação do jornal *O século XIX* em 1875.²² Assim sendo, a classe dos comerciantes, bem como suas esposas e familiares, certamente eram os que engrossavam as fileiras do pequeno teatro, e a exemplo de Manoel de Almeida Carneiro, eram os grandes incentivadores “do crescente progresso local”.

O resultado da desbandeirização do século XVIII é caracterizado, como nos mostra Antonio Candido (2001, p. 111), como “momento crítico da história paulista, quando a sedentarização se impôs de modo geral, requerendo a reorganização dos hábitos e a redefinição dos valores sociais mais prezados”. Temos, pois, a configuração da cultura caipira, personificada no pequeno proprietário, ou seja, o sitiante. O grande número de homens livres em Bragança na década de 1870 é com certeza um forte indício desse processo. Entretanto, a proximidade com a cidade de São Paulo, bem como da província de Minas Gerais, certamente fez da cidade de Bragança um importante entreposto comercial, desde os tempos

coloniais, entre essas regiões. Seguramente esse intenso comércio colaborou para a formação de uma representativa classe de, a princípio, tropeiros, e mais tarde comerciantes. Portanto, o número reduzido de grandes proprietários, como podemos claramente observar na Tabela 2, fazia dos comerciantes os prováveis detentores dos recursos necessários à “promoção do progresso”.

Com a expansão cafeeira seguindo a direção de Campinas e do Oeste paulista, o desenvolvimento econômico de Bragança apenas pode ser entendido mediante a forma como esta localidade se atrelou ao crescimento da cidade de São Paulo durante o século XIX, ou seja, como “uma economia complementar e mercantil de gêneros de subsistência” (GODOY; ZAMANA, 1998, p. 95). Assim sendo a produção cafeeira por essas bandas somente será significativa na década de 1930, curiosamente no seu ocaso (GODOY; ZAMANA, 1998, p. 97).

5. Teatro, civilização e progresso

Não mais encontramos referências ao tema nas páginas do *Guaripocaba* nos meses que se seguiram a março de 1878. Somente em agosto do ano seguinte saberíamos que “alguns moços dedicados à área dramática” se preparavam para dar um novo espetáculo no Theatro Bragantino, desta vez em benefício do ator Raposo, “sobejamente conhecido nesta cidade”.²³ O mês de agosto de 1879 fora de preparação, uma vez que a grande noite em benefício do citado ator seria no dia 7 de setembro próximo, nas comemorações do 57º aniversário da independência do país. Na semana anterior ao espetáculo o *Guaripocaba* trazia em sua página de anúncios o programa da noite. Esse, além da denominação dos atos, exibia o nome dos atores e de seus respectivos papéis. O drama da noite seria *Caim e Abel* de Mendes Leal, e como de costume, esta se encerraria com a comédia *Depois de Velhos... Gaiteiros*.²⁴

Na semana seguinte ao espetáculo a crítica do *Guaripocaba* não poupou elogios aos atores e atrizes,

²² ALMANACH BRAGANTINO 1914. Bragança: Papelaria Almeida, 1914, p. 11

²³ THEATRO. *O GUARIPOCABA*, Bragança, ano III, n. 122, p. 1, 14/08/1879.

²⁴ *O GUARIPOCABA*, Bragança, ano III, n. 126-127, p. 4, 31/08/1879.

afirmando que a exibição fora “excelente e muito acima do que se esperava de amadores e amadoras”. O jornal ainda nos diz que “o concurso dos espectadores foi grande, podendo-se dizer, em Bragança, que houve enchente”. A expressão “enchente” também era usada nos periódicos da corte para designar o teatro lotado, assim como o sucesso do espetáculo. No drama Caim e Abel, o jornal salientou o debute da atriz amadora Carlota Andrade que “esteve muito além do que se esperava, mostrando aptidão e presença de espírito, difíceis de encontrar em quem sobe no palco pela primeira vez”. Na comédia o ator Raposo “manifestou seus recursos cômicos, conservando em constante hilaridade os espectadores”. E finalmente, o sucesso fora tanto que os atores foram várias vezes chamados ao palco para serem “cobertos de aplausos”.²⁵

Entretanto, além dos espetáculos amadores também as políticas culturais do Império eram debatidas nas páginas d’*O Guaripocaba*. No dia 3 de outubro de 1879 noticiava-se em primeira página que a Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, enviara ao Senado uma proposição de lei de grande importância para o teatro no Brasil. Nela o governo imperial autorizava “a contratar com o bacharel Sizenando Nabuco de Araújo²⁶ a fundação e custeio de um teatro normal”. Dentre as funções desta instituição destacavam-se:

A organizar uma companhia dramática com os melhores artistas de língua nacional;

Fundar aulas especiais para o estudo elementar e prático de arte theatral;

Fazer representar annualmente um numero certo de peças originais brasileiras;

Tirar da subvenção prêmios pecuniários para as produções originais, que um jury competente julgar dignas d’essa recompensa;

Pagar direitos de autor por originais e traduções;²⁷

Não sabemos o destino do Theatro Normal. Mas, para a reflexão do leitor atento logo ao lado dessa notícia figurava-se outra, cuja comparação dá o tom da crítica ao aparente descaso ou a ineficiência das políticas culturais do governo imperial. O argumento liberal-burguês nela expressada argumenta que o teatro transcendia o benefício cultural, pois possibilitava o emprego de centenas de profissionais na capital francesa, deixando à vista de todos a harmônica coexistência entre liberalismo e escravidão existente no Brasil oitocentista. Assim sendo, lia-se:

Em Pariz há actualmente 32 theatros, sete dos quaes são lyricos. Empregam-se n’elles: 594 músicos e 3.390 actores de ambos os sexos. Existem ainda n’aquella cidade e em seus arredores 72 cafés-cantantes, com um pessoal de 443 músicos e 509 actores e actrizes, além de 217 sociedades musicais compostas de 10.002 membros.²⁸

No mês de outubro de 1879 *O Guaripocaba* ocupou-se principalmente em manter os bragantinos informados com as últimas notícias teatrais provenientes da capital da província. Apresentava-se em São Paulo, naquele mês, além de uma companhia lírica italiana, a companhia dramática do grande ator Furtado Coelho²⁹. Também neste período podemos acompanhar os tramites que antecederam a vinda da companhia lírica Ferrari para São Paulo, que por sua vez estava se apresentando nos teatros de Montevideú e Porto Alegre. No elenco desta companhia figuravam o grande tenor F. Tamagno e a *prima dona*, a soprano, Maria Durant. A montagem da ópera “O Guarani”³⁰ era aguardada com expectativa.³¹

²⁵ *O GUARIPOCABA*, Bragança, ano III, n. 130, p. 2, 14/09/1879.

²⁶ Irmão mais velho de Joaquim Nabuco, Sizenando Nabuco de Araújo (1842-1892) foi um dos entusiastas do realismo teatro no Brasil, são de sua autoria os dramas *O Cínico* (1861) e *a túnica de Nessus* (1863) (FARIA, 1993, p. 220s).

²⁷ THEATRO NORMAL NA CORTE. *O GUARIPOCABA*, Bragança, ano III, p. 1, 03/10/1879.

²⁸ THEATRO EM PARIZ. *O GUARIPOCABA*, Bragança, ano III, p. 1, 03/10/1879.

²⁹ Ator português de grande sucesso no teatro brasileiro oitocentista. Nascido em Lisboa, em 1831, chegou a o Rio em 1856, atuando como ensaiador do Ginásio e como ator em Porto Alegre em 1857; retorna à Corte no ano seguinte contratado como primeiro galã do teatro Ginásio. No início de 1860 transferiu-se para o teatro de São Januário fundando a empresa dramática Teatro das Variedades, de curta existência, atuou também como empresário do Teatro Ginásio. Faleceu em 13 de fevereiro de 1900. (FARIA, 1993, p.131-136).

³⁰ A primeira página do *Guaripocaba* de 17/08/1879 traz um especial sobre a ópera de Carlos Gomes. Ver: O GUARANI. *O GUARIPOCABA*, Bragança, ano III, n. 123, p. 1, 17/08/1879.

³¹ Sobre as atividade cultura em São Paulo no mês de outubro de 1879 ver: NOTICIÁRIO. *O GUARIPOCABA*, Bragança, ano III, n. 139, p. 1, 12/10/1879. COMPANHIA FERRARI. *O GUARIPOCABA*, Bragança, ano III, n. 143, 23/10/1879. COMPANHIA LYRICA. *O GUARIPOCABA*, Bragança, ano III, n. 144, p. 2, 30/10/1879.

Somente no mês seguinte *O Guaripocaba* noticiou espetáculos teatrais em Bragança. A “Sociedade Dramática Particular”, propriedade do agora também diretor Raposo, levaria a cena no dia 17 de novembro o drama em quatro atos *Vampiros Sociais* de Pinheiro Júnior, além da cançoneta *Pomada*, o jornal dizia que “a empresa particular, que se propõe dar-nos algumas noites de passatempo agradável, merece que o nosso público a auxilie e anime concorrendo as récitas”.³² Por algum motivo a estréia fora adiada³³, o que não impediu que ocorressem duas apresentações, sinal que a companhia agradara o público. Segue a crítica d’*O Guaripocaba* a segunda noite de apresentação da Sociedade Dramática:

Foi a scena, conforme noticiado o drama intimo de Pinheiro Junior, intitulado “Os Vampiros Sociaes”, mimosa composição cheia de vida, de lances verdadeiramente dramáticos e da mais proveitosa moral.

Vê-se ali a pujança com que a virtude, os embates do vício, que, para deturpa-la, lança mão de todos os ardis. É uma concepção feliz e que possui a dupla vantagem de amoldar-se a theatros como o nosso pelo pequeno pessoal que demanda.

A execução esteve longe de satisfazer as exigências do autor, mas a platéia, sempre benevolente acolheu-a com bons chuveiros de palmas.³⁴

Pela primeira vez uma composição dramática é saudada pelo *Guaripocaba* por seus benefícios moralizantes; porém, ao mesmo tempo o jornal não deixou de salientar a benevolência da platéia diante das deficiências da companhia recém composta na cidade. A “Sociedade Dramática Particular” revestia-se do nobre intento de movimentar as noites do Theatro Bragantino, e justamente por esse motivo carecia da compreensão do público e da crítica. Se de fato ela cumprisse o seu intento, o teatro teria récitas regulares, e como podemos cogitar pela temática do drama de estréia, a proposta da companhia ia além do mero entretenimento.

Porém, certo é, e cumpri-nos destacar, que inovações culturais, como os teatros, são implicações atreladas ao desenvolvimento econômico experimentado por uma determinada sociedade. Não fora diferente no Rio de Janeiro, onde a reconversão dos capitais empregados no tráfico negreiro, extinto em 1850³⁵, transformou a capital no principal centro financeiro do império, alterando, por conseguinte, os hábitos de consumo de sua população. Neste sentido, Faria (1993, p. 261s) captou os efeitos desta efervescência econômica também na esfera cultural da sociedade carioca, atendo-se principalmente sobre o teatro. Em Bragança, por sua vez, a década de 1870 configurou-se também por significativas transformações econômicas que consequentemente colaboraram para as transformações culturais que presenciamos; neste período firma-se a incipiente expansão cafeeira na região, iniciada em meados do século XIX; contudo, o fator determinante está no crescimento acelerado da cidade de São Paulo, que por sua vez passa a integrar a região bragantina como um de seus principais fornecedores de bens de subsistência (GODOY; ZAMANA, 1998, p. 95).

Machado de Assis, na epigrafe, nos diz que em “face do teatro o homem vê, sente, palpa”; portanto, ao observarmos o teatro em Bragança no decorrer da década de 1870, devemos atentar sobre o fato de estarmos diante de uma sociedade que inicia um profundo e acelerado processo de mutação. A década de 1880 se aproxima e com ela este processo se intensificará. Assim sendo, não tardará a chegada dos imigrantes, espanhóis e italianos em sua maioria, com suas sociedades de socorros mútuos e seus próprios espetáculos teatrais; para que seja construído o “neoclássico” Theatro Carlos Gomes – um dos maiores de São Paulo, e símbolo da *belle époque* bragantina – ; para que o “cinematógrapho” se transformasse na principal diversão dos domingos e dias santos; e para que, finalmente, os palcos sejam convertidos em telas para as produções da MGM e Paramount. Porém, estas já são cenas de novos dramas e comédias que estão apenas se iniciando, por hora baixemos as cortinas.

³² NOTICIÁRIO. *O GUARIPOCABA*, Bragança, ano III, n. 147, p. 3, 13/11/1879.

³³ NOTICIÁRIO. *O GUARIPOCABA*, Bragança, ano III, n. 149, p. 3, 16/11/1879.

³⁴ *O GUARIPOCABA*, Bragança, ano III, n. 149, p. 3, 27/11/1879.

³⁵ Como nos mostra Artur José Renda Vitorino: “o capital e o lucro envolvidos no tráfico negreiro mostraram-se determinantes para transformar a cidade do Rio de Janeiro em um centro financeiro, comercial e consumidor”. VITORINO, op. cit., p. 2.

Referências bibliográficas

- ADORNO, Theodor. *Indústria cultural e sociedade*. Tradução de Julia Elisabeth Levy. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe; RENAUX, Maria Luiza. Caras e modos dos migrantes e imigrantes. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe (org.). *História da vida privada no Brasil: Império*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997. (História da vida privada no Brasil; 2).
- CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. São Paulo: Duas Cidades, Ed. 34, 2001.
- FARIA, João Roberto. *Idéias teatrais: o século XIX no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, Fapesp, 2001.
- _____. *O teatro realista no Brasil: 1855-1865*. São Paulo: Perspectiva, Edusp, 1993.
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. Tradução de Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GODOY, João Miguel Teixeira de; ZAMANA, Sônia Mara. A Câmara e as dimensões da modernidade. In: CAMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA PAULISTA. *Câmara Municipal de Bragança Paulista: trajetórias e identidades 1797-1997*. Bragança Paulista: Câmara Municipal, 1998.
- NASCIMENTO, José Leonardo do. O Primo Basílio na cena teatral brasileira. *Pro-posições*- Revista quadrimestral da Faculdade de Educação – Unicamp, v. 17, n. 3(51), p. 81-94, set./dez., 2006.
- PUNTONI, Pedro; DOLHNIKOFF, Miriam. Os recenseamentos gerais do Brasil no século XIX: 1872 e 1889. *CEBRAP – Centro brasileiro de análise e planejamento*. Disponível em: www.cebrap.org.br. Acesso em: 12 jan. 2007.
- SLENES, Robert W. Senhores e subalternos no Oeste paulista. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe (org.). *História da vida privada no Brasil: Império*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997. (História da vida privada no Brasil; 2).
- SOUZA, Silvia Cristina Martins de. *As noites do Ginásio: teatro e tensões culturais na corte (1832-1868)*. Campinas: Ed. Unicamp, Cecult, 2002.
- THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- VITORINO, Artur José Renda. *Política, agricultura e a reconversão do capital do tráfico transatlântico de escravos para as finanças brasileiras na década de 1850*. Texto não publicado.

Fontes impressas: Almanques e Jornais.

ALMANACH BRAGANTINO 1914. Bragança: Papelaria Almeida, 1914.

ALMANAK DA PROVINCIA DE SÃO PAULO 1873. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, Arquivo do Estado, 1985.

O GUARIPOCABA (1877-1879)

LEI GERAL DE ACUMULAÇÃO CAPITALISTA EM MARX

General law of capitalist accumulation in Marx

Fernando Augusto M. de MATTOS¹

RESUMO

Este artigo descreve o processo de acumulação capitalista em Karl Marx, a partir de uma análise do capítulo XXIII de O Capital, intitulado “Lei Geral de Acumulação Capitalista”. Parte-se do desenvolvimento da economia mercantil e do papel do capital comercial para então interpretar a chamada “lei geral de acumulação capitalista”. O processo de acumulação capitalista, portanto, é descrito em termos de sua evolução histórica, com o intuito de destacar as mudanças pelas quais passam os processos de trabalho até que se consolide a grande indústria capitalista.

Palavras-chave: Lei Geral de Acumulação Capitalista; Karl Marx; concorrência capitalista; processos de trabalho.

ABSTRACT

Building on the analysis of the capitalist accumulation process, as it is described by Karl Marx especially in chapter XXIII of Das Capital entitled “General Law of the Capitalist Accumulation”, this article departs from the analysis of the Merchant Economy and the Trade Capital to develop an interpretation of the “General Law of the Capitalist Accumulation”. More specifically, the text examines how the historical development of capitalist accumulation that led to the consolidation of large-scale capitalist industry impacted, and altered, working processes and the consolidation of the Capitalist Industry.

Key-words: *general law of capitalist accumulation; Karl Marx; capitalist competition; working processes.*

¹ Professor e pesquisador do programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da PUC de Campinas. Professor e pesquisador do Centro de Economia e Administração (CEA) da PUC de Campinas. Mestre e Doutor em Economia pelo Instituto de Economia da UNICAMP. E-mail: fermatt@uol.com.br

Apresentação

Este artigo descreve o processo de produção capitalista, tendo como principal objetivo discutir os efeitos desse processo sobre a classe trabalhadora, tal qual Marx anuncia na abertura do capítulo XXIII d'O Capital, intitulado "A Lei Geral da Acumulação Capitalista".

Antes de examinar o conteúdo da Lei Geral da Acumulação Capitalista n'O Capital, é importante interpretar as fases pré-existentes à forma capitalista de produção, para contextualizar o aparecimento da relação capitalista de produção e, então, a própria forma de acumulação capitalista e seus efeitos sobre a classe trabalhadora. A contextualização histórica permite deixar mais claras as mudanças pelas quais passam os processos de trabalho à medida que se consolida a grande indústria capitalista.

DA ECONOMIA MERCANTIL SIMPLES AO PROCESSO DE PRODUÇÃO VERDADEIRAMENTE CAPITALISTA

A existência do modo de produção capitalista pressupõe a dissociação entre os meios de produção e os produtores, que vão ao mercado de trabalho para venderem a única mercadoria que então lhe pertencem: sua própria força de trabalho.

A principal característica da economia mercantil simples é que o produtor era o dono do produto de seu trabalho, enquanto que, em formações históricas posteriores, que se constituíram na chamada gênese do capitalismo, o produtor passa a dispor exclusivamente de sua própria força de trabalho (e não mais, portanto, de suas ferramentas).

A produção organizada na forma de cooperação em manufaturas representa uma formação histórica posterior à da economia mercantil simples. Marx ressalta, no capítulo XI do livro I (volume 1) (intitulado "Cooperação"), que, na verdade, a natureza do trabalho

na manufatura não difere muito do trabalho realizado nas oficinas dos mestres artesãos (o trabalhador domina o processo de trabalho e o produto do trabalho depende de suas habilidades manuais e não ainda das máquinas e da tecnologia – isso será visto mais à frente). O que o processo de produção em cooperação revela de diferente é que a força de trabalho passa a ser coletiva: o trabalho em cooperação representa um modo de organizar o trabalho que produz mais do que produziria simplesmente a soma individual de cada um dos trabalhadores, se estes trabalhassem isoladamente na produção de mercadorias desde os primeiros passos do processo produtivo até o produto final. À medida que aumenta o número de trabalhadores em cooperação e à medida, portanto, que aumenta a produtividade média do trabalho coletivo, consolida-se a transição de uma simples oficina de artesãos em uma manufatura. Marx lembra que é necessária uma quantidade mínima de capital individual, que colocasse em função um tal número de trabalhadores para que fosse possível a extração de uma certa quantidade de mais-valia suficiente para que o empregador pudesse deixar de fazer trabalho manual e se tornasse de fato um capitalista (antes, era apenas um mestre artesão).

O trabalhador aliena sua força de trabalho em troca de meios de subsistência e o (novo) capitalista adquire o direito de exploração da força de trabalho durante certo tempo. No processo de cooperação, portanto, atuam várias forças de trabalho que, em conjunto, produzem mais do que seria possível pela simples soma de vários trabalhos individuais, conforme já mencionamos acima. Isso decorre da maior produtividade do trabalho que é conseguida no trabalho cooperado. Essa maior produtividade desenvolvida durante o processo cooperativo é incorporada ao capital. Assim, o capital extrai do processo de trabalho cooperativo uma maior mais-valia do que se não houvesse a cooperação. Começa, portanto, a evidenciar-se a hegemonia do capital sobre o trabalho e a subordinação deste àquele. Ou seja, a subsunção do trabalho no capital ainda não é real, mas apenas formal¹, pois que a expansão da extração de

¹ No Capítulo VI – Inédito de O Capital, Marx esclarece a distinção entre subsunção formal e real, na seguinte passagem: "denomino subsunção formal do trabalho no capital à forma que se funda na mais-valia absoluta, pois que só se diferencia *formalmente* dos modos de produção anteriores cuja base surge (ou é introduzida) diretamente, seja porque o produtor (producer) atua como empregador de si

mais-valia do processo de produção capitalista na forma de cooperação ainda depende da extensão da jornada de trabalho (ou seja, da mais-valia absoluta).

Para que se consolide a submissão do trabalho ao capital, faz-se necessária uma sucessão de fases históricas bem definidas, que criem as condições para o desenvolvimento das forças produtivas e das relações de circulação próprias do capitalismo.

Na história da Humanidade, verificaram-se diversas formas de cooperação, desde aquelas em que os meios de produção eram de propriedade comum ou então formas de cooperação em sociedades baseadas na servidão ou ainda a própria cooperação capitalista, na qual existe um fato diferenciador em relação aos anteriormente mencionados: no caso da cooperação capitalista, há o assalariamento livre², ou seja, a força de trabalho é vendida pelo trabalhador ao capitalista³.

O suposto da cooperação marca a existência do capital. Segundo Marx, o pressuposto da cooperação é um grande número de trabalhadores assalariados, empregados simultaneamente no mesmo processo de trabalho. O processo de trabalho torna-se gradativamente cooperativo e, assim, essa transformação fará com que o processo de trabalho como um todo se subordine ao capital.

Até agora, estamos falando da cooperação simples, donde ser necessário acrescentar à análise a possibilidade de cooperação no processo de trabalho em que cada trabalhador executa uma tarefa que é parte de um todo, uma tarefa parcial. É a chamada divisão do trabalho, que está pressuposta na manufatura. Nesse caso, ocorre a atividade especializada, na qual todas as partes do processo de trabalho encontram-se interligadas e são igualmente importantes. A operação é subdividida e cada nova etapa é realizada por um trabalhador individual no manejo de seu instrumento de trabalho.

A organização da produção na forma manufatureira incorpora, além das vantagens advindas do processo de cooperação, outros progressos em relação ao artesanato, devido à parcelização das tarefas. A divisão técnica do trabalho desqualifica o trabalho especializado da manufatura. A desqualificação do trabalho promove uma redução do valor da força de trabalho e, dessa forma, a manufatura representa um mecanismo de incremento do trabalho excedente (o trabalho em manufatura exige menor qualificação e aprendizado que o trabalho artesanal).

A manufatura reduz, portanto, o valor da força de trabalho e aumenta a intensidade e a produtividade do trabalho, em virtude da parcelização das tarefas e

mesmo (self-employing), seja porque o produtor direto tem que fornecer sobretrabalho a outrem. O que muda é a *coaço* que se exerce, isto é, o método pelo qual o sobretrabalho é extorquido. O essencial na subsunção formal é o seguinte: (1) a relação puramente monetária entre aquele que se apropria do sobretrabalho e o que o fornece: na medida em que surge a subordinação, a mesma deriva do *conteúdo* determinado da venda, não de uma subordinação que precedesse a mesma e pela qual o produtor – devido a circunstâncias políticas etc. – estivesse colocado noutra relação que não a monetária (relação entre possuidor de mercadoria e possuidor de mercadoria) em relação ao explorador do seu trabalho. É *apenas* na sua condição de possuidor das condições de trabalho que, neste caso, o comprador faz com que o vendedor caia sob a sua dependência *econômica*; não existe nenhuma relação política, fixada socialmente, de hegemonia e de subordinação; (2) o que é inerente à primeira relação – caso contrário o operário não teria que vender a sua capacidade de trabalho – é que suas condições objetivas de trabalho (meios de produção) e suas condições subjetivas de trabalho (meios de subsistência), monopolizadas pelo adquirente da sua capacidade de trabalho, se lhe opõem como capital. Quanto mais plenamente essas condições de trabalho se lhe opõem como propriedade alheia, tanto mais plena e *formalmente* se estabelece a relação entre o capital e o trabalho assalariado, ou, o mesmo é dizer, a subsunção formal do trabalho no capital, condição e premissa da subsunção real” (p. 94). Mais à frente, temos a seguinte e também esclarecedora passagem: “a característica geral da subsunção formal, a subordinação direta do processo de trabalho ao capital subsiste, seja qual for, tecnologicamente falando, a forma como se desenvolva tal processo. Sobre esta base, contudo, emerge um modo de produção específico, e *não apenas tecnologicamente*, que transforma totalmente a natureza real do processo de trabalho e suas condições reais: o modo capitalista de produção. A subsunção real do trabalho no capital só se opera quando ele entra em cena. (...) A subsunção real do trabalho no capital desenvolve-se em todas aquelas formas que produzem mais-valia relativa, ao contrário de absoluta. Com a subordinação real do trabalho no capital efetua-se uma revolução total (que prossegue e se repete continuamente) no próprio modo de produção, na produtividade do trabalho e na relação entre capitalista e operário”. (p. 104/5).

² A força de trabalho é considerada “livre” por dois motivos: (a) porque é juridicamente livre, contrastando com o que ocorria durante o feudalismo, em que o servo tinha obrigações legais para com o dono da gleba; (b) o trabalhador é livre no sentido de que ele não dispõe de qualquer outra propriedade que não seja a sua força de trabalho.

³ Marx pretende mostrar a natureza histórica específica do processo de produção capitalista. Como? Destacando que o trabalho se realiza na forma de trabalho assalariado. Ele deixa sempre claro o antagonismo entre patrão e trabalhador. Frase síntese de Marx para esta discussão: “O capitalista não é capitalista por ser dirigente industrial, mas ele tem o comando industrial porque é capitalista”. O que

da diminuição do tempo de trabalho para o aprendizado, donde se conclui que se torna possível a extração de maior mais-valia relativa – impulsionando a valorização e a concentração do capital⁴. É nessa esteira que Marx afirma que “na manufatura, a revolução operada no regime de produção tem como ponto de partida a força de trabalho e que se o trabalhador é assimilado pelo processo de trabalho, este teve que, antes, ser assimilado pelo trabalhador”. Portanto, por enquanto estamos falando de uma situação em que o processo produtivo ainda é comandado pelo trabalhador, ou seja, pelo elemento subjetivo do processo de trabalho. A publicação do Capítulo VI Inédito de *O Capital* permite esclarecer definitivamente essa questão, na seguinte passagem: “no processo de trabalho manufatureiro é o operário que emprega⁵ os meios de produção”.

A produção da manufatura, portanto, é comandada por seres humanos e sua magnitude é limitada pela capacidade humana de trabalho e pela precisão das ferramentas (e também pela destreza dos trabalhadores). Dessa forma, o objetivo principal da produção capitalista, qual seja, a maior valorização possível do capital, encontra-se obstaculizada pelo caráter subjetivo do processo de trabalho. Isso torna imperioso, para uma maior acumulação de capital, que a jornada de trabalho seja continuamente estendida – a não ser que se rompam os limites impostos pela produção manufatureira.

Em suma, a separação entre os meios de produção e o trabalhador encontra-se dada apenas formalmente, pois, do ponto de vista técnico, quem domina o processo de trabalho ainda é o trabalhador. O rompimento desse limites à crescente valorização do capital só vai ocorrer quando os elementos objetivos⁶

do processo de trabalho passarem a dominar o processo de produção, de tal maneira que a extração de mais-valia não seja mais limitada pela destreza e pela capacidade de trabalho dos trabalhadores. Ou seja, será preciso romper os constrangimentos gerados pelas limitações fisiológicas dos trabalhadores. Em outras palavras, a redução contínua do valor da força de trabalho, que permitira imediato aumento da extração da mais-valia, fica impossibilitada por causa das limitações físicas do trabalhador e também por ser impossível ampliar indefinidamente a duração da jornada de trabalho; desta forma, torna-se impossível diminuir permanentemente o valor dos meios de subsistência que determinam o valor da força de trabalho. Portanto, é por esses motivos que o período manufatureiro é caracterizado⁷ por longas jornadas de trabalho, uma vez que a apropriação cada vez maior da mais-valia absoluta⁸ constituía-se na única maneira de ampliar a valorização do capital.

O processo de acumulação na manufatura, conforme vimos, apresenta limites à expansão capitalista, mas mostra-se relevante para a mesma, pois lançou as bases fundamentais para a produção capitalista, quais sejam: (a) a separação dos trabalhadores dos meios de produção; (b) a possibilidade da utilização do dinheiro como capital. Nesse contexto, o processo de acumulação na manufatura constituiu um dos fatores decisivos⁹ para a promoção do processo de acumulação primitiva, uma vez que, em primeiro lugar, lançou as bases fundamentais para a própria produção capitalista (ou seja, representa a gênese do capitalismo); além disso, promoveu ação de violência contra os trabalhadores, conforme descreve Marx em capítulo específico de sua obra mais importante¹⁰.

Marx quer dizer com isso? Ele quer dizer que o capitalista comanda o processo de produção porque é o dono dos meios de produção (das máquinas e das ferramentas de trabalho). Marx sublinha que os trabalhadores não detêm nada além de sua própria força de trabalho, tendo sido, historicamente, vítimas da expropriação.

⁴ Os ganhos de produtividade, segundo Marx, devem ser abrangentes em termos setoriais, conforme a seguinte passagem: “para diminuir o valor da força de trabalho, tem o aumento da produtividade de atingir ramos industriais cujos produtos determinam o valor da força de trabalho, pertencendo ao conjunto dos meios de subsistência costumeiros ou podendo substituir esses meios” (p. 363).

⁵ Grifo nosso.

⁶ Ver próxima seção deste artigo.

⁷ Além disso, é forçoso acrescentar que ainda não haviam se consolidado as condições históricas concretas para a organização de um movimento sindical coeso e atuante que limitasse essa “superexploração” do uso da força de trabalho.

⁸ Ou seja, a ampliação da mais-valia relativa, possível apenas (por definição) pela obtenção de ganhos contínuos de produtividade do processo de trabalho, estava limitada pelas razões que já examinamos acima.

⁹ Entre outros fatores, podemos mencionar a corrida colonial, o cercamento (“enclosures”) de terras ocorrido na Inglaterra e a expropriação das terras da Igreja também na Inglaterra e em alguns outros países (Hobsbawm, 1983).

¹⁰ Cf. capítulo XXIV, parte sétima, volume II, de *O Capital*.

Diante do exposto até aqui, as considerações acima, a respeito das fases anteriores à produção verdadeiramente capitalista, devem ser completadas com uma breve análise sobre o papel do capital comercial no processo de acumulação primitiva do capital.

Em primeiro lugar, é preciso sublinhar que, historicamente, a ação do capital comercial foi um dos fatores decisivos na dissolução do regime feudal e possibilitou o desenvolvimento de uma estrutura social fundada nos pequenos trabalhadores artesanais, através da qual os produtos deixariam de ser produzidos com o único objetivo de serem consumidos como valores de uso, conforme ocorria durante o longo período de predominância do modo de produção feudal. Ou seja, sob a forma de organização social fundada nos pequenos produtores artesanais, o produto do trabalho torna-se mercadoria, ou seja, é produzido especialmente com o fito de ser vendido no mercado. Não teria mais apenas valor de uso, mas, principalmente, valor de troca. Ou ainda em outras palavras, os produtos eram produzidos principalmente¹² para serem comercializados. Nesse momento histórico, portanto, os produtores viam-se livres dos laços feudais e, de acordo com as palavras de Barbosa de Oliveira (1985), “a progressiva dissolução da comunidade rural, da servidão e das corporações, juntamente com o fato dos pequenos produtores serem proprietários das condições objetivas de trabalho, são os fatores que potencialmente possibilitam a expropriação e o surgimento dos trabalhadores livres”. Ou seja, tornam-se maduras as condições históricas para a criação da força de trabalho assalariada, fundamento do capitalismo.

A progressiva exploração desses produtores independentes (a chamada proletarização dos produtores diretos) vai possibilitar a formação de uma classe de trabalhadores livres, desprovidos de meios de produção. Os meios de produção, nesse contexto,

passam a constituir-se em capital e passarão a ter o papel de explorar os trabalhadores.

A necessidade de criação de novos mercados (possibilidade aberta pela expansão do capital comercial, inclusive para além das fronteiras nacionais)¹² torna-se prioritária para a manufatura, abrindo-lhe a possibilidade concreta de acumulação de capital. A manufatura encontra-se subordinada ao capital comercial, que lhe permite comprar e vender fora do “locus” de sua produção.

Toda essa dinâmica histórica de expansão dos mercados, de nova divisão do trabalho (divisão social do trabalho e divisão do trabalho dentro das empresas manufatureiras; assim como de divisão internacional do trabalho), de transformação na organização da produção, além de outros fatores¹³, vão possibilitar o surgimento da produção mecanizada, que se constituirá no momento final desse processo, ao superar todos os entraves ao aparecimento do processo capitalista de produção. As bases técnicas de produção serão revolucionadas, o que acarretará profundas mudanças sociais, proporcionando, assim, a consolidação das condições que ainda se mostravam ausentes para que se instalasse o amplo domínio do capital. Então, ao invés da ferramenta manual, o que passa a imperar no processo de produção é a máquina, a qual, ao invés de ser empregada pelo operário, constituirá, na verdade, parte de um mecanismo mais complexo, no qual o operário será apenas o operador; desta forma, supera-se o limite para a produção de mais-valia dado, até então, pela capacidade orgânica do trabalhador. As transformações promovidas pela emergência da maquinaria, portanto, revolucionam as condições de produção, estabelecendo novas condições para o aumento da produtividade do trabalho e constituindo-se como instrumento decisivo de extração de mais-valia relativa, conforme sublinha a seguinte passagem do Capítulo VI – Inédito: “(...) no processo de trabalho, que é simultaneamente processo capitalista da produção, os meios de produção empregam o operário,

¹¹ Não se exclui, aqui, a possibilidade de produção para auto-consumo; entretanto, o objetivo principal da produção, o maior peso relativo do produto do trabalho destina-se à produção para o mercado.

¹² A centralização e a concentração do capital são elementos propulsores da concorrência entre os capitais, desaguando na fase monopolista da concorrência capitalista (a partir do final do século XIX). Nesse contexto, a busca por novos mercados amplia-se vertiginosamente, o que altera inclusive as condições concretas em que se basearão a geopolítica e as relações entre as grandes empresas e seus respectivos Estados nacionais. O mercado torna-se um mercado mundial, daí a explicação – muito sucinta nesse espaço, sem dúvida – para a “corrida” imperialista, desdobramento inevitável da lógica de acumulação capitalista.

¹³ Como, por exemplo, a expansão da monetização das economias, o acelerado grau de urbanização dos países mais desenvolvidos etc.

de tal sorte que o trabalho só aparece como um meio graças ao qual determinada quantidade de valor, ou seja, determinada massa de trabalho objetivado, suga trabalho vivo para se conservar e se incrementar¹⁴. Ou seja, o trabalho vivo é o verdadeiro criador de valor, que, no processo de produção, vai possibilitar a valorização do chamado trabalho objetivado – este vai, portanto, se transformar em capital. Dessa forma, os meios de produção serão transformados em meios de direção e exploração do trabalho vivo.

ELEMENTOS SUBJETIVOS E ELEMENTOS OBJETIVOS DO PROCESSO DE TRABALHO

O fundamental do processo de transformação que vimos de comentar, portanto, é o deslocamento da posição protagônica, na determinação do processo de produção, dos elementos subjetivos do processo de trabalho para os elementos objetivos do mesmo; ou seja, os instrumentos de trabalho (que, no caso, são as máquinas) assumem o papel proeminente na determinação do processo produtivo, enquanto que, antes do advento da maquinaria, esse papel ainda se restringia ao trabalhador.

Nesse contexto, a máquina torna-se elemento hostil ao operário, no sentido de que ele, agora, deixa de ter controle sobre ela: a máquina torna supérfluo o trabalhador especializado. Assim, a maquinaria age duplamente para a formação de mão-de-obra excedente: por um lado, as máquinas, ao operarem de maneira conjugada, possibilitam maior concentração orgânica do capital, reduzindo o emprego de trabalhadores em proporção do acúmulo de capital; ao mesmo tempo, a introdução da maquinaria também legará menor necessidade de trabalhadores especializados, permitindo a incorporação da mulher e da criança ao mercado de trabalho. O incremento do trabalho

excedente é impulsionado pela menor necessidade de tempo de aprendizado, reduzindo-se, então, o valor da força de trabalho. Nesse contexto, “ocorre a distribuição dos custos de reprodução da força de trabalho pelos vários membros da família do trabalhador”, nas palavras de Marx.

O trabalho vivo é constantemente substituído pelo trabalho objetivado¹⁴, dispensando-se mão-de-obra e permitindo, com o constante incremento da produtividade do trabalho, a diminuição do valor da força de trabalho, reduzindo, então, o tempo de trabalho necessário para reproduzir o valor equivalente ao valor da força de trabalho e, dessa forma, permitindo ao capital apoderar-se de maior excedente. Ou seja, uma parcela maior da jornada de trabalho será realizada na forma de um trabalho não-pago, ou trabalho excedente, pois representa mais-valia extraída do processo de trabalho.

Em síntese, o regime capitalista de produção, cujo objetivo é a máxima valorização do capital, consegue com a maquinaria obter possibilidades infinitas de valorização do capital, dada pela extração de mais-valia relativa, fruto da crescente produtividade do trabalho que se desenvolve no processo produtivo.

Ao contrário do que ocorria na manufatura, a acumulação de capital na maquinaria processa-se a taxas superiores ao incremento do emprego de mão-de-obra, pois esse emprego depende do incremento do capital variável, que cresce relativamente menos do que o capital total.

O processo de trabalho aparece como processo de auto-valorização do trabalho objetivado, por intermédio do trabalho vivo. O trabalhador consome os meios de produção como “simples meio de subsistência do trabalho” (Marx, capítulo VI – Inédito). Ainda nas palavras de Marx, “em contrapartida, como o processo de produção é simultaneamente processo

¹⁴ Segundo Marx, no Capítulo VI – Inédito, “a diferença entre trabalho objetivado e trabalho vivo manifesta-se no processo real de trabalho. Os meios de produção, por exemplo, o algodão e o fuso etc., são produtos, valores de uso em que estão incorporados determinados trabalhos úteis, concretos, como a construção de máquinas, o cultivo do algodão etc., ao passo que o trabalho de fiação aparece no processo não só como um trabalho especificamente diferente dos trabalhos contidos nos meios de produção, mas também como trabalho vivo que se está realizando e que expele constantemente de si o seu produto, em contraposição com os trabalhos já objetivados nos seus produtos peculiares. Deste ponto de vista também aparece uma antítese entre uma parte, como existência presente do capital, e a outra, o trabalho vivo, antes do mais como trabalho vital do operário. Além disso, no processo de trabalho o trabalho objetivado apresenta-se como momento objetivado, elemento (als das gegenständliche Moment, Element. Al.) com vista à realização do trabalho vivo” (p. 59/60).

de valorização, o capitalista consome no seu decurso a capacidade de trabalho do operário, ou, por outra, apropria-se do trabalho vivo, como sangue e vida do capital”. Belluzzo (1987) faz um comentário esclarecedor ao analisar a autonomização da estrutura de produção através da maquinaria: “na produção com máquinas, o movimento de acumulação e reprodução capitalista vai-se tornar processo objetivo e seus limites são dados pela própria natureza do capital” (ou seja, não há mais limitação dada pelo trabalhador). Belluzzo (1987) ainda ressalta que “o capital remove os limites externos à sua expansão. Os instrumentos de produção, arrancados da habilidade do trabalhador individual, que os manjava e os produzia, passam a ser produzidos segundo os ditames do regime de produção capitalista”.

É nesse contexto que Marx examina a “troca de equivalentes” que se processa no mercado de trabalho e que torna possível o processo capitalista de produção. No mercado de trabalho, encontram-se dois possuidores de mercadorias: o trabalhador livre, dono da força de trabalho, e o capitalista, dono dos meios de produção e interessado na exploração do valor de uso da mercadoria de que dispõe o trabalhador. Assim, sob o contrato de trabalho, o capitalista adquire o direito de uso da mercadoria força de trabalho durante o tempo de vigência do mesmo e, em troca, o trabalhador aliena sua força de trabalho para então receber por isso um salário, através do qual poderá adquirir os meios de subsistência de que necessita para sua subsistência. O objetivo do capitalista é obter uma mercadoria que, dado o seu peculiar valor de uso, poderá ser vendida no mercado; desta forma, o processo de valorização do capital vai depender também da capacidade do

capitalista “realizar” a produção, ou seja, colocar no mercado, a preços competitivos, e de fato vender, as mercadorias produzidas pelo capital por ele comandado. Dessa maneira, podemos afirmar que a lei geral de acumulação capitalista - e as transformações nas bases materiais do modo capitalista de produção - é regida não apenas pela natureza da relação entre capitalista e trabalhador, mas também pela forma de concorrência entre os capitalistas, que, no mercado (que, por sua vez, pode ser até mesmo um mercado internacionalizado), disputam as possibilidades de, concretamente, chancelarem a valorização do capital. Essa chamada “troca de equivalentes”, porém, rompe-se no âmbito da produção, pois, se o trabalho entra e sai do processo de produção da mesma maneira, o capital, de sua parte, sofre uma valorização, ou seja, é criado (pela ação do trabalho, evidentemente) um produto excedente do qual se apropriará o capital. Portanto, se analisarmos sob o aspecto das relações de classe, ocorre uma “não-equivalência” durante o processo produtivo. Não se deve perder de vista, tampouco, que uma parte desse excedente produzido será empregada, sucessivamente, na aquisição de nova força de trabalho, ou seja, o capital obtido por trabalho não pago vai servir para empregar trabalho, que, por sua vez, será novamente utilizado no processo de valorização, o que não deixa de ser uma “não-equivalência”, mas que tem a aparência¹⁵ de equivalência no processo de circulação.

Portanto, no processo de produção capitalista, o trabalho objetivado transforma-se em capital, que será uma maneira de transformar os meios de produção em meio de exploração do trabalho vivo, submetendo-o. O trabalho vivo (na figura da força de trabalho) deve ser

¹⁵ A equivalência faz parte da economia mercantil simples. A lei do valor poderia ser melhor analisada por nós nesta parte deste artigo, especialmente destacando como essa lei poderia nos ajudar a compreender a acumulação capitalista. O objetivo deste artigo, porém, não é analisar a Lei do Valor, mas, mais modestamente, comentar a Lei Geral de Acumulação Capitalista. Para simplificar o argumento, se não considerássemos o capital como mais-valia capitalizada, poderíamos dizer que há troca de equivalentes no âmbito da circulação. Finalizando, poderíamos aqui invocar a contribuição de Rosdolsky, na qual o autor lembra que “a circulação mercantil simples só parece permitir a aquisição da propriedade de trabalho alheio mediante entrega do trabalho próprio, quer dizer, somente mediante troca de equivalentes”. Para Marx (Grundrisse), quando se considera a economia capitalista “a propriedade privada do produto do próprio trabalho identifica-se com a separação de trabalho e propriedade. Desse modo, trabalho é igual a criar propriedade alheia e a propriedade, a dominar trabalho alheio”. Marx, portanto, discute a forma e o conteúdo em que se dá essa troca entre capitalistas e trabalhadores. Marx afirma que a relação de troca entre ambos é uma mera aparência da relação em que se baseia a relação capitalista. O capital que emprega trabalho não é nada mais do que trabalho não-pago capitalizado, que permite a ampliação das condições de acumulação e reprodução dos capitais. Isso torna-se possível, já que quem se apodera do produto do trabalho não é o produtor e sim o capitalista. É por isso que Marx afirma que “a troca entre capitalista e trabalhador não passa de uma simples aparência que faz parte do processo de circulação, mera forma, alheia ao verdadeiro conteúdo e que apenas o mistifica. A forma é a contínua compra e venda da força de trabalho. O conteúdo é o capitalista trocar sempre por quantidade maior de trabalho vivo uma parte do trabalho alheio já materializado, do qual ele, capitalista, se apropria ininterruptamente, sem dar a contrapartida de um equivalente”.

incorporado constantemente no processo de trabalho, no processo de valorização do trabalho objetivado, pois somente o trabalho vivo é criador de valor. Marx sintetiza essa conclusão na seguinte passagem de seu Capítulo VI – Inédito: “o fato mais essencial do processo de trabalho é o próprio trabalhador”. Isso porque é somente a força de trabalho (capital variável) que gera valor. Isso não significa, porém, que, no modo de produção especificamente capitalista, os trabalhadores tenham as rédeas do processo de produção. Pelo contrário. O “comando”, conforme sempre salienta Marx, é do capital. Por definição. Assim Prado (1996) sintetiza essa questão essencial para a compreensão do modo de produção capitalista: “(...) Marx radicaliza a compreensão da economia capitalista como sistema auto-regulado que se desenvolve com certo automatismo e que define, mantém e amplia os seus próprios limites, apresentando quem ele julga que é o dono da mão invisível: nas páginas de seu livro principal tal sujeito vem a ser, nada mais e nada menos, do que o Capital. Em outras palavras, o capital, enquanto valor que se valoriza, é entendido por Marx como o verdadeiro sujeito do processo social no ‘modo de produção capitalista’. A sua lógica vem a ser alimentar-se de trabalho não-pago e comandar automática e veladamente o movimento do processo de acumulação”.

Com relação ainda ao processo capitalista de produção, convém destacar passagem do Capítulo VI – Inédito, na qual Marx pondera que “as coisas que são condições objetivas do trabalho, ou seja, os meios de produção, e as coisas que são condições objetivas para a conservação do próprio operário, ou seja, os meios de subsistência, só se convertem em capital ao confrontarem-se com o trabalho assalariado”. Isso demonstra a condição *sine qua non* da produção capitalista, segundo Marx: a existência do trabalho assalariado, cuja forma de apropriação por parte do capitalista foi analisada acima.

Falta ainda nos determos na análise de como a mais-valia se transforma em capital e qual a origem desse capital.

COMO A MAIS-VALIA SE TRANSFORMA EM CAPITAL

Conforme já salientamos, o processo de valorização capitalista se repete constantemente. Para

apreendermos quais são as formas e os determinantes da acumulação de capital, devemos avaliar todas as vicissitudes desse processo que se reproduz continuamente. Para iniciar, podemos tomar a passagem de O Capital em que Marx frisou que “o dinheiro não pode se transmutar em capital se não for trocado por capacidade de trabalho, enquanto mercadoria vendida pelo próprio operário”. Conforme já vimos acima, o processo de produção capitalista inicia-se com a compra da força de trabalho e o pagamento somente é efetuado depois do período para o qual essa força de trabalho foi adquirida. O salário é apenas uma parte do produto do trabalho. A mais-valia produzida vai ser reutilizada em subseqüentes processos de produção, dividindo-se em capital constante e capital variável.

Quando se pensa na origem do capital, é fácil perceber que houve um “pecado original”, ou seja, uma certa quantia em dinheiro foi transformada em capital sem que tenha sido originada de trabalho alheio não-pago. Portanto, houve uma acumulação primitiva para que o capitalista pudesse dispor de uma certa quantia em dinheiro e, dessa forma, para que ele pudesse ir ao mercado adquirir o direito de uso da força de trabalho (contratar trabalhadores na forma de assalariamento). O trabalhador assalariado, por seu turno, encontra-se preso às formas capitalistas de produção e dependendo, para sua sobrevivência, da venda de sua força de trabalho. Ele apresenta, entretanto, o que Marx chama de “ilusão de dependência, mantida pela mudança contínua de patrões e pela ficção jurídica do contrato (de trabalho)”.

A mais-valia, conforme já comentado acima, origina-se do trabalho e é apropriada pelo capital. Para entendermos a dinâmica capitalista, devemos analisar a maneira pela qual a mais-valia se converte em capital no processo de acumulação. A acumulação parte do pressuposto de que uma parcela do excedente produzido será transformada em capital, pois caso o capitalista consuma ele próprio todo o excedente de que se apropria, teremos apenas um caso de reprodução simples. A parte do excedente que o capitalista utiliza para consumo pessoal ou empregando trabalhadores meramente para lhe fazer caprichos pessoais (trabalhadores domésticos, por exemplo) não lhe serve como meio de produção de valor. Despende-os, portanto, como renda, e não os transforma em capital.

A acumulação de capital em sucessivos processos de produção pode aumentar mediante diversas circunstâncias. Se o capitalista possui determinada magnitude de capital constante e quer obter maior acúmulo de capital, pode fazê-lo através de maior exploração do trabalho, essa sim a verdadeira fonte de valorização. Essa maior exploração pode dar-se através de um aumento da jornada de trabalho, extraindo, dessa forma, maior quantidade de mais-valia do que ocorria anteriormente ao aumento da jornada de trabalho. Procedendo dessa maneira, o capitalista extrairá maior quantidade de mais-valia sem precisar empregar maior número de trabalhadores. Se aumentasse a quantidade de mão-de-obra empregada, mantida a produtividade do trabalho, teria que aumentar na mesma proporção a magnitude do capital constante. Outra maneira de ampliar a acumulação de capital é através do aumento da produtividade do trabalho social, ou seja, criando condições para que uma mesma quantidade de trabalho movimente maior massa de meios de produção. Conforme já comentamos, esse aumento de produtividade serve também para baratear o valor dos meios de subsistência do trabalho, sendo, também por causa desse aspecto, uma forma de obtenção de maior mais-valia relativa. Poderíamos, ainda, considerar uma possível alteração na taxa de mais-valia¹⁶, mas, mesmo que essa diminísse em proporção inferior à ascensão da produtividade do trabalho, a quantidade de produto excedente ainda aumentaria.

Os ganhos de produtividade, portanto, são frutos do progresso técnico. O progresso técnico atua em favor do capital, ao baratear seus meios de produção e ao permitir mais ampla atuação do capital em setores ainda não explorados, de onde esse capital pode extrair novamente maior magnitude de trabalho excedente. Com o progresso técnico, o mesmo valor de capital constante anterior pode se transformar em maior massa de meios de produção, os quais, por sua vez, empregarão nova massa de trabalhadores, sempre disponível no mercado, e assim comandar a produção de nova quantidade de produto excedente. Se

considerarmos dada a taxa de mais-valia, a massa de mais-valia dependerá do número de trabalhadores simultaneamente explorados. Essa quantidade de trabalhadores explorados, por sua vez, depende da magnitude de capital empregado e da relação técnica entre o capital constante e o capital variável. A continuidade do processo de acumulação de capital (dadas as condições técnicas) dependerá da decisão dos capitalistas entre reinvestir o excedente de maneira produtiva ou não. Marx resume a questão nos seguintes termos: “quanto mais cresce o capital em virtude de acumulação sucessiva, tanto maior o valor global aumentado que se reparte em fundo de consumo e fundo de acumulação”.

Belluzzo fornece sua colaboração para entendermos o processo de acumulação capitalista, o processo de transformação da mais-valia em capital. Segundo Belluzzo (1997), “a lei de mais-valia, forma capitalista da lei do valor, é a lei que governa a reprodução das relações capitalistas e determina suas possibilidades e limitações”. Para esse mesmo autor, a lei da mais-valia apresenta-se como “lei fundamental do movimento do modo capitalista de produção”.

A extração de mais-valia da totalidade dos produtores diretos (trabalhadores) é primordial para que o capital se acrescente e possa retomar (continuamente) o processo de valorização. O capital busca sua máxima valorização. Isso equivale a dizer que o capital busca obter o máximo de trabalho não-pago no seu produto. Para Belluzzo (1987), “isso somente se alcança graças à produção pela própria produção”; o mesmo autor ainda assevera que: “o processo de acumulação nasce das entranhas do sistema capitalista, irrompe do antagonismo de suas relações de produção, ao mesmo tempo em que as reconstrói continuamente”.

Nesse contexto de contínua busca pela acumulação de capital, não é apenas o conflito entre capital e trabalho que se coloca em jogo. Existe também, como resultado inevitável das “regras do jogo” capitalista, um contínuo acirramento da concorrência intercapitalista, ou seja, da rivalidade entre capitais¹⁷.

¹⁶ A taxa de mais-valia se define pela relação entre trabalho excedente e trabalho necessário. Nas palavras de Marx, “a taxa de mais-valia é a expressão precisa do grau de exploração da força de trabalho pelo capital ou do trabalhador pelo capitalista” (Marx, 1968).

¹⁷ Marx sublinha, no capítulo X (livro I; volume 1), que “(...)as leis imanentes da produção capitalista se manifestam no movimento dos capitais particulares, como se impõem coercitivamente na concorrência e surgem na consciência de cada capitalista sob a forma de motivos que o impelem à ação. Mas, desde já, está claro: a análise científica da concorrência só é possível depois de se compreender a natureza íntima do capital (...)” (p. 364).

Essa rivalidade se expõe notadamente através pela busca incessante de inovações técnicas. O progresso técnico é causa e resultado (efeito) da competição entre capitalistas, ditada pela necessidade de acumulação. A busca da “produção pela produção” (para usar as palavras de Belluzzo (1987)) é ditada pela dinâmica de transformação dos meios de produção. Essa dinâmica se manifesta na elevação contínua da composição orgânica do capital, ou seja, a própria busca exacerbada da produção pela produção. Obtida a mais-valia, ela é constantemente revertida em capital, o qual, aumentando de volume a cada novo processo, amplia sua base de produção e acelera a obtenção de mais-valia. Portanto, “com a acumulação de capital se desenvolve o regime especificamente capitalista de produção, que impulsiona, em contra-partida, a acumulação de capital (Belluzzo, 1987). Esse processo mostra uma contradição à sua própria continuidade, o que levou Marx a reafirmar o caráter meramente histórico do capitalismo, na medida em que sua evolução vai concomitantemente criando dificuldades às suas próprias possibilidades de realização e de reprodução ampliadas. Em certa passagem, Belluzzo (1987) conclui que “o capital é a própria contradição em processo, na medida em que a mesma lei que o compele a uma valorização progressiva acaba determinando um estreitamento da base sobre a qual se apóia esse processo de valorização”.

CONCLUSÕES

No capítulo XXIII d’O Capital (A Lei Geral da Acumulação Capitalista), Marx se propõe a examinar a influência do aumento de capital sobre a classe trabalhadora. Para tanto, detém-se especificamente no estudo da composição do capital e das modificações que ele experimenta no curso do processo de acumulação. Segundo Marx, “acumular é aumentar o proletariado”.

A venda da força de trabalho é contínua e possibilita a constante reprodução ampliada da riqueza capitalista, permitindo ao trabalhador empregado adquirir os meios de subsistência de que necessita. A acumulação comanda a magnitude de força de trabalho empregada, de acordo com as necessidades do capital;

dessa forma, a eventual diminuição do capital torna superabundante a força de trabalho explorável e não o contrário (ou seja, o emprego depende da renda gerada no processo de acumulação de capital). Partindo dessa constatação, podemos tentar relacionar capital, acumulação e salários, com o objetivo de analisar a influência da acumulação de capital sobre a vida do trabalhador. A acumulação depende da quantidade de mais-valia obtida e esta, por sua vez, depende da relação entre o trabalho não-pago que se capitaliza (ou seja, o trabalho não-pago que não é desviado para o consumo dos capitalistas) e o trabalho adicional que precisa ser incorporado para colocar em movimento esse capital suplementar (o que depende, por sua vez, das características técnicas do capital em função). Sendo assim, não são grandezas independentes a magnitude do capital e o número de trabalhadores, conforme ainda hoje preferem acreditar alguns paladinos do capitalismo...Marx ressalta que, em última análise, a relação que conta é aquela entre trabalho pago e trabalho não-pago da população trabalhadora. Nas palavras dele, “se cresce a quantidade do trabalho gratuito fornecido pela classe trabalhadora e acumulado pela classe capitalista, com velocidade bastante que só possa transformar-se em capital com um acréscimo extraordinário de trabalho pago, haverá então uma elevação de salários, e, não se alterando as demais condições, decrescerá proporcionalmente o trabalho não-pago”. Marx ainda pondera que, se o decréscimo de trabalho não-pago for de tal magnitude que o capital não mais obtenha o trabalho excedente que o mantém, haverá uma reação no sentido de reduzir a capitalização da renda, diminuindo a acumulação e fazendo emergir uma força que atua contra o movimento ascensional dos salários. Concluindo, vemos que há um limite aos salários de forma a manter intactos os fundamentos do sistema capitalista.

Quando a produtividade é acrescentada à análise, novos elementos devem ser observados. No desenvolvimento capitalista, devido ao constante progresso técnico efetuam-se modificações que terão impacto sobre a classe trabalhadora. A produtividade crescente é uma poderosa fonte de acumulação. Como sabemos, o grau de produtividade do trabalho é dado pelo volume dos meios de produção que um trabalhador transforma em produto com uma dada magnitude de força de trabalho. Quando a produtividade é crescente,

aumenta a massa de meios de produção posta em movimento por determinada força de trabalho, ou seja, diminui o fator subjetivo do processo de trabalho em relação ao fator objetivo.

Nada impede, porém, que, embora com aumento da composição orgânica do capital não possa haver uma elevação absoluta do capital variável – ou seja, ampliação da massa de trabalhadores empregados.

É importante também fazer uma distinção entre relação de valor entre capital constante e capital variável e a relação entre as massas de meio de produção e de força de trabalho. A composição técnica relaciona-se às massas de meio de produção e de força de trabalho colocada a serviço desses meios de produção. A relação entre valor dos capitais constante e capital variável (composição orgânica do capital) expressa de maneira aproximada uma alteração na composição técnica, já que o aumento da produtividade do trabalho se, por um lado, faz com que menor massa de trabalho seja necessária para colocar em movimento certa magnitude de meios de produção, também determina uma queda no valor dos meios de produção em relação ao seu volume; conseqüentemente, conforme enfatizou Marx, “o aumento da diferença entre capital constante e capital variável é muito menor que o aumento da diferença entre a massa de meios de produção em que se converte o capital constante e a massa de força de trabalho em que se transforma o capital variável”.

A concorrência de capitais também merece análise de Marx, constituindo-se um dos pontos de sua obra em que aparece a idéia de tendência. Na verdade, apresentam-se duas idéias tendenciais no debate sobre a concorrência intercapitalista. Além do processo de concentração de capitais, avaliado e explicado por Marx quando discute a transformação de mais-valia em capital, ocorre também, no processo de concorrência capitalista, a tendência de um processo de centralização de capitais, ou seja, a concentração dos capitais já existentes nas mãos de número cada vez menor de capitalistas. Sucintamente, nas palavras de Marx: “os grandes capitais esmagam os pequenos” nos diferentes ramos de produção.

Esses processos tendenciais são abordados segundo a perspectiva observada no processo de acumulação de capitais proporcionada pela introdução

de métodos destinados a elevar a força produtiva do trabalho social, que, como conseqüência, amplia a escala de capitais individuais e promove a aglomeração dos capitais individuais em poucas mãos, devido ao próprio processo de concorrência entre eles.

O modo de produção capitalista estimula a acumulação, que, por sua vez, promoverá o modo de produção capitalista. Essas duas forças atuam reciprocamente e, como resultado, ampliam o capital constante em relação ao capital variável; nessa perspectiva, dá-se a concentração de capitais à medida que cresce o capital social. Quanto à centralização, Marx reitera que a mesma é resultado da concorrência entre os capitalistas, os quais tentam reduzir o valor das mercadorias através de um aumento da produtividade do trabalho, a qual depende, por seu turno, da escala de produção. Marx assinala que “a concorrência acirra-se na razão direta do número e na razão inversa da magnitude dos capitais que se rivalizam”. É por isso que os capitais pequenos freqüentemente acabam nas mãos do “vencedor” ou “soçobram” ou, ainda, tentam migrar para outros ramos de produção.

A diferenciação entre concentração e centralização de capitais foi enfatizada por Marx na seguinte passagem: “temos a centralização simplesmente por mudar a distribuição dos capitais existentes, por alterar-se apenas o agrupamento quantitativo dos elementos do capital social (...) num ramo de produção, o capital alcançaria seu limite extremo quando todos os capitais nele investidos se fundirem num só capital”. A concorrência e a facilidade de crédito, são, portanto, os fatores que impulsionam a centralização de capitais, a qual, dessa forma, não vai depender diretamente do movimento de acumulação de capitais.

Como em toda lei de tendência d’O Capital, há que se contingenciar esse movimento de concentração/centralização de capitais. Como bem lembra Possas (1989), “a concentração é em certa medida compensada pela formação de novos capitais e pela fragmentação dos capitais existentes que acompanham regularmente o mesmo processo de acumulação”. Portanto, conclui o autor (Possas, 1989), “a repulsão de capitais é um momento da própria acumulação, tal como a concentração, sem, contudo impedir, por ser subordinado, a dominância desta última e conseqüentemente seu caráter de lei tendencial”.

A formação do chamado “exército industrial de reserva”, aspecto que mereceu destaque em *O Capital*, é interpretada como consequência da forma como se opera a acumulação de capitais; conforme já mencionamos acima, essa acumulação vem acompanhada de mudanças qualitativas de sua composição, ou seja, nas palavras de Marx, “ocorre o constante acréscimo de sua parte constante às custas da parte variável”. Com o aumento da produtividade do trabalho amplia-se o peso do capital constante no processo geral de acumulação, diminuindo relativamente a magnitude do capital variável. Uma vez que a procura de trabalho é determinada não pelo capital global, mas por sua parte variável (condicionada, ainda, pelas condições técnicas dadas no momento), verifica-se uma queda relativa da mão-de-obra empregada em relação ao acréscimo de capital global. A acumulação crescente, acompanhada pela centralização de capitais, provoca novas mudanças na composição do capital ou uma “nova redução acelerada de sua parte variável em relação à parte constante”. Temos, então, dadas essas considerações, a chave que abre a explicação da ocorrência de uma população trabalhadora relativamente supérflua, que ultrapassa as necessidades médias de exploração do capital, tornando-se, portanto, excedente. Devido a essas características da dinâmica capitalista, que envolve acumulação e centralização de capitais, aumento contínuo de produtividade, redução da parte variável do capital total em relação à parcela constante etc., a classe trabalhadora, produtora da acumulação capitalista, produz também, em proporção crescente, os próprios meios que a tornam relativamente supérflua. Nesse contexto, Marx salienta que “se a população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza do sistema capitalista, ela se torna por sua vez a alavanca da acumulação capitalista e mesmo condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui o exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se fosse criado e mantido por ele”.

Essa força que atua sobre a classe trabalhadora através das próprias mercadorias (produzidas pelo trabalho e que se convertem no próprio meio de dominação sobre os operários) é fruto do modo de

produção fundamentado no sistema capitalista e não existiu em nenhum outro momento histórico anterior da Humanidade, pois, nas formas de produção anteriores à capitalista, a acumulação correspondia em igual proporção de crescimento da procura por trabalho e, portanto, em igual proporção de incorporação de mão-de-obra empregada.

Ainda existe outra faceta perversa à população trabalhadora representada pelo modo de produção capitalista: a eventual existência de uma desproporção entre o aumento do capital variável e o número de trabalhadores empregados. Essa relação – e, portanto, o número de trabalhadores empregados –, vai depender da intensidade do trabalho e não apenas do aumento do capital variável. Isso porque pode haver apenas aumento do salário individual mesmo que se extraia daí maior magnitude de mais-valia. Assim, Marx reforça que “o acréscimo do capital variável é então índice de mais trabalho, mas não de mais trabalhadores empregados”.

Os movimentos salariais dependerão exclusivamente da proporção entre trabalhadores da ativa e da reserva, o que se relaciona, conforme já verificamos, com a proporção entre trabalho pago e trabalho não-pago que se apresenta durante o processo de produção e também com a magnitude da mais-valia que é de fato capitalizada (ou seja, que não é “esterilizada” no consumo dos capitalistas¹⁹). Dessa forma, verificamos que os salários não são determinados pela variação do número absoluto da população trabalhadora, mas pelo acréscimo e decréscimo da magnitude relativa da superpopulação. O movimento de expansão/contração de capital é dominante e a absorção de mão-de-obra é subordinada a esse movimento. É por causa disso que Marx reiterou, em passagem do capítulo XXIII, que “ficam sem emprego não só os trabalhadores diretamente expulsos pela máquina, mas também seus sucessores e o contingente adicional que seria regularmente absorvido com a expansão ordinária dos negócios em sua base antiga”. O mecanismo de produção capitalista opera, portanto, de maneira a que o incremento absoluto de capital não seja acompanhado por um incremento correspondente da procura geral de trabalho. Marx conclui que “o capital age dos dois lados; se sua procura aumenta a procura por trabalho, aumenta também a oferta de trabalhadores...”.

Para finalizar, podemos citar palavras de Marx que sintetizam aquilo que o autor define como a Lei Geral de Acumulação Capitalista: “Quanto maiores as riquezas sociais, o capital em função, a dimensão e energia de seu crescimento e conseqüentemente a magnitude absoluta do proletariado e da força produtiva de seu trabalho, tanto maior será também o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível é ampliada pelas mesmas causas que aumentam a força expansiva do capital. A magnitude relativa do exército industrial de reserva cresce, portanto, com as potências da riqueza, mas, quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo, tanto maior a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do suplício de seu trabalho. E, ainda, quanto maiores essas camadas de lázaros da classe trabalhadora e o exército de reserva, tanto maior, usando-se a terminologia oficial, o pauperismo. Essa é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista”.

BIBLIOGRAFIA

- BARBOSA de OLIVEIRA, C. A. (1985). O processo de industrialização: do capitalismo originário ao atrasado. Mimeo.
- BELLUZZO, L.G.M. (1987). Valor e Capitalismo: um ensaio sobre a Economia Política. São Paulo: Ed. Bienal. (segunda edição). (principalmente cap. 3, partes 2, 3 e 4).
- DOBB, M. (1981). A Evolução do Capitalismo. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- HOBBSAWM, E. (1983). Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo. Rio de Janeiro: Forense Universitária. (terceira edição brasileira).
- MAFFI, B. (1985). Introdução à Edição Italiana. In: Capítulo VI Inédito de O Capital. São Paulo: Ed. Moraes.
- MARX, K. (1968). O Capital (crítica da economia política). Ed. Civilização Brasileira (primeira edição). (principalmente livro 1, nos seguintes capítulos: Volume 1, cap. IV, V, VI, VII, VIII, e volume 2, cap. XIV, XXI, XXII, XXIII, XXIV).
- MARX, K. (1985). Capítulo VI Inédito de O Capital. São Paulo: Ed. Moraes.
- POSSAS, M. (1989). Dinâmica e Concorrência Capitalista: uma interpretação a partir de Marx. São Paulo: Ed. Hucitec.
- PRADO, E. F. S. (1996). O sistema econômico e os meios de comunicação sistêmicos. Estudos Econômicos, vol. 26 (2), maio-agosto de 1996, p. 201-234.
- ROSDOLSKY, R. Génesis y estructura de El Capital de Marx (estúdios sobre los Grundrisse). Siglo XXI Editores. (especialmente cap. IX a XIII e também XVIII e XIX – parte 3).

MANIFESTO DA ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL DE 1881.

Manifest of the Industrial Association of 1881

Apresentação

João Miguel Teixeira de GODOY*

O documento transcrito logo abaixo é um manifesto redigido e divulgado ao público no início de 1881 na cidade do Rio de Janeiro, então capital do Império do Brasil. Originou-se da iniciativa de um grupo de homens de negócios envolvidos com a atividade industrial, que naquele momento ocupava um espaço modesto no quadro geral da economia brasileira. Mas isso não representou, ao que tudo indica, um empecilho no sentido de desencadear um esforço e uma tentativa de união na defesa de seus interesses e na formação de um grupo de pressão dentro do parlamento. Não impediu tampouco de elaborarem demandas específicas do setor, cujo carro chefe concentrava-se nas propostas de revisão da política alfandegária do Governo Imperial. O objetivo era torná-las mais protecionistas com relação à produção industrial interna. Junto com o manifesto também foram criadas a Associação Industrial, que em sua inauguração o manifesto foi lançado, e um periódico denominado “O Industrial”, voltado para a divulgação mais ampla das opiniões e propostas desse grupo.

Quanto ao texto do Manifesto, especificamente, foi redigido por Antonio Felício dos Santos, médico de profissão, natural de Minas Gerais, mas que atuou

profissionalmente no Rio de Janeiro, onde também foi industrial de tecidos e parlamentar por duas legislaturas: 1878-81 1881-84. Foi o primeiro presidente da Associação Industrial.

O documento, assim como a Associação e o próprio periódico, pertencem a um contexto de debates a respeito das conveniências e do caráter do aumento ou diminuição das tarifas cobradas e definidas pelo Estado Imperial sobre as importações de produtos manufaturados e matérias primas pelo mercado brasileiro. O debate sempre envolveu representantes dos principais setores da economia durante o século XIX. Tanto os grupos que se dedicavam ao comércio importador; como também aqueles envolvidos com a atividade industrial; os dirigentes do estado, atentos aos problemas fiscais do Estado e, finalmente, os representantes das atividades agrícolas de exportação, então a principal atividade econômica da nação. Embora o tema sempre fora objeto de discussão, durante todo período imperial, o fato é que se intensificou a partir dos anos de 1870. Essa década terminou com uma elevação geral das tarifas decretada em 1879, o que garantiu relativa proteção à produção industrial interna, embora seu objetivo fosse essencialmente resolver um

* Professor da Faculdade de História da PUC-Campinas.

problema fiscal do estado¹. Em meados do ano de 1880, diante da pressão de importadores principalmente, nomeia-se uma comissão para rever os aumentos definidos no ano interior, e um rebaixamento geral das tarifas acaba se efetivando em Dezembro 1881. Mas foi durante o trabalho dessa comissão, entre os meses de abril e maio, que a Associação Industrial surge, bem como o manifesto. Refletia, portanto, uma tentativa de influenciar os trabalhos da comissão, mas também uma certa consciência, daqueles envolvidos com a atividade industrial, que seus interesses não estavam adequadamente representados pelas associações existentes naquele momento, como a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, criada em 1827, e a Associação Comercial de 1834, fazendo-se necessário a criação de uma associação específica dos industriais.² Com a derrota desse grupo, nesse momento, a associação também perdeu seu sentido e praticamente deixou de existir. Apenas posteriormente, em 1904, surge uma outra entidade representativa dos industriais, o Centro Industrial do Brasil, resultado da fusão da antiga Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e do Centro Industrial de Fiação e Tecelagem.³

Nícia Vilela Luz leu o Manifesto como um documento básico que expressava “as idéias que animavam o movimento inicial em prol da industrialização” (p.67). Mas que também anteciparam e influenciaram os conceitos aprofundados depois pelos representantes do nacionalismo econômico, como Amaro Cavalcanti e Serzedelo Correa. Leu, portanto, na perspectiva da formação da indústria e da economia nacional, visto como um processo marcado por avanços e recuos, e de superação de obstáculos que vão sendo aos poucos transpostos. Acompanha, nesse sentido, e sustenta a própria formação da nação. Mas ao ler o documento como antecedente de alguma coisa que veio depois, não se corre o risco de distorcer seu significado? Ou então, tomar um de seus aspectos como representante do todo? Não correríamos aqui o risco de projetar no passado uma realidade que embora

fosse uma de suas possibilidades, não estava previamente definida nele?

Mas o que expressa o texto do manifesto? Apenas a título de sugestão gostaria de apresentar um breve resumo seguido de alguns comentários sobre o documento. Começa com um convite, ou um chamado a união àqueles que no Brasil dedicavam-se à indústria, nascidos aqui ou não. A criação da Associação representaria um esforço na direção de institucionalizar essa união. Em seguida elenca as vantagens: a legitimidade moral e social dos interesses dos industriais, a saída do isolamento, o conhecimento mais objetivo das possibilidades presentes na realidade, a maior racionalidade na condução de seus negócios, trocas de experiências, relações pessoais e a conseqüente consciência dos interesses do grupo, constituindo então “uma classe distinta como cooperários da mesma função social”. Uma vez constituído o grupo e superado o isolamento, define-se o campo e os objetivos preferenciais da ação: o Estado é o campo, e uma política estatal de proteção a indústria é o objetivo. Não se trata da proposta de um partido político e nem tampouco de assumir o poder do Estado, mas tratava-se sobretudo da formação de um grupo de pressão em busca de políticas mais favoráveis a uma atividade específica da economia. Não temos aqui a elaboração de proposta de uma outra organização social e política, não temos um projeto de futuro alternativo, mas um reconhecimento do existente, dos dados da realidade, e a questão é como sobreviver nele. Passa em seguida a apontar o descaso do Estado com a indústria, com uma retórica que vai de expressões como “lamentável e criminosa incúria do governo” à “polar indiferença pública”, cujos resultados seriam um crescente descrédito e abandono da atividade industrial como campo de investimento. Mas a origem da postura estatal dependia da mentalidade e concepções dominantes nas elites dirigentes, avançava o manifesto. Nesse ponto, o documento faz uma avaliação dos grupos dirigentes lançando mão de argumentos e

¹ Sobre o caráter essencialmente fiscal das políticas aduaneira do Estado Imperial ver: VITORINO, Artur José Renda. Tributação, empreguismo e manufaturas da conformação do mercado de trabalho livre na Corte Imperial brasileira (1850-1864). In: *Humanitas*, v.4, n.2, ago-dez., 2001, pp.57-90.

² Informações mais detalhadas desse contexto e dos debates podem ser encontradas em LUZ, Nícia Vilela. *A luta industrialização do Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975, pp 49-66.

³ Ver a respeito CARONE, Edgard. *O Centro Industrial do Rio de Janeiro e sua importante participação na economia nacional*. Rio de Janeiro: CIRJ/Cátedra, 1978.

críticas que caracterizarão o pensamento nacionalista até, pelo menos, os anos quarenta do século seguinte, ou seja, seu desconhecimento das potencialidades naturais e do povo brasileiro, sua mentalidade estreita e exclusivista, o artificialismo de suas idéias, o bacharelismo, a insistência em manter a economia nacional dependente de um único gênero de exportação, o café, sua despreocupação em estudar os dados concretos da realidade do país, seu imediatismo, “mais literatos do que homens de ciência”, conclui. Daí seu apego às idéias livres cambista e as preocupações vaidosas mais com as opiniões dos europeus sobre nós, principalmente dos ingleses, do que com o futuro dos país.

Após essa avaliação de conjunto dos políticos que controlam o Estado, o manifesto aponta os resultados efetivos de suas ações, isto é, a ilusão da independência política e a permanência da economia colonial. Nesse mesmo movimento, começa estabelecer uma associação entre a atividade industrial e a soberania nacional, entre indústria e projeto de futuro. Nesse ponto, o manifesto e Associação Industrial deixam de se colocar como expressão dos interesses de um grupo específico, mas propõe-se como expressão de toda a sociedade, da soberania nacional e do futuro. O argumento de reforço dessa idéia está na escolha dos Estados Unidos como modelo a ser seguido e imitado.

Embora o documento apresente uma postura aparentemente anti-doutrinária, e insista na defesa de uma postura mais prática e objetiva, não deixa de estar vinculado também a uma certa concepção cuja origem esta a obra dos mesmos teóricos liberais ingleses que tanto procura se afastar. A concepção segundo a qual a história humana é a manifestação de um desenvolvimento contínuo da capacidade de controle da natureza pelo homem mediante o progresso tecnológico, cujas etapas evolutivas iniciam-se na caça e coleta, passa para a agricultura e pastoreio, artesanato e comercio, para culminar na indústria, tem em Adam Smith, e na chamada escola escocesa⁴, seu pensador fundamental. Na realidade, os autores do manifesto habitam o mesmo universo mental, ideológico e social dos dirigentes estatais.

O restante do manifesto representa uma tentativa de apontar os desdobramentos dessa fusão que se apresenta como princípio orientador básico, ou seja, a indústria, a soberania nacional e a realização completa do projeto de independência. A primeira idéia é que sendo a indústria mais do que mera atividade econômica mas também e principalmente fator de soberania política, o Estado deve ampará-la. Primeiro porque o Brasil é um país novo, no qual a indústria nascente sofre a concorrência da produção de outros países que se encontram num estágio mais avançado do processo. O grau e os mecanismos dessa proteção devem ser uma decorrência do conhecimento exato da situação existente. A gestão do sistema financeiro e a política fiscal e alfandegária não podem visar apenas as necessidades do Tesouro. O Estado não pode ficar refém dos interesses dos importadores, como se constata, por exemplo, na lei de patentes. Na medida que o texto vai se aproximando do final, um tom mais conciliatório passa a dominar: “Não se pode, todavia, desconhecer os grandes méritos e o espírito patriótico das estadistas brasileiros. A sua boa fé está fora de questão. O que falta é o conhecimento exato das necessidades do país” (p.25). Nesse sentido, caberia à Associação Industrial todo um trabalho de esclarecimento e propaganda, desfazendo as avaliações equivocadas então vigentes sobre a indústria e transformando essa atividade num campo atrativo para os investimentos assim como o comércio de importação e exportação. Seria necessário combater a visão dominante segundo a qual o Brasil deve ser um país de economia exclusivamente agrícola; combater a afirmação de que o desenvolvimento das indústrias prejudicaria a agricultura provocando uma falta de trabalhadores; combater a idéia de que a proteção à indústria privilegia um grupo em detrimento dos interesses gerais da população, que pagariam mais pelos produtos industriais. Além disso, o texto insiste na importância do trabalho na indústria como mecanismo de moralização das populações urbanas que não se dedicam à agricultura: “a moralização das classes pobres pelo trabalho é, quando mais não seja, uma questão de alta polícia”. O Manifesto termina com um exemplo e uma comparação. Exemplo dos efeitos desastrosos da política governamental livre-cambista,

⁴ Ver FONTANA, Josep. História: análise do passado e projeto social. Bauru/SP: Edusc, 1998, pp.79-98.

como a que levou à decadência da indústria de construção naval e da marinha mercante nacional. Comparação com países vizinhos, como Argentina e Uruguai, que apesar de inferiores em população e recursos já teriam organizado associações dos industriais demonstrando mais iniciativa que os brasileiros.

O documento abre possibilidades de discussão de vários problemas. Destaca-se a questão das tentativas e possibilidades do desenvolvimento da atividade industrial no século XIX no Brasil. Tema que foi objeto de debates entre autores como Roberto Simonsen, Celso Furtado, Caio Prado Jr., João Manuel Cardoso de Mello, Nícia Vilela Luz, entre outros. As diferentes explicações fundamentam-se tanto em divergências conceituais, (uns falam em industrialização e outros em surtos industriais); mas também no que diz respeito a posturas analíticas distintas (uns centram suas explicações nas ações de indivíduos como Mauá, enquanto outros se referem essencialmente às condições sociais e econômicas nacionais e internacionais). Em relação aos fatores explicativos do fracasso das tentativas de consolidação da atividade industrial no período o debate gira em torno daqueles que atribuem à falta de uma política protecionista o principal obstáculo a indústria, ao contrário daqueles que enfatizam as restrições do mercado consumidor interno; de um lado aqueles que advogam uma oposição entre os interesses agrários e industriais e de outro aqueles que defendem um vínculo entre os dois setores, na medida que o capital cafeeiro tornou-se um fator fundamental para a indústria. Temos ainda um debate entre aqueles autores que privilegiam os efeitos negativos das crises financeiras da economia nacional sobre a atividade industrial e aqueles preocupados principalmente com os efeitos cerceadores que uma economia exportadora, escravista e voltada para o mercado externo, poderia representar não para a indústria somente, mas fundamentalmente para a industrialização, tomada então como um processo mais geral de montagem e desenvolvimento de um sistema econômico mais abrangente.

O documento permite ainda, apenas para mencionar, estudar as características e os procedimentos das várias facções que compunham as elites econômicas durante o Império, suas reivindicações específicas, suas visões de mundo, suas

relações, os mecanismos de pressão sobre os dirigentes estatais, seu poder de negociação e persuasão, seus argumentos, os conflitos e arranjos, etc. Permite ainda, analisar o modo como Estado estabelecia relações com esses grupos, ora convergindo, ora divergindo, e o modo como intervinha na dinâmica da vida econômica.

Cabe uma última observação. A visão expressa pelo documento corrobora a tese de que as razões impeditivas da industrialização estavam essencialmente na ausência de uma política protecionista por parte do Estado. Podemos, entretanto, sugerir uma distinção entre a visão que o documento manifesta e as condições concretas, sociais, econômicas, etc., em que tal visão torna-se possível. Não há nenhuma indicação de que o problema estava na vigência do regime de trabalho escravo ou, para ser mais preciso, no sistema econômico escravista dominante. Mas talvez seja essa ausência de crítica ao escravismo o elemento que demonstra os limites das reivindicações e ambições desses industriais. Este é o aspecto que transforma o documento num manifesto da indústria, porém não da industrialização. O mais curioso, nesse sentido, é que a justificativa maior, dado pelos protagonistas do Manifesto e da Associação Industrial, em troca do amparo do Estado está na capacidade e utilidade da atividade industrial em manter os segmentos da população urbana, não escrava, sobre alguma forma de controle mediante a disciplina pelo trabalho. A industrialização é um projeto de futuro. No plano imediato a indústria apresenta-se sobretudo como fator de estabilização da ordem escravista. Num outro texto divulgado pela Associação Industrial essa função da indústria aparece com muita clareza e penso que seria interessante cita-lo na íntegra. O trecho é o seguinte:

É uma verdade axiomática – que as nações gozam de tanto maior paz interna, quanto menores são as necessidades do povo e quanto mais moralizado ele é?

Ora, que melhor e mais forte elemento para moraliza-lo do que o trabalho?

Nas fábricas, que são em miniatura a representação dos Estados, o operário está sujeito a uma disciplina rigorosa, que vai inoculando em seu espírito idéias de ordem e o hábito da obediência e respeito aos superiores.

Nas fábricas, que são o asilo das crianças e da mulher, a escola, em geral, está ao lado do trabalho.

Com a aquisição de meios de subsistência, encontra nelas o operário o pão do espírito. Tão necessário como o pão material.

Educado nestes princípios, o operário transmite-os a seus filhos, implanta no seio da família a mesma ordem e regularidade que aprendeu na oficina e na sua vida de cidadão respeita as autoridades constituídas como na de operário respeita seu patrão.

Ninguém dirá que cidadãos educados no respeito e obediência aos superiores se lembrem de perturbar a ordem pública: que homens, com recursos suficientes para satisfazer as necessidades indeclináveis da vida, se abalancem à prática de crimes contra a vida, honra e propriedade de seus concidadãos.

Formai a consciência do povo, fazei com que conheça seus direitos e seus deveres, dai-lhe meios de subsistência, ou em palavras – povoai as fábricas e oficinas e despovoareis as prisões.

O trabalho, fornecendo meios de acudir às necessidades da vida, gera nos indivíduos o desejo de melhorar de posição, de elevar-se acima do nível comum, e daí procede a emulação, mola real do progresso.

É, pois, incontestável que o trabalho é o único dique a opor aos desmandos do povo e o processo eficaz para conte-lo nos limites das conveniências morais e sociais.

Suprimi o trabalho e tereis a revolução. O espírito do povo é irrequieto, precisa, para estar sossegado, ter constantemente diante dos olhos alguma coisa que lhe prenda a atenção.

Panem et circenses era o específico empregado pelos imperadores romanos para conter o povo, empreguemos nós o pão e o trabalho.

O primeiro remédio enerva, o segundo dá ao povo a consciência de sua força.

Ora, se tais vantagens são por todos reconhecidas, porque não adotaremos o princípio da onde dimanam?

Não nos aconselho o nosso estado social, composto de elementos tão variados e antagônicos, que este é o caminho mais seguro para evitar conseqüências, que, por imprevidência nossa, em futuro mais ou menos próximo nos podem ser funestas?

Para conjurar a tempestade que nos ameaça, cumpre adotar desde já em nossa legislação aduaneira a teoria protecionista moderada, isto é, um ecletismo razoável.

Tais são os nossos ardentes desejos e os de todos quantos se interessam pela paz e tranquilidade do Império.

Permita Deus que eles sejam satisfeitos.⁵

Finalizando a apresentação, gostaria apenas esclarecer que a escrita do documento a seguir foi atualizada de acordo com as normas vigentes.

Manifesto da Associação Industrial ⁶

Illmo Sr – A Associação Industrial, composta de industriais brasileiros e estrangeiros domiciliados no Brasil, por sua Diretoria infra-assinada, convida a V.S. a inscrever-se como seu consócio.

Não há mister de longos detalhes para demonstrar a utilidade que pode advir desta instituição. Se a união é a força na ordem física, mais se evidencia esta verdade nas relações morais e sociais. O resultado

⁵ *O trabalho industrial e seus adversários*. Rio de Janeiro, Typ. De G.Leuzinger & Filhos, 1881, pp.165-167.

⁶ Documento retirado de *O trabalho industrial e seus adversários*. Rio de Janeiro, Typ. De G.Leuzinger & Filhos, 1881, pp.

positivo das associações desta espécie não é simplesmente a soma dos esforços individuais, mas a multiplicação das reações coletivas, provenientes da discussão e escolha dos meios de progresso, do conhecimento das necessidades e deficiências de cada um, auxiliados pela energia e inteligência de todos.

A defesa eficaz dos direitos legítimos que poderiam ser conculcados isoladamente, acresce o estudo das leis econômicas, que regem os fatos, indicando o bom caminho do progresso e apartando deles as utopias e desvios insensatos, a conciliação dos interesses confessáveis que evita as lutas apaixonadas e mutuamente ruinosas, substituídas pelo estímulo do trabalho e nobre emulação do aperfeiçoamento com o contraste e utilização das descobertas científicas e habilidades na execução dos planos.

Da troca de idéias teóricas, conhecimentos experimentais e noções profissionais de cada um brotam fontes de informações que centuplicam as forças produtoras da indústria e que seriam, aliás, inacessíveis às cogitações isoladas de qualquer indivíduo por mais especial e inteligente que seja.

Outra grande vantagem intuitiva de nossa associação será o cultivo das relações pessoais entre cidadãos constituindo uma classe distinta como cooperários da mesma função social. Desnecessário é encarecer a utilidade desse resultado e quando convém-nos criar um centro de reunião de nossas forças.

O isolamento em que vivemos, desconhecidos uns dos outros, é uma das principais causas da lamentável e criminosa incúria do governo do estado no tocante à indústria brasileira. Como todos os fatores da riqueza pública, porém, muito mais do que qualquer outro, tem ela se desenvolvido quase absolutamente sem direção nem auxílio do centro governativo, quase ignorada e às vezes até ridicularizada pelos homens políticos. Só se manifesta a ação do governo pelas pesadas contribuições a nós impostas para ocorrer às despesas públicas distribuídas exclusivamente às outras classes sociais.

De tempos em tempos um ato desastrado dos altos poderes do Estado, com o fim de obter de pronto algumas migalhas para o Tesouro, vem ferir, talvez de morte, esta ou aquela indústria que prosperava. O

clamor das vítimas raras vezes rompe o silêncio polar da indiferença pública e o ministro, cuja mão vibrou o *hábil* golpe financeiro, digna-se atender às queixas, o que não é comum, responde com epigrama banal extraído dos códigos metafísicos do arteiro *livre cambio*. E é tudo. A opinião não ousa contradizer o oráculo: ao industrial assim lesado só resta retrair-se quase envergonhado, como um réu a quem a polícia previdente interceptou os meios de prejudicar a comunidade. Também de ordinário a correção é salutar: o cidadão curado de sua *mania industrial* busca outra profissão mais consentânea com a *harmonia social* do país, empregando-se por exemplo, em uma casa de importação estrangeira e colocando dali em diante suas economias à salvo nas sagradas apólices de 6%!

Os homens incumbidos há 50 anos da gestão dos negócios públicos no Brasil só se têm ocupado de uma política partidária, estreita, esgotando as forças intelectuais desta geração em estéreis discussões, em exclusivismos pessoais sem objetivo ideal nobre sem resultados positivos de progresso. Nelas consome-se a atividade nacional que deveria empregar-se na concorrência industrial com os outros países, criando as condições mais adequadas para a satisfação das necessidades e aspirações da humanidade no século presente.

Por isso o Brasil, a despeito de tantas vantagens naturais e tantos recursos para o desenvolvimento progressivo de um grande povo, vê tristemente fugirem de suas plagas as levas espontâneas de homens laboriosos transbordados constantemente da Europa. Por outro lado o *absenteísmo*, a emigração dos capitães, atuando como uma torrente esterelizadora que lava o húmus do solo, prepara a consumação lenta, cujos efeitos se farão sentir em todo o organismo social á menor perturbação econômica. Basta uma baixa no valor ou na produção do nosso quase único gênero de exportação para determinar uma crise de conseqüências incalculáveis.

Cruzar os braços, confiando *no calor e na humidade*, desertando da guarda dos interesses do futuro, não é por certo compreender a alta missão de um governo nacional e patriótico.

A nós coube nos decretos da Providencia a exploração do café, as gerações futuras procurem o que lhes for mais proveitoso. Tal é em síntese o

pensamento egoístico, mas sincero, digamo-lo, de muita gente que alardêa bom senso prático.

Outras, porém, devem ser as idéias em circulação nas regiões do governo.

Essa beatitude fisiocrática é sem dúvida muito cômoda. Ela dispensa a enfadonha tarefa do estudo dos fatos, os minuciosos inquéritos sobre a condições especiais do país, o exame dos recursos econômicos, das aptidões individuais, da viabilidade das empresas e dos auxílios a prestar aos diversos empregos da atividade industrial, etc. Para que fundar edifícios, cujo complemento pertence ao futuro, plantar árvores, cujos frutos outra geração colherá, porque tal será em grande parte o resultado da educação industrial!?

É muito mais simples adotar a política da indiferença para *não perturbar o livre exercício das forças naturais*, estatuir *à priori* leis gerais absolutas com a ingênua pretensão de reger os fatos, sem curar de sua relatividade, firmar enfim em bases imutáveis uma ciência do futuro, *wagneriana*, sobre a hipótese da igualdade de todos os homens, de todas as aptidões. Essa economia política *absoluta* tem ainda a vantagem de vigorar tanto na Inglaterra como no Brasil, na França como na China!

Tamanho erro provém em linha reta da educação viciosa bebida nas Academias pelos diretores do país, teóricos puros, sem conhecimentos positivos, mais literatos do que homens de ciência.

A opinião livre cambista do Brazil não se estriba somente na defetividade do estudo e na miragem sedutora da teoria: há outro ponto de apoio e mais perigoso porque mais altamente se acha. É a vaidade, é a captação feita pelos aplausos pérfidos da opinião dos países industriais interessados em manter-nos na sua dependência como consumidores tributários de suas oficinas. Sem esses mercados consumidores como poderiam eles dar saída aos productos industriais que sustentam sua população operária?

Ainda há poucos dias dizia o correspondente ingles do *Jornal do Commercio*: “Nada sabemos da política interna do Sr. Saraiva, mas não podemos deixar de aplaudi-lo com entusiasmo depois da sua declaração de anti-proteccionista”.

Tem razão o *nosso amigo* Sr. Clark. Enquanto o Brasil não se reger pelo sistema protetor a Inglaterra

continuará a explorar-nos como consumidores: aliás em vez dos seus productos fabricados teria de exportar-nos seus operários e seus capitães.

Aquela nação, depois de avigorada em um regime *quase proibitivo* por séculos, que possui uma população educada na escola da indústria altamente protegida e fora de concurso, é hoje a grande pregoeira do livre-câmbio. Por isso considera-se lá atrasados em civilização os Estados Unidos da América do Norte que firmam sua riqueza no regime protetor, trilhando o caminho antigo da metrópole e por isso atraindo para seu seio e assimilando uma perene imigração de operários e pequenos capitalistas.

Á sombra da bandeira estrelada, entretanto, têm eles desenvolvido uma actividade industrial que já excede o consumo interno e expande-se em correntes de exportação. E conquanto seus productos concorram já em todos os mercados com os dos países mais industriais, nem por isso julgam os americanos do norte prejudicial esse sistema protetor ao qual, mais ainda do que ás suas libérrimas instituições, devem o progresso material de sua nação.

Debalde se oferece á nossa imitação o quadro brilhante da prosperidade americana. O Brasil não perde de vista a platéia da Europa. Daí a política anti-americana aqui trilhada em todas as relações exteriores, o sistema econômico que arruinou a nossa marinha mercante e paralisa a indústria nacional, prolongando-se o regime colonial apesar da vã solução de continuidade de 1822.

Com efeito, para um pais exclusivamente agrícola e produtor de matérias primas, que revertem-lhe manufacturadas pelo duplo de seu valor de exportação, recebendo da indústria estrangeira todos os seus artigos de consumo, não é uma ilusão a independência política?

Não é o Brasil uma simples feitoria comercial e colonial explorada pelos traficantes europeus que com raras excepções nem se fixam em seu solo, nem se identificam com seus interesses?

Essas preocupações hão de assaltar um dia o espírito patriótico dos estadistas brasileiros. Será necessário que um bloqueio dos nossos portos patenteie a deficiência do pais e que essa terrível necessidade seja a lição dolorosa da nossa escola industrial?

Urge levantar uma energética propaganda e chamar a atenção do governo e do povo para estas questões.

Eis um dos fins da nossa Associação.

Nos países novos não pode medrar a indústria sem alento dos altos poderes do Estado. Todos os governos civilizados começaram assim, favorecendo o desenvolvimento do órgão industrial, cujos elementos as grandes cidades principalmente encerram em seu seio. A moralização das classes pobres pelo trabalho é, quando mais não seja, uma questão de alta polícia. A produção para o consumo, ao menos, é uma noção de economia elementar. O exemplo da preferência dos produtos indígenas aos exóticos, em caso de igualdade, é um ato de bom senso patriótico praticado invariavelmente por todos os governos.

O equilíbrio entre a produção nacional e a importação estrangeira, está, porém, principalmente no regime aduaneiro. Não é um protecionismo a todo o transe o que nos convém: toda a prática baseada em regras invariáveis e absolutas é absurda.

É necessário bom senso e critério esclarecido nas medidas a tomar. Para isso faz-se preciso um conhecimento exato do estado do país, da vitalidade dos seus germens industriais e muitas outras circunstancias.

Faltar a proteção, porém, não é coisa tão detrimetosa á evolução industrial como as perturbações econômicas oriundas do nosso péssimo sistema financeiro. Quando só se sabe achar recursos para as despesas públicas, aliás executadas sem fiscalização séria, nas emissões de títulos de renda alta que absorvem os capitais necessários ao desenvolvimento da riqueza publica e nas combinações das tarifas fiscais das alfândegas, para isso constantemente alteradas com o maior desaso, condena-se um ambiente em que é impossível a cultura industrial.

Só um parlamento como o do Brasil, sem representantes das classes produtoras, poderia adotar sem *exame* o aditivo, que transitou com a lei do *Orçamento* no ano passado, mandando reformar a tarifa das alfândegas, *alterando os valores oficiais dos objetos importados, proibindo em todo o caso o*

*argumento (mas não a diminuição) na porcentagem ou razão dos direitos fiscais!*⁷

É pois uma reforma protetora da importação e com o fim único de aumentar a cifra dos maquiavélicos impostos indiretos á custa da indústria nacional. A concorrência que as fábricas brasileiras fazem às estrangeiras no fornecimento dos gêneros de consumo irrita o fisco e provoca essa medida antipatriótica!

Contra essa lei só ergueu-se na Câmara dos Deputados a voz do Presidente da Associação... Por outro ato patenteia-se a tendência fatal e obnoxia dos estadistas brasileiros em relação á industria nacional. A Câmara dos deputados aprovou um projeto do ministério da Agricultura sobre patentes de invenção, consignando a garantia do privilégio aos produtos industriais fabricados no estrangeiro, o que equívale, nada mais nada menos, á concessão de monopólios de importação. Ora, dadas as circunstancias do país, é claro que essa medida determinará a fundação das empresas privilegiadas fora do Brasil onde a mão de obra é mais barata e todas as despesas de fabricação menores.

Esta inovação, repelida terminantemente na lei francesa, só teve contra si a oposição do Presidente desta Associação e a de um outro deputado!

Que importam porém os inconvenientes da lei, se ficará o Brasil mais *livre-cambista* do que a *atrasada* França!

Não se pode, todavia, desconhecer os grandes méritos e o espírito patriótico dos estadistas brasileiros. A sua boa fé está fora de questão. O que falta é o conhecimento exato das necessidades do país.

Imcube portanto a todos os bons cidadãos aqui residentes, cada um na esfera de sua atividade, concorrer para a elucidação dos problemas econômicos e sociais.

Pesado é o fardo que a nossa Associação toma em seus ombros. Basta considerar algumas de suas dimensões: a liga dos interesses contrários alentados no regime em vigor, a vaidade pretensiosa de alguns estadistas, as convicções sinceras de outros educados na escola dos sofismas especiosos dos Bastiat, a impenitência dos que concorreram para essa falácia de

⁷ Note-se que os valores oficiais para a fixação da porcentagem dos direitos são os do mercado consumidor e não os do produtor.

um liberalismo oco e sonoro sacrificando até o instinto de conservação nacional.... estes e outros óbices se nos hão de antepor.

Basta refletir que o capital, por natureza desconfiado, preferindo explorar o presente a salvo, prestes a emigrar quando surgem nuvens no horizonte, não procurará a indústria enquanto perdurar este regime precário: aí esta o comércio de importação e de exportação a oferecer-lhe sempre pronta liquidação.

Teremos campanhas enfadonhas como a que se nos antolha nas contradições dos que, antevendo a próxima crise do trabalho no Brasil, anelam a extinção rápida do braço escravo e alistam-se nas bandeiras *livre-cambistas!*

Suportaremos os paradoxos dos que lastimam a baixa de preço do quase único gênero de exportação, apesar da queda do câmbio, o que indica excesso de produção sobre o consumo e persistem inconseqüentes em proclamar que o Brasil deve ser exclusivamente agrícola, isto é, plantador de café.

Ouviremos dizer que o desenvolvimento das forças industriais prejudicará a agricultura, subtraindo-lhe os braços já insuficientes... Como se todos os habitantes de qualquer país pudessem se empregar exclusivamente no mesmo gênero de trabalho e se a indústria, pelo contrario, não preenchesse os ofícios de utilizar exatamente os inaptos para a agricultura e de dar valor aos produtos do solo.

Ainda clamarão (e é o argumento predileto) que da proteção á industria só resultará obrigar o consumidor agrícola a manter uma classe, pagando os seus artefactos por preço mais alto do que os similares do estrangeiro. Responderemos: 1º que os tais productores-consumidores agrícolas serão obrigados em qualquer hipótese a alimentar os incapazes ou refratários á vida agrícola que os exploram por todos os modos. Ora mais vale sustentar trabalhadores, que retribuem hoje pouco, amanhã assaz, do que vadios e parasitas e mesmo certos intermediários inúteis; 2º que a concorrência das fábricas nacionais compensa bem depressa pelo aperfeiçoamento dos operários uma grande parte desse inconveniente, baixando os preços até o nível dos da indústria estrangeira. Podem prova-lo fatos nossos, além dos que tão eloqüentemente

exibem os Estados Unidos. Aí os produtos industriais já excedem o consumo e exportam-se largamente.

Nem precisamos apelar para as vantagens futuras da educação industrial, para a moralização pelo trabalho e outros altos interesses do Estado, muito superiores a qualquer incômodo presente.

Com efeito: as nações são organismos solidários prolongados no tempo e no espaço e se podemos hipotecar a fortuna dos pósteros, contraindo empréstimos e garantindo juros a empresas de longo prazo para utilidade presente e desenvolvimento futuro, devemos em troca suportar encargos para melhorar a sorte dos vindouros. Essa compensação devemos-lhe.

O sofisma dos nossos adversários é aliás cediço. Uma de suas conseqüências falazes foi a ruína da cabotagem nacional com a ilusão dos fretes baratos. A extinção dessa escola de marinha mercante obrigou-nos a suportar um orçamento de marinha de guerra onerosíssimo que nem assim a substitui. Efetivamente perdida a nossa esquadra em um desastre naval que meios teremos de refaze-la de pronto? Como improvisar marinheiros com a longa e difficil educação e ginástica necessária? Só nos restará o triste e perigoso recurso de mercenários estrangeiros!

Por outro lado os fretes caros da cabotagem nacional que eram pagos pelos consumidores especiais foram substituídos pelas pingues subvenções ás companhias de navegação *nominalmente nacionais*: ora tais subvenções e o orçamento de marinha de guerra são pagos por todos os contribuintes. Assim, ao contrário do que se esperava, concorrem todos para o melhoramento de alguns! Ferem-se nossos adversários com suas próprias armas.

Eis uma das conseqüências da metafísica teórica do cosmopolitismo.

Á Câmara dos Deputados pedimos que se *equiparassem* ao menos as condições da cabotagem nacional e estrangeira, obrigando esta a pagar como aquela os direitos aduaneiros dos gêneros de consumo... Ainda ficavam ao estrangeiro as vantagens da educação marítima e dos salários menores da equipagem. Foi indeferido o nosso requerimento.

E chamam-se *livre cambistas* os que assim se mostram realmente *protecionistas* ... do estrangeiro!

Eis a nossa posição.

Como V. S. vê são muitos e complicados os problemas de que com vantagem nossa e utilidade do país nos podemos ocupar.

Será suficiente a afirmação enérgica de nossa existência e de nossas forças para que se melhore alguma coisa nos nossos interesses. Quem dorme não tem direitos, dizem os juriconsultos.

Os benefícios prestados por associações desta ordem são manifestos em todos os países. Para não ir mais longe citaremos as duas repúblicas platinas onde funcionam instituições como a nossa, com as quais já estamos em relações, possuindo imprensa própria,

promovendo exposições e outros meios de propaganda e estudo.

É vergonhoso que o Brasil, ainda nesta raia esteja distanciado por duas nações tão inferiores em população e recursos.

De V. S.^a Amigos e Cr. Obr.

Dr. Antonio Felício dos Santos, Presidente.
Manoel Diego Santos, 1. Vice Presidente.
Francisco Antonio Maria Esberard, 2. dito.
Henrique Lenzinger, 2. Secretário.
João Gomes Pereira, Adjunto.
Antonio Gonçalves de Carvalho, idem.
Francisco Marques da Costa Braga, Thesoar.

FRANKLIN, John Hope. *Raça e História. Ensaios selecionados (1938-1998)*. Tradução: Mario Gama. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

Rosangela Ferreira LEITE*

Duas ordens de problemas entravam as pesquisas e debates sobre a história dos Estados Unidos no Brasil. O primeiro refere-se ao próprio mal estar causado pelo estudo do maior império da época contemporânea, cuja política e atuação internacional há muito não agradam os mais diferentes grupos sociais no terceiro mundo. O segundo diz respeito à própria propaganda do Estado Norte Americano, que através dos meios de comunicação domina o cenário das idéias, provocando um mecanismo empobrecedor dos conteúdos políticos e da construção da história daquele país.

O historiador disposto a analisar os EUA não está protegido de nenhum dos dois riscos. Construir conhecimento em História significa criar, por assim dizer, os objetos da própria observação. Tarefa perigosa! Já que a elaboração da problemática é que define o campo semântico do objeto e não o contrário.

Como, então, problematizar a partir do Brasil sobre a História dos EUA? Quais sentidos os processos de conformação daquela nação podem adquirir em nossas áreas centrais de discussão? A quem e para quem interessa repensar marcos da história daquele império?

Um livro, ainda que bastante antigo, parece nos auxiliar nas respostas a essas indagações. Trata-se dos artigos reunidos sob o título *Raça e História* de John Hope Franklin. O material de pesquisa foi selecionado e seus resultados apresentados entre os anos de 1938 e 1998. A primeira edição norte americana surgiu em 1989. Dez anos mais tarde, lançou-se a obra no Brasil.

No contexto brasileiro, o ano de 1999 representava uma encruzilhada de idéias: estava-se, por um lado, diante dos desdobramentos provocados pelas comemorações da abolição da escravidão e, por outro, assistia-se a um desenvolvimento das pesquisas em história comparada. As discussões sobre escravidão, etnia e miscigenação ecoavam nos dois pólos do debate. A percepção sobre as diferenças entre as experiências escravistas testemunhadas na América do Norte ilustrava nosso desejo de compreender o outro, mas, sobretudo, nossa vontade de ir adiante em pesquisas sobre o sistema escravista que por aqui se instalou.

Muito se avançou nas contendas sobre as particularidades da nossa escravidão, sobre os sentidos e formas de violência e sobre as possibilidades de revolta e intervenção dos escravos nos caminhos da política escravista. De muito menor alcance, no entanto, têm sido as pesquisas sobre o papel dos negros na sociedade pós-escravidão e sobre as formas sociais de reiteração dos preconceitos e das discriminações. Passados dez anos, o livro de Hope continua expondo uma ferida essencial para os historiadores brasileiros. Trata-se de compreender o diálogo que deve estabelecer entre as fontes, a produção dos textos em história e as práticas de intervenção social. O autor defende a idéia de história verdadeira. Define saberes essenciais para o avanço do conhecimento histórico e passa boa parte da obra revisitando documentos e ponderando sobre as distorções que outros pesquisadores empreenderam com base no mesmo material.

* Professora da Faculdade de História – PUC-Campinas

Para Hope, a essência da produção histórica não se separa da política de Estado. O lugar que esse conhecimento ocupa serve para aprisionar ou libertar valores que indicam caminhos de grupos humanos inteiros, saberes acumulados que instituirão novos cânones e derrubarão muralhas da nação.

A questão da raça, nesse sentido, não é uma mera chave explicativa. A percepção apresentada no livro indica que a definição de raça, historicamente construída, se entrecruza com a própria definição da História, no caso norte americano. Para explicitar essa idéia, vale retomar um exemplo exaustivamente discutido no livro. Refere-se ao filme *O Nascimento de Uma Nação*, de D. W. Griffith. A película foi uma livre adaptação da obra de Dixon, produzida entre o final do século XIX e início do XX. No filme, a heróica empreitada dos brancos, por um país livre, justo e cristão desemboca no surgimento da Ku Klus Klan. A essência da idéia de Dixon foi refeita sob o gênio de Griffith. Este último, pai fundador de técnicas do cinema que surgia naqueles primeiros anos do novo século.

Para Hope, os fenômenos não se apresentam como meras coincidências. No início do século XX, um dos métodos fundamentais do cinema foi o de eliminar os pontos de intervalo, concentrando a ação no tempo e produzindo representações filmicas desejadas. Neste caso, as atuações do roteirista e do diretor tornaram-se fundamentais, pois eram eles que construíam o argumento, por meio de seqüências, cortes e montagens que edificavam a aparência exibida na tela. Daí a relevância da produção empreendida a partir de Griffith.

A preocupação central, no caso dessas produções, não era com a realidade. Novas noções de tempo e espaço surgiram de situações corriqueiras. A atmosfera do filme passou a envolver, suscitar sentimentos no espectador e criar formas diferenciadas de se perceber os acontecimentos do dia a dia.

O tempo do cinema, longe do tempo real da ação, possibilitou ao telespectador atravessar, por uma porta nova, o universo que o levava à História. A sétima arte, ao passo que reconstruiu a noção de tempo, recriou a própria relação do indivíduo com a memória, esta última, matéria fundamental para a construção da História.

No que se refere à contemporaneidade, pode-se argumentar que a história do cinema confunde-se

com o próprio desafio de compreender esse tempo conturbado e matizado pelas novas técnicas. De onde se depreende que a técnica enquanto procedimento humano inscrito no espaço e no tempo é mecanismo intrínseco no próprio desenvolvimento da humanidade. Tais considerações não empobrecem os sentidos da arte, ao contrário, o mundo da produção humana é também o mundo da criação. Uma criação dos homens, do tempo e da política. A *première* do *Nascimento de Uma Nação* foi exibida na Casa Branca, depois do lançamento do filme, a Ku Klus Klan foi restabelecida nos EUA.

A partir desses pressupostos - construídos nas 100 primeiras páginas da obra *Raça e História* - torna-se possível reconhecer os argumentos fundamentais da produção do historiador negro e militante. A velha dicotomia entre Estados desenvolvidos no norte e um sul escravista nos EUA é redefinida pela leitura de Hope Franklin. Segundo ele, a declaração da independência, calcada na consciência branca e no comércio escravista, criou uma dicotomia que se resolveu pela construção de “dois mundos raciais”. A manutenção desses dois mundos foi a base para a conformação da nação, e a Guerra Civil representou o ponto máximo dessa intersecção entre formas de vida e conteúdos políticos. Os resultados mais imediatos desse processo foram pôde ser percebido pela análise do surgimento de escolas e igrejas negras que emergiram em comunidades do norte, onde a escravidão se extinguiu. Os dois mundos raciais prescindem de um espaço geográfico e sua construção na geografia dá uma nova dimensão à História dos EUA.

Os exemplos poderiam se multiplicar. Hope tem um sério compromisso em recuperar a historiografia sobre a Carolina do Norte, bem como em envolver as lideranças negras num novo contexto de produção de idéias. As idéias, os homens e o tempo vão funcionando como matéria, ao longo do livro, para o autor construir sua tese central: a exclusão é que inventa a nação Norte Americana. O nacional surge como resultado da intersecção entre **Raça e História**. Uma não existe sem a outra e sem elas o tempo ficaria à espera de sentido nos Estados Unidos da América.

O livro termina com uma breve exposição sobre o papel do intelectual norte americano e a política externa americana. Para o autor, interferência política e

construção de saberes devem sustentar a ação desses profissionais. Resta compreender que os textos de Hope foram escritos durante a Guerra Fria, contexto em que política externa e construção de idéias indicavam caminhos muito específicos para a humanidade. Esse fato não diminui a qualidade do livro, mas o expõe seus limites. A própria discussão sobre raça ganhará novos contornos nas décadas que se seguiram à publicação dos textos. No Brasil, a matéria fundamental

apresentada por Hope, no entanto, continua a ressoar sem respostas. Teremos que buscar compreender, nos próximos anos, a inter-relação entre projetos raciais, construção da nação e desenvolvimento de um campo de conhecimento nos quadros da História. Essa reflexão, não poderá ser feita sem o diálogo entre as ciências humanas e o desenvolvimento da história comparativa. Enfim, há muito que se pensar sobre *Raça e História*.

REVISTA NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

Instruções aos autores

A revista NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA é uma publicação da *Faculdade de História da Pontifícia Universidade Católica de Campinas - PUC-Campinas* - que, desde 1969, quando foi lançado seu primeiro número, vinha circulando com periodicidade trimestral e que a partir deste número passará a ser semestral. A revista propõe a publicação de artigos inéditos de História e disciplinas afins, resenhas de livros (que tenham sido publicados nos últimos dois anos, no Brasil e, nos últimos quatro anos, no exterior), fontes primárias e secundárias com comentários, entrevistas e resultados parciais de pesquisas. Os trabalhos são submetidos à apreciação do Conselho Editorial e/ou à avaliação de dois consultores.

Informações gerais

Todos os trabalhos deverão ser encaminhados em duas vias impressas e em versão eletrônica (CD-rom, disquete ou e-mail) constando o nome do autor, instituição, endereço para correspondência e e-mail para contatos.

As colaborações poderão ser redigidas em português ou espanhol.

Deverão estar acompanhadas de um *resumo/abstract e título* em português e em inglês, de até 200 palavras, e de *palavras-chave/key words*, em mínimo de três e máximo de cinco, também em português e inglês.

As *ilustrações* ou *gráficos* deverão ser encaminhados em arquivo separado para sua reprodução.

Todos os trabalhos deverão ser digitados em MS Word versão 6.0 ou superior, fonte 12, tipo Times New Roman e espaço 1,5.

Os *artigos originais* poderão ter uma extensão mínima de 10 laudas e máxima de 25, incluindo as ilustrações, gráficos e referências bibliográficas; as *resenhas*, de até 5 laudas, as *entrevistas*, até 15 laudas e as fontes primárias e secundárias até três laudas.

Apresentação dos trabalhos originais

A *primeira página* dos trabalhos deverá conter os seguintes dados: Título do trabalho; Autor(es) (sobrenome em letras maiúsculas e nomes por extenso); instituição à qual pertence o autor. Indicar em nota de rodapé: referência institucional do(s) Autor(es), Departamento, Faculdade, Instituto, Centro e Universidade; País; agência financiadora, quando houver financiamento. *Resumo* (com máximo de 200 palavras); *Palavras-chave* (até 5 palavras); Título em inglês, *Abstracte Key Words*;

Texto

O texto dos artigos deverá obedecer à formalidade dos trabalhos científicos e às Normas NBR 6023 da ABNT.

Referências Bibliográficas

Referências Bibliográficas (contêm apenas os trabalhos utilizados e citados no texto). Devem ser dispostas em ordem alfabética pelo sobrenome do primeiro autor e seguir as NBR 6023 da ABNT.

Livros

CHESNAUX, Jean. *Devemos fazer tabula rasa do passado?*

Sobre a história e os historiadores. Tradução de Marcos A. da Silva. São Paulo: Editora Ática, 1995.

Capítulos de livros

DEVOTO, Fernando. Imigração Européia e Identidade Nacional nas Imagens das Elites Argentinas. In: FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000, p.36-52. Dissertações e Teses

CASTRO, Ana Célia. *As Empresas Estrangeiras no Brasil 1860/1913*. 1976. 152 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas.

Artigos de periódicos

MATOS, Odilon Nogueira de. Luis da Câmara Cascudo, historiador e folclorista, no seu centenário. *Notícia Bibliográfica e Histórica*, Ano XXI, No. 172, p.3-10, jan.-mar. 1999.

Citações bibliográficas no texto

Estas deverão estar indicadas em ordem numérica, figurando como nota de rodapé e também nas referências bibliográficas ao final do texto. O autor deve ser citado entre parênteses pelo sobrenome separado por vírgula da data de publicação (SILVA, 1974). Quando o nome do autor é citado no texto indica-se a data entre parênteses: “Cardoso (1999) assinala...” e se for necessário indicar a(s) página(s), esta(s) deverão seguir a data, separada(s) por vírgula e precedida(s) de p. Exemplo: (IANNI, 1975, p.51). Quando se tratar de citações de diversas obras do mesmo autor, publicados no mesmo ano, devem ser discriminadas por letras minúsculas após a data, sem espaçamento (ANDRADE, 1963a) (ANDRADE, 1963b). Se a obra tiver dois autores, ambos são indicados, por meio de & (NORMANO & LEITE, 1955)

e quando tiver três ou mais, indica-se o primeiro seguido de et al. (BARAN et al., 1966).

Notas

Devem ser reduzidas ao mínimo necessário e colocadas no pé da página. As remissões para o rodapé devem ser feitas por números, na entrelinha superior.

Anexos e/ou Apêndices

Serão incluídos somente quando imprescindíveis à compreensão do texto.

Tabelas e Quadros

Devem ser numeradas consecutivamente com algarismos arábicos encabeçadas pelo título.

Figuras

Gráficos, mapas, esquemas, fórmulas, modelos (em papel vegetal e tinta nanquim, ou computador). As figuras e suas legendas devem ser claramente legíveis e deverão ser reduzidas na medida: 11,5 x 18 cm. Devem-se indicar, a lápis no verso: autor, título abreviado e sentido da figura. Legendas das ilustrações nos locais em que aparecerão as figuras, numeradas consecutivamente em algarismos arábicos e indicados pelo termo Figura.

Endereço para envio das colaborações:

Conselho Editorial da revista NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA, Faculdade de História - CCH - PUC-Campinas; Prédio Administrativo I, Campus I - Rod. Dom Pedro I, Km 136 - Parque das Universidades - CEP 13086-900- Campinas - SP.

Tel. (19)3343-7659

E-mail: cch.edi@puc-campinas.edu.br

CAPA: marco@pixel.art.br

TOQUE FINAL - Edição Eletrônica
tf.toquefinal@terra.com.br

- 3 **Editorial**
- 5 **Verificando a Evidência: o Juiz e o Historiador**
Checking the Evidence: The Judge and the Historian
Carlo Ginzburg
- 15 **Fundação de freguesias, elevação de vilas e fortificação de praças na capitania de São Paulo (1765-1775): A gestão restauradora do Morgado de Mateus.**
Foundation of freguesias, rise of villages and blockhouse of square In the capitancias of São Paulo (1765-1775): the restoring management of the Morgado of Mateus
Ivone Salgado
- 39 **Em nome do Rei e do Império. O debate que precedeu a transferência da corte para o Brasil**
For the King and the Empire. The debate that preceded the Court Transference to Brazil.
Ana Rosa Clochet da Silva
- 55 **Dramas e comédias do progresso: O teatro na imperial cidade de Bragança Paulista.**
Dramas and comedies of the progress: the theater in the imperial city of Bragança Paulista
Rodrigo Camargo de Godoi
- 67 **Lei geral de acumulação capitalista em Marx**
General law of capitalist accumulation in Marx
Fernando Augusto M. de Mattos
- 81 **DOCUMENTO/DOCUMENT**
- 91 **RESENHAS/REVIEW**